

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

NIETZSCHA JUNDI DUBIEUX DE QUEIROZ NEVES

**TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO E COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE
TRABALHO NO BRASIL (1990-2015)**

Porto Alegre

2016

NIETZSCHA JUNDI DUBIEUX DE QUEIROZ NEVES

**TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO E COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE
TRABALHO NO BRASIL (1990-2015)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia, área de concentração Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Neves, Nietzsche Jundi Dubieux de Queiroz
Transformações no capitalismo e composição da força
de trabalho no Brasil (1990-2015) / Nietzsche Jundi
Dubieux de Queiroz Neves. -- 2017.
139 f.

Orientador: Marcelo Milan.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2017.

1. Capitalismo. 2. Força de trabalho. 3. Brasil.
I. Milan, Marcelo , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NIETZSCHA JUNDI DUBIEUX DE QUEIROZ NEVES

**TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO E COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE
TRABALHO NO BRASIL (1990-2015)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia, área de concentração Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 10 de novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Milan – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Nelly Maria Sansigolo de Figueiredo
PUC-Campinas.

Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho
UNIFESP

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família (Rodrigo, Clara, Serena e Wilma) por todo o carinho e apoio tão imprescindíveis.

Aos amigos pela dedicação e por tornarem a caminhada da vida bem mais agradável.

Ao professor e orientador Dr. Marcelo Milan pelo incentivo e colaboração em todas as etapas do processo de execução desta pesquisa.

A todos os professores e colaboradores do PPGE-UFRGS por todo o cuidado e dedicação à nos dispensados ao longo de todo o curso.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar e descrever as consequências das transformações no capitalismo contemporâneo sobre a composição da força de trabalho brasileira entre 1990 e 2015. As mudanças recentes do capitalismo afetaram a economia brasileira e também têm impactado as relações de trabalho e as condições de emprego da força de trabalho. São descritos os períodos de implementação e de consolidação do projeto neoliberal no Brasil a partir dos anos 1990 e o seu aperfeiçoamento nos anos 2000, procurando relacioná-los com a trajetória da economia, dos empregos e das ocupações. Finalmente, se aplica uma forma de mensuração da composição e distribuição da força de trabalho no Brasil, incluindo o Exército Industrial de Reserva. Utiliza-se um modelo adaptado para as estatísticas brasileiras baseado na abordagem desenvolvida por Foster e Jonna (2014) em seu trabalho sobre a força de trabalho dos Estados Unidos.

Palavras-chave: Capitalismo. Força de trabalho. Brasil.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes and describes the consequences of changes in contemporary capitalism on the composition of the Brazilian labor force in the 1990-2015 period. The recent transformations in capitalism affected the Brazilian economy and impacted labor relations and conditions of labor power employment. The periods of implementation and consolidation of the neoliberal project in Brazil in the 1990s, and its deepening in the 2000s, were described and related to the development of the economy and the trends in jobs and occupations. Finally, a technique for measuring the composition and distribution of the labor force in Brazil is applied, including the industrial reserve army. The model is adapted to the Brazilian statistics, and based on the method developed by Foster and Jonna (2014) in their study for the labor force in the United States.

Keywords: Capitalismo. Labor force. Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de desemprego aberto. Total das áreas metropolitanas (1990-2002).....	50
Gráfico 2 - Variação da composição da população de 15 anos ou mais, ocupada no Brasil metropolitano em 1991 e 1997, de acordo com o grau de formalidade do trabalho.	54
Gráfico 3 - Evolução da taxa de desocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, regiões metropolitanas brasileiras de 2002 a 2015.	62
Gráfico 4 - População economicamente ativa com 15 anos ou mais de idade – números absolutos. Regiões metropolitanas. 1991-2015.	88
Gráfico 5 - Evolução do EIR Flutuante. Regiões metropolitanas brasileiras. 1991-2001.	118
Gráfico 6 - Evolução do EIR Flutuante. Regiões metropolitanas brasileiras. 2002-2015.	119
Gráfico 7 - Evolução do EIR Latente. Brasil. 1990-2015.	119
Gráfico 8 - Evolução do EIR Estagnado. Regiões metropolitanas brasileiras. 2002-2015.	120
Gráfico 9 - Evolução da população pauperizada. Brasil. 1990-2014.....	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal, segundo o sexo. Brasil – 2000/2010	100
Quadro 2 - Categorias analíticas e categorias correspondentes da PNAD	113
Quadro 3 - Categorias analíticas e correspondência nas bases de dados.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de urbanização. Brasil. 1960-2010	40
Tabela 2 - População residente nas regiões metropolitanas (RM) em relação a população total. Brasil. 1960-2014	41
Tabela 3 - Participação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no PIB e participação da Formação Bruta de Capital (FBC) no PIB	52
Tabela 4 - Taxa de crescimento da Indústria. Setores selecionados. Brasil (1990-2005)	53
Tabela 5 - Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita – variação anual. Brasil. 1995-2015	59
Tabela 6 - Rentabilidade sobre o patrimônio líquido – ROE	73
Tabela 7 - População residente em seis regiões metropolitanas (RM). Brasil, anos de 1991 e 2014	87
Tabela 8 - Taxa média de crescimento populacional anual das regiões metropolitanas (RM). 1991-2000-2010.....	87
Tabela 9 - Distribuição da força de trabalho, segundo os grandes setores de atividade econômica. Brasil. 1980-2010.....	90
Tabela 10 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por Grandes Regiões, segundo os ramos de atividade	91
Tabela 11 - Participação relativa da população em atividades não-agrícolas no total da população ocupada, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1992 a 1997.....	92
Tabela 12 - Nível da ocupação das pessoas com 10 anos de idade ou mais, por sexo e situação de domicílio, no Brasil – 2000/2010.....	93
Tabela 13 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por situação de domicílio, segundo o sexo e os grupos de idade – Brasil, 2010.....	93
Tabela 14 - Distribuição das pessoas de 10 anos de idade ou mais, ocupadas, por grupo de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo o sexo e os grupos de idade. Brasil – 2010.....	94
Tabela 15 - Distribuição de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grandes grupos de ocupação (nova classificação) no trabalho principal – Brasil, 2010	96

Tabela 16 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por nível de instrução, segundo os grandes grupos de ocupação no trabalho principal. Brasil, 2010	98
Tabela 17 – Variação percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo, segundo os grandes grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal. Brasil, 2000/2010	101
Tabela 18 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade (antiga classificação) do trabalho principal. Brasil, 2000/2010	102
Tabela 19 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo e a seção de atividade (antiga classificação) no trabalho principal. Brasil, 2000/2010	104
Tabela 20 – Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo a seção de atividade do trabalho principal. Brasil, 2000/2010	105
Tabela 21 - Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido no período de referência, por pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, por regiões metropolitanas. 2002-2016	137
Tabela 22 - Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho, por sexo. Brasil. 1992-2002.....	137
Tabela 23 - Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho. Brasil. 1981-2007	138
Tabela 24 - Rendimento familiar per capita por classes de rendimento (em salários mínimos). Brasil. 1992-2009.....	138
Tabela 25 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP). Brasil. 1995-2008	139
Tabela 26 - Indicadores Monetários. Inflação - Índice Geral de Preços- Disponibilidade Interna (IGP-DI). Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Taxa de juros nominal - Selic e Taxa de juros real.....	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CBO	Domiciliar - Classificação Brasileira de Ocupações adaptada às pesquisas domiciliares
CN	Contas Nacionais
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNAE	Domiciliar - Classificação Nacional de Atividades Econômicas adaptada às pesquisas domiciliares
EIR	Exército Industrial de Reserva
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FBC	Formação Bruta de Capital
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC II	Segundo Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SM	Salários Mínimos
RM	Regiões Metropolitanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO E MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS.....	17
2.1	CLASSES SOCIAIS, RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E FORÇAS PRODUTIVAS	17
2.2	A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A FORÇA DE TRABALHO.....	25
2.3	EVOLUÇÃO RECENTE DO CAPITALISMO: NEOLIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRABALHO.....	32
2.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
3	MUDANÇAS NO CAPITALISMO NO BRASIL DESDE OS ANOS 1990	39
3.1	EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL: DA INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES AO NEOLIBERALISMO	39
3.1.1	Industrialização e transformações socioeconômicas no Brasil nos anos 1970.....	39
3.1.2	Da crise dos anos 1980 à consolidação do neoliberalismo.....	44
3.1.3	Neoliberalismo, desempenho econômico e trabalho	51
3.2	INFLEXÕES NAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SOCIAIS E A FACE MODERADA DO PROJETO ECONÔMICO NEOLIBERAL	55
3.3	CRISES DO NEOLIBERALISMO, RESPOSTAS POLÍTICAS E A CONFIGURAÇÃO CÍCLICA E ESTRUTURAL DO CAPITALISMO NO BRASIL.....	66
3.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
4	COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL ENTRE 1990 E 2015.....	77
4.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS	77
4.1.1	Os Censos Demográficos (Cds), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME).....	78

4.2	MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO BRASILEIRA E DAS OCUPAÇÕES ENTRE 1990 E 2015.....	86
4.2.1	Aspectos gerais: demografia e distribuição regional	86
4.2.2	Transformações econômicas e variações na composição da força de trabalho	88
4.3	MENSURAÇÃO DO EIR: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS.....	106
4.4	MENSURAÇÃO DO EIR ENTRE 1991 E 2015 NAS REGIÕES METROPOLITANAS E NO BRASIL	113
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
5	CONCLUSÕES	124
	REFERÊNCIAS.....	128
	ANEXO A – THE STRUCTURE OF THE WORKING CLASS	136
	ANEXO B - ESTATÍSTICO	137

1 INTRODUÇÃO

A década de 1970 foi marcada por um período de profunda crise do sistema capitalista. Após um período dourado de crescimento econômico, o sistema de produção fordista entrou em declínio. A regulamentação do trabalho e dos direitos sociais que havia sido erigida durante a formação do estado de bem-estar social agora impedia a alavancagem plena da acumulação do capital nos países onde o fordismo se desenvolveu.

Para superar a crise e recuperar sua capacidade de expansão, o capital, cuja dinâmica passava então principalmente pela expansão das grandes empresas transnacionais, iniciou por meio da classe capitalista e do Estado uma ofensiva com o intuito de desregular os mercados de trabalho, tanto nos países desenvolvidos como na periferia do sistema capitalista. Fez isso através da propagação da doutrina e da política neoliberal, durante os anos 1980 e 1990. A desregulamentação das relações de trabalho somada a propagação da ideologia neoliberal permitiram ao capitalismo obter acesso a uma força de trabalho ampla e mais barata, de praticamente todo o mundo, reduzindo drasticamente seus custos.

Com a ajuda do progresso técnico, da introdução da informática, microeletrônica e do aperfeiçoamento dos meios de comunicação, o capital se viu novamente diante da possibilidade de expandir os lucros, ampliar a mais valia e aumentar a velocidade de rotação do capital (MARX, 1994). Além disso, a desregulamentação financeira foi uma maneira encontrada pelo capitalismo para gerar mais valia, embora de forma cada vez mais fictícia, através da elevação da velocidade de migração dos fluxos financeiros entre os países. Soma-se a esse quadro a transformação das instituições capitalistas contemporâneas que trouxe consigo não somente novos processos de produção de mercadorias, mas principalmente novas relações jurídicas de trabalho e novas formas de exploração da força de trabalho, como por exemplo a precarização do trabalho, a informalidade e as subcontratações (ANTUNES, 2012).

Pode-se dizer que desde a década de 1970 o capitalismo entra em uma nova fase na qual os processos ligados ao movimento de acumulação de capital foram responsáveis por mudanças significativas na estrutura e na composição da classe trabalhadora nos países capitalistas centrais e periféricos. Tanto a mudança tecnológica quanto as mudanças nos processos produtivos e nos produtos

acarretaram uma transformação da classe trabalhadora e também em uma nova forma de distribuição dos empregos e das ocupações. Nos países capitalistas avançados, a persistente queda (ainda que em velocidades variadas em cada país) do emprego nas indústrias não agrícolas e a queda na participação do emprego agrícola em relação ao emprego total desde os anos 1970 são exemplos desse fenômeno (BRAVERMAN, 2014).

Ou seja, as mudanças em curso no capitalismo são uma resposta à crise que se iniciou nos anos 1970 e que dura até os dias atuais, embora tenham ocorrido curtos períodos de recuperação. A saída encontrada pelo capital para tentar superar a crise envolveu, entre outras, a reestruturação produtiva, a reorientação do papel do Estado na economia, a expansão da ideologia neoliberal pelos países capitalistas e a financeirização do capital. Estes elementos tornaram-se indispensáveis para o avanço do capitalismo (OBSERVATÓRIO DO TRABALHO NO BRASIL, 2016). As mudanças surgidas em resposta à crise iniciada nos anos 1970 refletem-se até os dias atuais como será evidenciado ao longo desta pesquisa.

No Brasil, a reestruturação produtiva se deu norteadas pelos princípios do neoliberalismo e sob a tutela das agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. As políticas adotadas com base nesses princípios tiveram como consequências, na esfera do trabalho, o aumento do desemprego, a precarização das relações e das condições de trabalho e a queda da renda média real dos trabalhadores (Tabelas 21 e 22, Anexo estatístico). Seus efeitos incluem ainda a permanência de um Exército Industrial de Reserva (EIR) que compreende a população excluída, supérflua, e que está disponível ao capital (SILVA, 2009).

Ainda sobre o capitalismo brasileiro, durante o final dos anos 1980 e por toda a década de 1990, a adoção do neoliberalismo pelos governos deste período tinha por objetivo impulsionar o movimento de inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho proporcionada pelas mudanças mencionadas acima. Como tentativa de modernização do parque produtivo brasileiro, foi executado um programa de privatizações com forte participação do capital estrangeiro (mesmo que muitas vezes financiados com recursos nacionais). As consequências da implementação do programa privatizante e da acelerada abertura comercial foram,

de maneira geral, negativas para os trabalhadores, com a ampliação do desemprego.

Ocorre durante esse período, a deterioração das condições de venda da força de trabalho do proletariado brasileiro, que vê subir a taxa de desemprego aberto juntamente com a expansão da informalidade e das terceirizações (ALVES, 2009).

No início do século XXI, mais especificamente a partir de 2003, há uma reorientação desse cenário. O Estado passa a se preocupar em ter uma participação mais ativa no conflito capital-trabalho por meio da elaboração de políticas públicas para alavancar a criação de novos postos de trabalho e para aumentar o rendimento da classe trabalhadora (salários). Essas políticas distanciaram-se dos princípios neoliberais “mais duros” que caracterizaram o período precedente. Soma-se a esse quadro a conjuntura internacional de crescimento econômico, que foi favorável às exportações brasileiras (ainda que reforçando o papel do país na divisão internacional do trabalho), estimulando a produção e beneficiando a ampliação do emprego e dos salários (LEONE; BALTAR, 2008). Esse quadro favorável durou até 2009, quando a crise internacional trouxe novas imposições às políticas econômicas e sociais, e principalmente à classe trabalhadora. Diante de um cenário internacional incerto o desemprego e a queda da renda da classe trabalhadora passam a ameaçar os poucos avanços econômicos e sociais recentemente conquistados pelos brasileiros.

Para identificara as transformações na composição da força de trabalho é preciso analisar os dados sobre as características dos trabalhadores e trabalhadoras, além de outros dados socioeconômicos, traçando assim, um perfil mais detalhado sobre essas mudanças. As condições de venda da força de trabalho no mercado são um importante indicador das condições do desenvolvimento de uma nação, sobretudo no modo capitalista de produção.

Os aspectos mencionados estão direta ou indiretamente relacionados às transformações no capitalismo contemporâneo e têm reflexos na composição da força de trabalho. A principal indagação nesta pesquisa refere-se justamente ao impacto destas transformações sobre a composição da classe trabalhadora brasileira no período analisado (1990-2015). Procurou-se compreender especificamente de que forma essas as mudanças alteram a composição da força de trabalho no Brasil.

Assim, o objetivo geral dessa dissertação foi analisar e descrever as transformações no capitalismo contemporâneo e suas consequências sobre a composição da força de trabalho, no período entre 1990 e 2015, o que se fez acompanhado dos seguintes objetivos específicos: discutir teórica e historicamente a evolução do capitalismo, considerando tanto o movimento das forças produtivas quanto os movimentos de acumulação de capital ao longo do tempo e seu impacto sobre a força de trabalho em geral; discutir e analisar as mudanças no capitalismo brasileiro desde os anos 1970 até os dias atuais considerando com maior ênfase o desenvolvimento do projeto político e econômico neoliberal, desde o seu surgimento no final dos anos 1980 até sua plena consolidação; identificar, analisar e descrever as transformações na composição da força de trabalho brasileira entre 1990 e 2015, relacionando-as com o desenvolvimento do modo capitalista de produção e com as mudanças do capitalismo no Brasil; por fim, mensurar o Exército Industrial de Reserva (EIR) no Brasil e/ou nas regiões metropolitanas (conforme os dados disponíveis) e suas camadas (flutuante, latente e estagnada) e analisar e descrever a evolução do EIR no Brasil no período selecionado.

Esta dissertação se justifica por duas razões principais: a primeira decorre da importância de explicar de que modo as transformações do capitalismo atingem a força de trabalho, ampliando, assim, o debate sobre as implicações sociais dessas mudanças. A segunda razão é que a partir dos anos 1990 as mudanças no mundo do trabalho se aceleraram no Brasil em decorrência da implementação do projeto neoliberal e da reestruturação produtiva que o acompanha. Tem-se verificado o aparecimento de uma nova configuração da força de trabalho brasileira que é vista como o resultado do processo de reestruturação produtiva, de abertura comercial e do processo de financeirização (com manutenção de juros reais elevados) iniciado no final da década de 1980 e que durou toda a da década de 1990 e 2000. Ademais, o desemprego continua sendo um elemento central das crises do capitalismo e por isso a recuperação do conceito de EIR desenvolvido por Marx ajuda a compreender de que forma o desemprego e o emprego precário atendem às necessidades de acumulação de capital.

Trata-se também de um tema de relevância acadêmica e de relevância social, pois refere-se às mudanças que afetam diretamente o mercado de força de trabalho em vários aspectos (impactando por exemplo o número de postos de trabalho, os

tipos de empregos, a qualidade das condições de trabalho, etc.). Além disso, a compreensão dos processos que levam a modificações na força de trabalho tem o importante papel de ajudar a classe trabalhadora (ou suas entidades representativas) a pensar em novas formas de organizarem-se e posicionarem-se na luta de classes.

Este trabalho está dividido em cinco seções principais, três capítulos (seções 2, 3 e 4) além desta introdução (seção 1) e de uma conclusão (seção 5). A seção 2 discute teórica e historicamente a evolução do capitalismo bem como o movimento de acumulação de capital e seu impacto sobre a força de trabalho em geral. A metodologia utilizada na formulação deste capítulo é o levantamento bibliográfico e a revisão da literatura especializada. A seção 3 identifica especificamente as mudanças e as continuidades do capitalismo brasileiro desde os anos 1970 até os dias atuais, com ênfase no período neoliberal. Para realizar este capítulo foi feita uma revisão bibliográfica e uma análise descritiva de um conjunto de dados de séries estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principalmente provenientes do Censo Demográfico (CD), da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Foram também utilizados dados disponibilizados pela plataforma do Banco Central do Brasil (BCB) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A seção 4 analisa e descreve as transformações na composição da força de trabalho brasileira entre 1990 e 2015, relacionando-as com o movimento das forças produtivas e da acumulação capitalistas. Para tanto, a metodologia utilizada também inclui a análise mais detida de dados do CD e da PNAD. Adicionalmente, foi realizada uma mensuração das camadas do EIR brasileiro e uma análise de seu comportamento durante o período investigado. Essa mensuração é feita a partir da replicação do modelo desenvolvido por Foster e Jonna (2014) adaptado às estatísticas brasileiras utilizando dados da PME, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e do Ministério da Justiça (MJ).

2 EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO E MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

Este capítulo discute teórica e historicamente a evolução do capitalismo, considerando tanto o movimento das forças produtivas como as mudanças na composição orgânica do capital e os movimentos de acumulação de capital ao longo do tempo e seu impacto sobre a composição da força de trabalho em geral. O primeiro movimento, o avanço das forças produtivas, é discutido na subseção 2.1 e os outros dois movimentos são aprofundados na subseção 2.2. A subseção 2.3 apresenta a evolução do capitalismo no período recente, enfatizando o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. A subseção final apresenta as conclusões do capítulo.

2.1 CLASSES SOCIAIS, RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E FORÇAS PRODUTIVAS

Para desenvolver sua teoria das leis de movimento do capital, Marx analisa criticamente o momento histórico vivido pela Europa entre os séculos XIII e XVIII, na tentativa de explicar a perpetuação das iniquidades sociais derivadas da desigual distribuição dos meios de produção e dos resultados do processo produtivo. Ele investiga a maneira pela qual as riquezas geradas pela sociedade se concentravam nas mãos de poucos indivíduos, que acumulavam bens e obtinham lucros cada vez maiores e identifica a existência de um contingente de trabalhadores muito pobres que parecia se multiplicar.

Marx concebe a realidade social como o resultado complexo de forças que se manifestam em uma concretude histórica, como um conjunto de relações de produção que caracteriza cada sociedade num tempo e espaços determinados. Ele parte do princípio de que a sociedade em geral é um reflexo, mesmo que seja também condicionante, da forma pela qual os homens se organizam para a produção social dos bens necessários à manutenção da vida em sociedade. A produção social de bens, por sua vez, está diretamente ligada às forças produtivas e às relações sociais de produção. Assim, compreender as características do modo de produção significa compreender o funcionamento da sociedade (COSTA, 2005).

O modo de produção capitalista é caracterizado por Marx como um modo de produção específico, surgido em condições históricas específicas no qual duas classes sociais se contrapõem: a classe capitalista que é a classe dominante e a classe trabalhadora que é a classe dominada. A classe capitalista é proprietária dos meios de produção e também possui a capacidade de explorar a mais valia (ou excedente) dos trabalhadores. A classe trabalhadora, não tendo meios de produção, é forçada a vender sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário como meio de sobreviver.

Marx chamou essas duas classes sociais de burguesia e proletariado. Com o desenvolvimento da burguesia, desenvolve-se simultaneamente o proletariado ou classe trabalhadora que depende unicamente da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Desde o surgimento do proletariado surge também sua luta política e econômica contra a burguesia (MARX; ENGELS, 1999, [1848]).

A relação de dominação-subordinação existente na sociedade capitalista está inserida e expressa na divisão social do trabalho, ou seja, pelo lugar ocupado pelas classes sociais no processo de produção. Para a teoria marxista, conforme interpretada por Poulantzas (1978), as classes sociais são determinadas principalmente pelo lugar que ocupam no processo de produção (esfera econômica). Para ele a característica definidora dos espaços ocupados pelas classes sociais decorre das condições estruturais, ou seja, decorre das relações sociais de produção inerentes ao modo de produção capitalista. As classes sociais também significam ao mesmo tempo movimento, contradições e luta de classes. O autor denomina de luta de classes as lutas políticas, econômicas e ideológicas. Segundo o autor:

Pode-se dizer, que uma classe social define-se pelo seu *lugar* no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da *divisão social do trabalho*, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas. A classe social é, neste sentido, um *conceito* que designa o *efeito da estrutura* na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais). Este lugar abrange assim o que chamo de *determinação estrutural de classe*, isto é, a *própria existência* da determinação da estrutura – relações de produção, lugares de dominação-subordinação política e ideológica – *nas* práticas de classe: as classes só existem na luta de classes” (POULANTZAS, 1978, p.14, grifos do autor).

A determinação estrutural das classes e suas práticas (luta de classes) fornece aos agentes o seu lugar dentro da divisão social do trabalho. Isto é, esses

lugares não estão sujeitos às vontades desses indivíduos que compõem cada classe e são resultados de uma determinação estrutural, conforme Poulantzas (1978). A determinação estrutural de classe é responsável pela manutenção das relações de produção e pela existência da luta de classes. Isso não significa que a determinação estrutural das classes e a posição de classe na conjuntura tenham o mesmo significado. As duas podem ser congruentes ou não. É o caso, por exemplo, da “aristocracia operária” que pode, na conjuntura, se aproximar das posições de classe burguesa. Entretanto, a determinação estrutural faz com que ela continue sendo parte da classe operária. O mesmo ocorre com determinadas frações da pequena burguesia que podem apresentar, em conjunturas concretas, ora “posições proletárias de classe” ora “posições burguesas de classe”. Em outros termos, a determinação de classe não se reduz à posição de classe (POULANTZAS, 1978).

O pertencimento a uma determinada classe pelos diversos agentes depende do lugar ocupado por eles na estrutura social. A determinação essencial na análise das classes sociais não se refere aos agentes que a compõem, mas sim aos seus lugares na luta de classes. Isso porque as classes sociais não são compostas pela soma de indivíduos pertencentes a elas e suas relações não são relações interindividuais, mas sim relações sociais. As desigualdades sociais são, por sua vez, o efeito das posições das classes sociais e da estrutura social sobre os agentes sociais (POULANTZAS, 1978).

A esfera econômica (ou espaço econômico) é determinada pelo “processo de produção” e o lugar dos agentes é determinado pelas “relações de produção”. Dentro do processo de produção encontra-se primeiramente o “processo de trabalho” que revela a relação do homem com a natureza. Este “processo de trabalho apresenta-se sempre sob uma forma social historicamente determinada. Ele só pode ser constituído na sua unidade com as *relações de produção* (POULANTZAS, 1978, p.19, grifos do autor).

De forma resumida pode-se afirmar que a maneira pela qual as classes sociais se estruturam na sociedade capitalista está intimamente ligada ao modo como se organiza a produção de bens. Portanto, se justifica a ênfase desta pesquisa na investigação dos impactos da transformação estrutural no modo de produção sobre a posição e a composição da classe trabalhadora em um espaço nacional

específico de acumulação de capital. Isso requer uma discussão sobre a formação social.

Analisar uma formação social, uma sociedade concreta e historicamente determinada, como a brasileira, implica compreender sua complexidade bem como dos agentes que a compõe. A sociedade capitalista comporta mais de duas classes sociais, na medida que comporta vários modos de produção simultaneamente¹, mesmo que haja um predominante. Entretanto, o que é ressaltado por Poulantzas (1978) em sua leitura de Marx é que as duas classes sociais principais no capitalismo são aquelas pelas quais passa a contradição principal do modo de produção. No caso da sociedade capitalista são a classe trabalhadora e a burguesia. Além disso, é ressaltado pelo autor que um modo de produção só está presente em uma determinada formação social quando se reproduz em escala ampliada. A reprodução ampliada das relações sociais de produção é o que faz com que, internamente na sociedade, se reproduzam as classes sociais, a distribuição dos lugares ocupados pelos agentes e as relações políticas e ideológicas. A reprodução ampliada do modo de produção capitalista permitiu o deslocamento de seu domínio, em um processo de “dissolução-conservação”, sobre os outros modos e formas de produção os quais submete (POULANTZAS, 1978).

Outro aspecto importante a se ressaltar é que a luta de classes também se materializa e se condensa nos aparelhos de Estado. Os aparelhos de Estado mantêm a coesão de uma formação social, sancionando a dominação de classe e reproduzindo suas relações de produção. A materialização das relações sociais no âmbito dos aparelhos de Estado abrange a ideia de “poder”, sendo que “é o *poder do Estado*, diretamente articulado à luta de classes, que determina o papel e o funcionamento dos *aparelhos de Estado*” (POULANTZAS, 1978, p.28, grifos do autor). A análise das classes sociais só pode ser realizada conjuntamente com a análise de suas relações com os aparelhos de Estado e com os aparelhos econômicos. É importante esclarecer que os aparelhos de Estado e os demais aparelhos presentes em uma formação social não estão sobrepostos uns aos outros

¹ Em uma formação social podem coexistir modos de produção distintos. Entretanto, elas não são “a espacialização de modos de produção existentes como tais e “empilhados” uns sobre os outros. As formações sociais são realmente os lugares do processo de reprodução enquanto núcleos do desenvolvimento desigual nas relações dos modos e formas de produção no seio da luta de classes” (POULANTZAS, 1978, p.52). Sobre isso ver também: Vecchia (2011).

Também não detêm um “poder” próprio, mas sim materializam as relações sociais e, estas sim, estão ligadas ao conceito de poder.

A contradição existente entre as classes sociais no capitalismo pode ser expressa na forma da contradição das relações sociais de produção entre capital e trabalho, contradição essa inerente a esse modo de produção. Da parte do trabalhador sua sobrevivência e o desenvolvimento de suas potencialidades estão limitados à venda de sua força de trabalho e à reprodução do capital. Do ponto de vista social, esta condição não pode ser superada, mesmo que individualmente possa haver passagem de uma classe a outra. Interessa por sua vez ao capital obter através da utilização da força de trabalho, a produção de mercadorias que tenham mais valor do que aquele que é pago ao trabalhador.

O modo de produção capitalista pressupõe a força de trabalho como mercadoria, sendo que esta é a única capaz de conservar e gerar novo valor. A força de trabalho é definida formalmente por Marx como “o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 2006, [1867], p.197).

Para que a força de trabalho seja encontrada livremente como mercadoria, é necessário que seu possuidor possa dispor dela, estando “livre” para vendê-la no mercado de trabalho. Mas essa liberdade é somente aparente, pois, o trabalhador o faz em virtude da sua necessidade de subsistência. Por isso é necessário também que o possuidor da força de trabalho não possua meios de produção tendo como única alternativa para sua sobrevivência a venda de sua força de trabalho. Marx mostra que:

Para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro [capitalista] de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadoria, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender (MARX, 2006, p.199).

Somente através da compra da força de trabalho é possível ao capitalista transformar dinheiro em capital. Essa relação social entre vendedores e compradores da força de trabalho tem uma origem histórica. É o resultado do processo de desenvolvimento das forças sociais que causaram o desaparecimento

de outras formações da produção social (como no caso do feudalismo europeu e do colonialismo escravista no Brasil).

Marx afirma que a força de trabalho em atividade além de reproduzir seu próprio valor, cria também um valor excedente ao qual ele chama de mais valia. Esse excedente é criado durante o processo de produção. A mais valia é a quantidade de trabalho não paga ao trabalhador e se origina de um excedente quantitativo de trabalho. Marx descreve duas formas de extração desse excedente:

- a) pela mais valia absoluta que decorre do aumento da jornada de trabalho;
- b) pela mais valia relativa que se dá pelo aumento da intensidade do trabalho (que pode ocorrer em virtude do incremento da tecnologia na produção que leva ao aumento da produtividade) (MARX, 1994).

Marx descreve também sobre os diferentes papéis que os diversos fatores do processo de trabalho desempenham na formação de valor de um dado produto, e ao mesmo tempo caracteriza as funções dos diversos componentes do capital no processo de produção de mais valia. Os meios de produção e a força de trabalho configuram as formas de existência do capital quando este deixa de se apresentar na forma dinheiro para se transformar nos fatores dos processos de trabalho e de valorização (MARX, 2006).

A parte do capital que se converte em meios de produção, como por exemplo, a matéria prima, materiais acessórios e meios de trabalho, foi chamada de capital constante, pois segundo Marx esse tipo de capital não sofre mudanças de magnitude de valor no processo produtivo. E a outra parte, convertida em força de trabalho, que sofre alterações de sua grandeza ao longo do processo produtivo, foi chamada de capital variável.

O capital variável reproduz o próprio equivalente e mais um excedente, a mais valia. Os meios de produção apenas transferem para o produto, por meio da força de trabalho, o valor que foi incorporado para sua própria produção (MARX, 2006). O autor argumenta que:

Os meios de produção só transferem valor à nova figura do produto na medida em que perdem valor na figura de seus valores-de-uso originais durante o processo de trabalho. O máximo de perda de valor que podem experimentar no processo de trabalho está, evidentemente, limitado pela magnitude do valor original com que entram no processo de trabalho, ou seja, pelo tempo de trabalho exigido para sua própria produção. Os meios

de produção não podem, por isso, transferir ao produto mais valor do que aquele que possuem, independentemente do processo de trabalho a que servem (MARX, 2006, p.24).

A força de trabalho, por sua vez, quando posta em ação é capaz de conservar o valor dos meios de produção, transferindo-o ao produto e a cada momento em atividade está, na verdade, adicionando valor novo. Desta forma, a força de trabalho é útil ao capital apenas quando conserva os meios de produção na forma de capital, reproduzindo seu valor e produzindo um valor adicional que pode potencialmente ser reinvestido na produção. Além disso, fica expressa a dinâmica contraditória da reprodução das relações capitalistas, pois o estabelecimento das necessidades e potencialidades dos trabalhadores está subordinado às demandas de lucro e exploração capitalista (MARANHÃO, 2010).

As bases da sociedade capitalista estão assentadas na relação de produção que se estabelece entre a venda da força de trabalho assalariada e sua utilização pelo capitalista com objetivo de gerar um valor adicional. A relação entre as classes é uma relação contraditória em que o excedente produzido pela classe trabalhadora é apropriado pela classe capitalista.

Conforme resume Corazza (1997):

A sociedade capitalista repousa sobre uma relação social contraditória, porque não só é uma relação desigual, mas também porque é uma relação de exploração. É através dela que é gerado o excedente econômico por uma classe e apropriado por outra. É, por isso, também uma relação conflitiva (CORAZZA, 1997, p.23).

As relações sociais de produção são fundamentais no capitalismo. É a contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção que promove as transformações no modo de produção ou que podem vir a ensejar sua superação. A causa dessa contradição encontra-se no próprio desenvolvimento das forças produtivas, posto que esse desenvolvimento deriva da atividade do trabalho e da concorrência intercapitalista (GERMER, 2009). Granato Neto neste sentido afirma que:

A teoria materialista da história, exposta em “A ideologia alemã”, mostra que o progresso das forças produtivas é a causa primeira do movimento da história da humanidade, o conflito entre este progresso das forças produtivas e as relações de produção vigentes estimula a luta de classes, que é o fator determinante na superação revolucionária das relações de produção vigentes por novas relações de produção adequadas ao nível de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas” (GRANATO NETO, 2013, p.16).

As forças produtivas avançam em maior ou menor intensidade dependendo da região e das condições materiais de cada sociedade (GERMER, 2009). O autor complementa:

A dependência das relações de produção em relação às forças produtivas significa, por um lado, que a forma assumida, em cada momento histórico, pelas relações entre os indivíduos, depende das formas específicas das forças produtivas (tipos e localização das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos ambientes de trabalho – construções, instalações, meios de transporte, etc.); por outro lado, como as forças produtivas estão em contínuo desenvolvimento – mais lento ou mais rápido, segundo a época histórica –, segue-se que as relações entre os indivíduos, na produção, estão também em contínuo desenvolvimento (GERMER, 2009, p.85).

O progresso das forças produtivas no capitalismo manifesta-se em uma produtividade crescente do trabalho. Isto significa não só uma maior produção de valores de uso em um dado tempo de trabalho, como também uma maior massa de meios de produção em relação à força de trabalho. Esse fenômeno dá origem à tendência de elevação da composição orgânica do capital (COC) ao longo do tempo. O aumento da COC origina dois fenômenos:

- a) um determinado montante de capital emprega cada vez menos força de trabalho, ainda que a demanda absoluta do capital por força de trabalho cresça ao longo do tempo;
- b) a escala mínima para que um montante de dinheiro se torne capital fica cada vez maior, criando tendências à concentração e centralização.

Conforme explica Granato Neto (2013):

No capitalismo, o progresso das forças produtivas entra em choque com a propriedade privada dos meios de produção, que é a forma da propriedade capitalista, surgindo deste choque a lei de movimento do capital que Marx estudou em dois níveis de análise: um mais abstrato, a lei geral da acumulação capitalista, e um mais concreto, a lei da tendência de queda da taxa de lucro, que nas formulações dadas por Marx mostram que o progresso das forças produtivas no capitalismo (que se manifesta no aumento da composição orgânica do capital) encontra limites na propriedade privada dos meios de produção (que se manifesta na apropriação da mais-valia pelos capitalistas) dados pelo empobrecimento relativo crescente da classe trabalhadora e pela tendência de queda da taxa média de lucro ao longo do tempo (GRANATO NETO, 2013, p.17).

O desenvolvimento das forças produtivas afeta as relações sociais de produção e a própria composição da força de trabalho. Devido ao incremento do conhecimento e da organização de novos processos de produção podem surgir elementos de uma nova estrutura social. Esses novos elementos poderão entrar em conflitos com as formas de propriedade e com os interesses sociais vigentes (GERMER, 2009).

O progresso técnico desenvolve a complexidade do trabalho, mas este trabalho complexo corresponde apenas a uma pequena camada da classe trabalhadora enquanto a maioria fica sujeita à desqualificação. Assim, tanto as formas de trabalho como a própria classe trabalhadora vão se transformando ao longo do tempo.

A contradição que passa a existir entre o avanço das forças produtivas e as relações sociais vigentes em uma sociedade vai modificando o próprio modo de produção enquanto este tiver elasticidade para absorver este conflito. É possível ainda que este conflito seja capaz de ensejar a transformação para um novo modo de produção a partir do surgimento de novos elementos nas forças produtivas e nas relações materiais de produção (GERMER, 2009).

2.2 A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A FORÇA DE TRABALHO

Para compreender como a mudança na composição orgânica do capital (COC) e a aceleração ou desaceleração da acumulação de capital impactam no emprego e na composição da força de trabalho, é necessário compreender a lei geral da acumulação capitalista descrita por Marx no capítulo XXIII d'O Capital.

Marx afirma que “Não se alterando a composição do capital a procura da força de trabalho aumenta com a acumulação” (MARX, 1994, p. 712). Isso significa que se não houver modificações na composição orgânica do capital, este exigirá sempre a mesma quantidade de força de trabalho para funcionar. Assim sendo, a procura por trabalho aumentará na mesma proporção do capital.

Caso as necessidades de acumulação do capital ultrapassem o crescimento da força de trabalho, a procura por trabalhadores será maior que a oferta, ocasionando elevação dos salários. Já foi visto que para Marx o trabalho só é vendável quando proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte de valor

adicional e por isso, o acréscimo salarial, na melhor das hipóteses, significa apenas redução quantitativa do trabalho gratuito que o trabalhador tem que realizar. Essa diminuição não deve, entretanto, chegar ao ponto de ameaçar a existência do próprio sistema capitalista (MARX, 1994).

Marx observa que quando os salários alcançam um patamar muito alto, relativamente ao excedente, levam a uma queda da acumulação. Uma menor acumulação diminuirá a procura por trabalho (aumentando a superpopulação relativa) e conseqüentemente desaparecerá a pressão para a alta dos salários, que diminuirão ou crescerão mais lentamente dependendo da capacidade de barganha obtida pelos trabalhadores. A diminuição dos salários possibilita um novo aumento do excedente e o processo repete-se de forma circular (AQUINO, 2007). Essa tendência foi modelada por Richard-Goodwin².

Marx simplifica o enunciado da lei de produção capitalista ao seguinte: “é a relação entre capital, acumulação e salários, é apenas a relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar” (MARX, 1994, p.721).

Com a evolução da acumulação e da concentração de capital, ocorre uma modificação na composição do valor do capital e a parte do capital variável é reduzida. O trabalho vivo é constantemente substituído por trabalho morto. Além disso, não se trata apenas da concentração simples dos meios de produção e comando sobre o trabalho social, os quais geralmente significam acumulação. Marx percebeu que o que estava ocorrendo na sua época, nos primórdios do capitalismo, era a concentração dos capitais já formados, através da supressão da autonomia individual, da expropriação do capitalista pelo capitalista e da transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Para ele, em determinados ramos de atividades, esta centralização poderia chegar ao extremo, de “quando todos os capitais nele investidos se fundirem num único capital”. (MARX, 1994,p. 727).

A divisão manufatureira do trabalho e o uso crescente de máquinas possibilitam o aumento da produtividade do trabalho. Assim, aumentam os meios de produção em relação à força de trabalho. Marx argumenta que essa modificação na composição orgânica do capital reflete o aumento da parte constante (meios de

² GOODWIN, R. (1967). Seu modelo adota duas variáveis-chave que podem ser relacionadas com a luta de classes: a taxa de desemprego e a participação da renda do trabalho na renda nacional.

produção) às custas da parte variável (força de trabalho). O aumento da produtividade torna supérflua parte da força de trabalho empregada, já que um número menor de trabalhadores é capaz de produzir a mesma quantidade de mercadorias que era produzida antes do aumento da produtividade. Esse fenômeno, no entendimento deste trabalho, tem implicações importantes para a composição da força de trabalho no capitalismo.

Cabe ressaltar que, nesta situação, a diminuição da procura por força de trabalho simples não se dá por que o ritmo da acumulação diminuiu, mas ao contrário, ela ocorre em função da crescente taxa de acumulação. Sobre isto se conclui que o capital individual adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, um número cada vez menor de trabalhadores (MARX, 1994).

O capitalismo desenvolve-se dando margem a uma maior exploração dos trabalhadores pelos capitalistas que, por sua vez, podem reduzir seus quadros, diminuindo seus custos. Quando aumenta a composição orgânica do capital – ou seja, quando aumenta a proporção entre meios de produção e força de trabalho em termos de valor ou quando a acumulação diminui seu ritmo o capital expulsa trabalhadores do exército ativo. Esses trabalhadores que ficam à disposição do capital constituem o que Marx denominou de Exército Industrial de Reserva (EIR).

O EIR é a parte da população trabalhadora que não está sendo empregada pelo capital (comercial, bancário ou industrial) ou por instituições acessórias que o legitimam (Estado, forças armadas, sindicatos, etc.) e está dessa forma, à disposição para ser eventualmente empregada conforme aumente a demanda do capital pela força de trabalho (GRANATO NETO, 2013).

Ou seja, a demanda do capital social (adotando-se a divisão de suas frações em: capital comercial, industrial e bancário) pela força de trabalho depende da acumulação de capital e da COC. O conceito de COC tal como foi descrito por Marx serve apenas para o capital industrial, visto que nos outros dois não há “meios de produção”. Entretanto, o EIR serve também às atividades de circulação do capital (capital comercial e capital bancário) e às instituições acessórias que também precisam de trabalhadores assalariados. Isso faz com que o exército industrial seja não apenas uma reserva de trabalhadores para a indústria da transformação e nem

apenas para o capital industrial, mas sim uma reserva de trabalhadores para o capital como um todo (GRANATO NETO, 2013). O autor explica que:

A flutuação do EIR ao longo do tempo está diretamente relacionada à interação entre a demanda relativa por força de trabalho, que decresce com o progresso das forças produtivas, e a demanda absoluta, que em um dado estágio da evolução das forças produtivas acompanha o ritmo de acumulação de capital. Portanto, ao contrário do que ocorre com a taxa de mais-valia, a composição orgânica do capital e a taxa média de lucro, as quais têm tendências históricas de aumento das duas primeiras e queda da última, o comportamento do EIR não segue uma tendência de aumento ou diminuição ao longo do tempo (GRANATO NETO, 2013, p.13).

Marx define três formas diferentes para o EIR: flutuante, latente e estagnado (MARX, 1994). No capítulo em que as descreve cita também o pauperismo, que é composto por aqueles que estão na mais profunda penúria (alguns aptos para o trabalho, os órfãos e filhos de indigentes e os incapazes de trabalhar).

A denominação “flutuante” se deve ao fato de ser uma camada caracterizada pela flexibilidade em relação ao seu tamanho – variando conforme o movimento de acumulação de capital acelera ou diminui seu ritmo - e em relação à quantidade de tempo que o trabalhador pode permanecer nela. Um trabalhador não pode ficar permanentemente na camada flutuante do exército de reserva pois isso comprometeria sua própria subsistência. Ou seja, ou o trabalhador volta a assalariar-se ou será lançado para as camadas mais profundas do EIR (GRANATO NETO, 2013).

A camada latente foi descrita por Marx (MARX, 1975) como sendo a parte da população rural que está na iminência de transferir-se para o proletariado urbano em função do avanço do capitalismo na agricultura. Granato Neto (2013) analisa as categorias marxistas trazendo-as para os dias atuais. Para ele, na camada latente pode ser também incluída a população que estava inserida em outras formas de produção não capitalistas, na produção doméstica e atividades de subsistência, etc. e que ficam na iminência de se transferirem para o proletariado industrial na medida em que o capitalismo avança sobre essas esferas de produção.

A camada estagnada constitui a parcela da população com ocupação totalmente irregular e cujas condições de vida se situam muito abaixo daquelas da classe trabalhadora em geral (MARX, 1975). A camada estagnada comporta, por sua vez, trabalhadores cujas atividades estão inseridas no mercado capitalista, mas

que não são dependentes do capital. Nela estão incluídas, por exemplo, os trabalhadores por conta própria sem contrato de trabalho, prestadores de serviços (engraxates, jardineiros, etc.) e pequenos comércios (feirantes, vendedores ambulantes, etc.). A camada estagnada pode ainda receber parcela da pequena burguesia quando os capitais grandes esmagam os pequenos e seus negócios são arruinados vindo a transformá-los em trabalhadores assalariados ou por conta própria (GRANATO NETO, 2013).

No sistema capitalista a progressão da força de trabalho empregada na produção é proporcionalmente menor se comparada à progressão do capital social resultante. Com o aumento da produção, poderíamos supor que também seria necessário o aumento do número de trabalhadores, porém a demanda por mão de obra não acompanha o aumento do capital social total. Assim, o capital aumenta em uma proporção maior que a necessidade de força de trabalho. Este acréscimo de capital é transformado em capital constante, ou seja, é utilizado para o aumento da produção por meio da acumulação na própria indústria, na aquisição de maquinaria ou espaço físico.

O desenvolvimento tecnológico aumenta substancialmente a produtividade, o que por outro lado, diminui o quadro necessário de trabalhadores envolvidos no processo produtivo. É desta maneira que o ciclo capitalista cria um excedente de população trabalhadora, que forma um número maior que o necessário para a acumulação de capital. Esta característica é a sina dos trabalhadores que, ao criar as condições para a acumulação de capital, tornam-se, cada vez mais, uma massa de população supérflua. Essa lei, própria do modo capitalista de produção, transforma esse EIR em elemento indispensável à existência do capital, ou nas palavras de Marx, “se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista” (MARX, 1994, p. 732).

A importância de se ter à disposição uma população supérflua é o baixo custo salarial. O capitalista procura extrair o máximo de trabalho de um menor número de trabalhadores. A produção da superpopulação relativa cresce num ritmo superior à da transformação técnica, pois a exploração de um trabalho excessivo da parte empregada faz aumentar o EIR. Isso faz com que se crie uma concorrência

entre os que estão ociosos e os que estão empregados, fazendo com que estes últimos aceitem a exploração demasiada a que estão submetidos, como longas jornadas de trabalho e salários muito baixos (MARX, 1994).

Em um segundo momento, avalia-se que a expansão do capital é exatamente o motivo de sua própria retração. No longo prazo a produtividade aumenta de forma a superar a demanda por mercadorias em geral. A economia entra em recessão. Na tentativa de superar a retração pode-se fazer investimentos em novos produtos, criando novas necessidades aos consumidores e estimulando, conseqüentemente, a concorrência entre os capitalistas. Isso pode ocasionar um novo surto de crescimento que só é realizável pela existência de trabalhadores disponíveis ao trabalho, mesmo sem o aumento absoluto da população, mantendo através de métodos próprios uma parte dela sempre desempregada. Marx (1994) conclui que quando há um aumento da produção, cresce a acumulação de capital e também os gastos com a produção, porém, com um número reduzido de operários, esses gastos aumentam com menos intensidade.

A composição da superpopulação relativa tem entre seus determinantes principais a correlação de forças entre as classes sociais, conforme discutido na seção anterior. Nos períodos de prosperidade, em que a luta dos trabalhadores está em ascensão, grande parte da superpopulação pode ser absorvida pelo capital. Além disso, a atuação dos sindicatos deve ser considerada, pois permite que trabalhadores e desempregados cooperem entre si para minimizar as conseqüências do movimento de opressão exercido pelo capital (MARANHÃO, 2010).

Na busca pelo lucro, a acumulação do capital cresce, assim como o EIR. Enquanto uns produzem ao máximo, outros aguardam uma oportunidade, sendo que a situação poderia ser diferente se o trabalho fosse dividido racionalmente entre a população. A oscilação na demanda por mercadorias (produção) provoca uma variação na quantidade de mão de obra excedente. Esse contingente de mão de obra pode ser direcionado a outros ramos da Indústria. Marx mostra que essa massa populacional se dirige aos novos e antigos ramos da indústria, ou acabam findando em uma situação de subemprego. As oportunidades dependem das oscilações dos ciclos industriais, ou seja, quando a acumulação está em expansão, absorve uma parte do EIR e quando se contrai, libera-a. Como existem vários setores de

produção, essa população trabalhadora migra para aquele que está em aquecimento, com boas margens de lucro e oferecendo melhores salários e, quando este ramo específico satura, então os salários voltam a cair e os trabalhadores acabam voltando para a reserva.

Marx aponta o desenvolvimento tecnológico e a acumulação de capital inerente ao sistema capitalista como as principais causas da exploração do trabalhador. A busca pelo acúmulo de capital, resulta, em contrapartida, em acúmulo de miséria e mantém o EIR totalmente preso ao capital. Marx defende que a lei geral da acumulação capitalista implica necessariamente a acumulação de riquezas nas mãos de poucas pessoas e na generalização da miséria entre os povos do mundo. A miséria relativa é um produto necessário do capitalismo. Afirma Marx que a lei geral da acumulação capitalista ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Assim, segundo o autor:

[...] quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital. (MARX, 1994, p. 748).

A atualidade da teoria marxista permite-nos repensar o EIR, expressão usada em seu tempo, quando o desemprego que afeta o mundo hoje ainda não era uma realidade, podendo, portanto, a mão de obra que era expulsa de alguns setores produtivos ser aproveitada em outros ramos da produção, de acordo com as necessidades do capital. Hoje, no entanto, essa mão de obra não tem sequer muitas vezes a chance do retorno ao emprego e uma vez expulsa do mercado passa a compor, o que Souza chamou de “exército dos perdedores globais” (SOUZA, 2008, p.9).

Resumindo, no processo de acumulação do capital, quanto maior a produtividade, maior a pressão da disponibilidade de trabalhadores sobre os meios de produção e mais precária a condição da venda da força de trabalho. Quanto maior a acumulação do capital, maior a acumulação de riqueza e miséria. Nas mesmas condições que aparece o desenvolvimento da produtividade, desenvolve-se um cenário que só gera riqueza para os capitalistas.

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, tornou-se a fonte do enriquecimento

individual dos capitalistas. O que Marx denominou de “superpopulação relativa” está sempre presente nos movimentos de procura por trabalho. Ela mantém o funcionamento da lei da oferta e da demanda dentro de limites condizentes com os propósitos de exploração e de domínio do capital.

2.3 EVOLUÇÃO RECENTE DO CAPITALISMO: NEOLIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRABALHO

Desde os anos 1970 houve um esgotamento dos processos de trabalho como o fordismo³ e taylorismo que foram largamente utilizados até então e já não eram suficientes para garantir a dinâmica da acumulação capitalista, gerando crises econômicas nos países centrais e que também se refletiam e se faziam sentir nos países periféricos. De acordo com Cacciamali (2001), as características principais da crise de acumulação capitalista neste período foram: “diminuição das taxas de crescimento da produtividade industrial, perda de lucratividade das empresas, esgotamento de demanda [e] aumento das taxas de inflação e dos déficits públicos” (CACCIAMALI, 2001, p.10).

Houve uma desaceleração do crescimento econômico nos países centrais que foi seguida por um aumento nos preços das commodities, principalmente o aumento no preço do petróleo. O aumento do desemprego e da inflação acabaram por minar a coalizão de forças no qual se assentavam os Estados Nacionais, principalmente na Europa. Iniciou-se uma reorganização política dos Estados Nacionais e teve início a crise estrutural da economia dos Estados Unidos, ameaçando momentaneamente sua hegemonia sobre as demais nações capitalistas (BALTAR; KREIN, 2013).

A partir do início da década de 1980, o crescimento da economia norte-americana, pilar do capitalismo contemporâneo, foi sustentado pelo endividamento externo. O déficit comercial impulsionou a globalização financeira e a internacionalização da produção de bens manufaturados principalmente para países asiáticos. O Japão emergiu como potência tecnológica e financeira. Coreia do Sul, Taiwan e China passaram a ser importantes exportadores de manufaturas. Ao

³ O fordismo é um modelo de produção em massa que se baseia na fragmentação do processo de trabalho através de uma divisão em tarefas com vistas a aumentar a produtividade. Essa fragmentação tira do trabalhador o controle sobre o seu processo de trabalho. O fordismo surge a partir da ideia da administração científica da obra de F.W.Taylor (JOHNSON, 1997).

mesmo tempo, ocorriam importantes avanços tecnológicos e mudanças na organização produtiva, levando as empresas a buscarem uma maior racionalidade da produção. As empresas passam a manter em seu poder somente os ativos estratégicos e passam a fazer maior uso dos serviços terceirizados. Essa racionalidade inclui também a exigência de uma maior flexibilidade para determinar as condições de contratação, do uso e da remuneração da força de trabalho. Isso é feito com alterações das normas e das instituições que regem as relações de trabalho (BALTAR; KREIN, 2013).

Com a nova divisão internacional do trabalho algumas formas de produção são extintas e surgem outras novas que, por sua vez, “forçam” a criação de um “novo trabalhador”, adaptado às novas condições de exploração dadas pela desterritorialização da produção, pelas terceirizações, pelas condições precárias de trabalho e pela exploração dos trabalhadores da periferia do sistema capitalista (MOTA, 2009).

Resumidamente, a partir dos anos 1970 emergiu uma nova etapa do capitalismo em direção a uma maior expansão do capital global com apropriação pelo capital financeiro dos fundos públicos e empresas estatais e ao mesmo tempo o desenvolvimento de mecanismos que possibilitaram a liberação da força de trabalho a baixos custos. Paralelamente à ascensão do capital financeiro, surgem formas mais agressivas de aumentar a produtividade do trabalho. O resultado é a criação ampliada da superpopulação relativa a partir da reestruturação capitalista (MARANHÃO, 2010).

Ao patrocinar um maior controle do processo produtivo global pelo capital financeiro, intensificar a extração de mais-valia e contrair o tempo de rotação do capital⁴, o incremento de tecnologias poupadoras de trabalho reafirma a *lei geral de acumulação*, elaborada por Marx, e transforma uma parcela cada vez maior de trabalhadores em força de trabalho supérflua, trazendo consigo a possibilidade de inovadores métodos de organização e gestão da produção (MARANHÃO, 2010, p.119, grifos do autor).

O paradigma do estado de bem-estar social (*welfare state*) que havia incorporado algumas demandas dos trabalhadores no pós segunda guerra, foi abandonado progressivamente. Assim, a incapacidade de continuar a acumulação

⁴ Objetivando levar ao limite a extração de mais valia, ao adquirir a força de trabalho o capital reduz cada vez mais o tempo de rotação do valor. Para que isso aconteça é preciso “transformar dinheiro em mercadoria e mercadoria em dinheiro no menor tempo possível. Quanto menos demorado é esse movimento, mais rapidamente o capital se valoriza” (MARANHÃO, 2010, 102).

nas mesmas condições anteriores levou a um processo de busca pela restauração dos ganhos capitalistas, baseado em dois movimentos: 1º) da reestruturação produtiva e das mudanças no mundo do trabalho e, 2º) uma ofensiva ideológica e política visando criar a hegemonia para o grande capital (MOTA, 2009).

A partir da retração das ações do Estado em serviços como saúde, educação e assistência social inicia-se um processo de mercantilização desses serviços. Além disso, muitas empresas estatais são privatizadas sob a lógica da liberdade de mercado intensificando-se o processo de abertura de mercados por todo o globo (MOTA, 2009).

O desmonte do setor estatal vem acompanhado pela flexibilização das relações de trabalho, com propensão à precarização estrutural e com o surgimento de novas formas de intensificação do trabalho (TORRES, 2012). A busca por maior flexibilidade das relações de trabalho e a descentralização produtiva acabou por tornar difícil as ações coletivas dos trabalhadores e também demoliu os alicerces da regulação pública do trabalho que havia sido construída no período pós-guerra nos países centrais (BALTAR; KREIN, 2013).

Quando se trata de reestruturação não se assume que uma estrutura nova está se sobrepondo a uma anterior, pois isso implicaria entender que as estruturas são fixas e estáticas até o momento em que são substituídas por outras estruturas que ensejaram o rompimento daquelas estruturas anteriores (GOMES, 2011). Considera-se nessa dissertação o conceito apresentado por Lencioni (1994) e utilizado também por Gomes (2011), para o qual as estruturas apresentam somente um “equilíbrio” provisório e quando esse “equilíbrio” é rompido ocorre uma desestruturação-reestruturação dentro da dinâmica da própria estrutura. Isso significa que “estruturação-desestruturação-reestruturação se constituem num único movimento” (LENCIONI, 1994).

Sinteticamente pode-se afirmar que reestruturação é um movimento de continuidades e de rupturas. No caso da reestruturação produtiva, trata-se de uma resposta dada pelos capitalistas à crise do capitalismo, visto que as estruturas existentes não atendiam mais às necessidades de valorização do capital (GOMES, 2011). A reestruturação das relações de produção e das relações de trabalho dão um novo sentido social as relações estabelecidas entre capital e trabalho, reposicionando-os na luta de classes.

No plano internacional é possível distinguir alguns movimentos que se configuraram na ofensiva do grande capital pelo globo e cuja síntese foi o Consenso de Washington. O capital industrial torna-se nesta fase cada vez mais subordinado ao capital financeiro, as fusões de empresas e as grandes aquisições oligopolizam os mercados, e há uma reconfiguração dos aparelhos de Estado, imprimindo neles a marca da ideologia neoliberal (MOTA, 2009).

Com a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial a ideologia neoliberal é direcionada também aos países periféricos e os investimentos transacionais que são realizados nesses países geraram grandes remessas de lucros para os países ricos (MOTA, 2009). Ao mesmo tempo, reconfiguraram as estruturas produtivas existentes, afetando a dinâmica do conflito entre capital e trabalho.

As mudanças no processo de acumulação estão fundamentadas na flexibilização da produção, e por isso são mudanças de caráter estrutural. As mudanças introduzidas na organização produtiva, com o enxugamento das empresas e a descentralização e internacionalização das plantas industriais refletem-se na forma de gestão do trabalho dentro das empresas. Essas tendências são generalizadas por todos os territórios, mas, como já discutido no capítulo anterior, a intensidade e a forma com que se expressam em cada país dependem da correlação de forças existentes, da mobilização social e das políticas adotadas (LEITE; SALAS, 2015).

O progresso tecnológico, o surgimento da ciência da informação e as novas tecnologias modificaram substancialmente a força de trabalho, permitindo ainda que o capital estendesse seu domínio a todos os aspectos da vida dos indivíduos (NASCIMENTO, 2013). Não obstante, a crescente automação da produção não foi suficiente para erradicar o trabalho vivo, como chegou a sugerir Gorz (1987). Além disso, os indivíduos passam a estar subordinados ao que Braverman (2014) denominou de “mercado universal”:

Na fase do capitalismo monopolista, o primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e o terceiro é um “ciclo de produto”, que inventa novos serviços e produtos, alguns dos quais se tornam indispensáveis à medida que as condições da vida moderna mudam. Desse modo, o habitante da sociedade capitalista é enlaçado na teia trançada de bens-mercadoria e serviços-mercadoria da qual há pouca

possibilidade de escapar mediante parcial ou total abstenção da vida social tal como existe (BRAVERMAN, 2014, p.239).

Neste sentido, o estudo desenvolvido por Foster, McChesney e Jonna (2011) procura mostrar que o processo de internacionalização do capital é imprescindível para entender as atuais tendências econômicas globais, sobretudo a proliferação de um sistema de oligopólio internacional. Em vez de praticarem a concorrência via preços, como é atribuído ao capitalismo concorrencial, os oligopólios internacionais concorrem por baixos custos de mão de obra, por recursos, pela diferenciação do produto e por mercados consumidores em potencial.

As grandes corporações, na busca por maiores lucros, deslocaram sua produção e aumentaram a subcontratação em países da periferia capitalista, com o objetivo de obter os menores custos possíveis. A terceirização e a subcontratação permitem uma exploração ainda maior da massa de trabalhadores, ao mesmo tempo que isenta de culpa as grandes empresas em relação à exploração excessiva (FOSTER; McCHESNEY; JONNA, 2011a).

Os grandes aumentos do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e o crescente número de fusões e aquisições mostram como a expansão das empresas multinacionais está formando um sistema econômico concentrador de renda (FOSTER; McCHESNEY; JONNA, 2011b). A estrutura desigual do comércio mundial, na qual está assentada a base do sistema mundial de trocas contemporâneo, aumenta a miséria nos países pobres, e cada vez mais também nos países ricos e promove a desigualdade de renda (PIKETTY, 2014). Os países desenvolvidos eram os possuidores de 80% da renda mundial em 1993, e abrigavam somente 15% da população mundial (CHOSSUDOVSKY, 1999). A esse respeito, outro estudo, desenvolvido por Korzeniewicz (2012) sobre a evolução da distribuição de renda mundial demonstra que a posição geral relativa das economias capitalistas desenvolvidas se manteve praticamente inalterada entre a década de 1990 e meados dos anos 2000.

Existem cinco aspectos fundamentais que se relacionam com a expansão do oligopólio do capital internacional: 1) a necessidade de se considerar as categorias econômicas em termos internacionais, pois as grandes empresas multinacionais são responsáveis pela maior parte da oferta mundial além de absorverem a maior parte da renda gerada; 2) Incluir nas análises o poder de monopólio das grandes

corporações; 3) as grandes empresas oligopolistas normalmente optam por atuar em conluio ou em interações estratégicas (com outras empresas e com suas filiais em outros países); 4) considerar que as novas tecnologias e as finanças permitiram o aumento da centralização de capital; 5) ter claramente distintos o fenômeno de concorrência entre capitais (tentativa das empresas em obterem vantagens nos diferentes mercados de trabalho) e o fenômeno de concorrência entre os trabalhadores (relacionado à luta de classes e ao conflito gerado pela exploração do trabalho pelo capital) (FOSTER; McCHESNEY; JONNA, 2011a).

A mobilidade do capital tornou-se cada vez mais fácil em função da financeirização das economias. O trabalho, ao contrário, em função de suas características (culturais, políticas e geográficas) não apresenta a mesma mobilidade. Consequentemente a concorrência entre os trabalhadores se fará cada vez mais presente, gerando desemprego, baixos salários e condições de trabalho precárias (FOSTER; McCHESNEY; JONNA, 2011a). Segundo os autores:

Competition between workers is aggravated as the internationalization of monopoly capital grows more certain: they are two sides of the same coin. The result is a worldwide heightening of the rate of exploitation (and of the degree of monopoly). Tariffs and capital controls were battered down through GATT and WTO under the leadership of capital from the center because imperial corporations believed they were strong enough to outcompete firms in the periphery. The resulting free movement of capital has contributed to real wage stagnation or actual wage decrease for the relatively privileged workers in the countries of capitalism's core, while worsening the conditions of the vast majority of the much poorer workers in the periphery (FOSTER; McCHESNEY; JONNA, 2011a).

A análise de Cacciamali (2001) destaca que a utilização de tecnologias como a informática, a telecomunicação e a robótica ensejaram um processo de reestruturação com a utilização de novos métodos de trabalho. As empresas passam a ocupar territórios além de suas fronteiras, desarticulando as cadeias produtivas e permitindo a obtenção de maior valor agregado em cada uma das etapas do processo de produção. Adiciona-se ainda a abertura comercial, que permitiu às grandes empresas intensificarem a competição entre elas para obter a redução dos custos e simultaneamente estabelecer relações de cooperação para investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Resumidamente, pode-se dizer que a recente internacionalização do capitalismo pela periferia do sistema econômico (processo esse que não é novo e

que caracterizou toda a história do capitalismo) é o resultado das necessidades de valorização do capital. Essa incessante necessidade de expansão e de busca por mercados consumidores e por menores custos de produção tem tido impactos não somente nos processos de trabalho (ou nos processos de produção de bens), mas também na vida cotidiana de uma maneira geral. A consolidação das instituições capitalistas representa a consolidação das relações sociais completamente subordinadas à lógica do capital.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo procurou-se condensar as relações sociais que regem o modo capitalista de produção, destacando a interação entre o avanço das forças produtivas, as relações de produção e o movimento de acumulação de capital. Além disso, foi analisada de que forma a conjugação desses movimentos impactou a força de trabalho, transformando-a segundo as leis gerais da acumulação capitalista. Finalmente, descreveu-se brevemente os desdobramentos recentes da evolução do sistema capitalista sob o comando da reestruturação produtiva neoliberal que ocorreu no período recente da história mundial e a manutenção do conflito entre capital e trabalho que permeia essa relação desde seu surgimento, mas em bases modificadas. O próximo capítulo mostra como o capitalismo brasileiro e a força de trabalho doméstica se inserem nesta dinâmica.

3 MUDANÇAS NO CAPITALISMO NO BRASIL DESDE OS ANOS 1990

Este capítulo explora como as mudanças recentes no capitalismo afetaram a economia brasileira, e como têm impactado, de forma geral, as relações de trabalho no Brasil, considerando, sobretudo: o período de implementação, de consolidação do projeto neoliberal a partir dos anos 1990 e o seu aprofundamento a partir dos anos 2000 (subseção 3.1); a reorientação do projeto de desenvolvimento econômico que resultou em uma face mais moderada do neoliberalismo no Brasil (subseção 3.2) e; por fim, os desdobramentos da crise econômica e política que se instalou em meados da segunda década do século XXI (subseção 3.3).

3.1 EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL: DA INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES AO NEOLIBERALISMO

A seção 3.1 descreve a evolução do capitalismo no Brasil, passando pelo processo de industrialização e pelas transformações sociais decorrentes tanto da industrialização como da implementação do neoliberalismo. Também é retratada a transformação do projeto neoliberal no Brasil desde sua implementação no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 até o seu amadurecimento (anos 2000) e posterior crise (de 2008 em diante).

3.1.1 Industrialização e transformações socioeconômicas no Brasil nos anos 1970

Nos países desenvolvidos, em geral, o Estado do Bem-Estar Social foi enfraquecido pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva que substituiu o fordismo. No Brasil não existiu um Estado de Bem-Estar Social nos moldes dos países desenvolvidos e a inserção da economia brasileira no movimento de reestruturação produtiva teve início com o declínio do modelo de substituição de importações que vigorou no período que vai de 1930 até o final dos anos 1970. Este longo período é caracterizado por um intenso processo de industrialização e de urbanização. Nesta trajetória a indústria se desenvolveu com auxílio da intervenção estatal e dos fluxos de capitais internacionais para os países periféricos, sobretudo latino-americanos (LEITE; SALAS, 2015).

Esse processo de expansão da industrialização no Brasil modificou a economia e a sociedade brasileiras, sobretudo desde a segunda metade do século XX. A elevação nas taxas de urbanização está intrinsecamente associada ao processo de industrialização. O desenvolvimento capitalista é tipicamente (mas não exclusivamente) caracterizado pelo processo de urbanização e, com relação aos propósitos deste trabalho, por mudanças estruturais na composição da força de trabalho:

O fato é que a transformação na composição setorial das atividades produtivas implica mudança na estrutura ocupacional. Uma economia agrícola que apenas expande, incorporando mais terra, insumos e força de trabalho (nos moldes do que ocorreu no Brasil até meados do século XX), tende a preservar a estrutura ocupacional, ao passo que a industrialização e a urbanização geram diversificações das ocupações. O desenvolvimento da indústria desencadeia também o crescimento e a diversificação de serviços e atividades complementares ao modo de vida urbano, deslocando para as cidades parcela da força de trabalho empregada na agricultura (COMIN, 2015, p.370).

De acordo com os dados do IBGE, em 1970 a população urbana já era superior à rural e representava 55,9% da população total. Esta proporção cresceu ininterruptamente nas décadas seguintes, passando para 67,6% em 1980 e alcançando 84,4% da população no ano de 2010. A evolução da taxa de urbanização pode ser acompanhada na tabela 1.

Tabela 1 - Taxa de urbanização (%). Brasil. 1960-2010

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
% da população urbana no total da população	45,6	55,9	67,6	75,6	81,2	84,4

Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010a). Elaboração própria.

A urbanização foi acompanhada simultaneamente da metropolização. Houve uma tendência à concentração populacional em grandes centros urbanos que já se evidenciava desde os anos 1970 e 1980 (BRITO; SOUZA, 2005). O número de pessoas vivendo nas regiões metropolitanas cresceu vigorosamente no período compreendido entre 1970 e o início da segunda década do século XXI (Tabela 2). Como é possível constatar nos dados do IBGE, 25,5% das pessoas residiam em

áreas metropolitanas em relação à população total no ano de 1970, passando 40,06% em 2000 para 44,3% em 2014.

Tabela 2 - População residente (%) nas regiões metropolitanas (RM) em relação a população total. Brasil. 1960-2014

	1960 ⁽¹⁾	1970 ⁽¹⁾	1980 ⁽¹⁾	1991	2000*	2010	2014
% da população em áreas metropolitanas	21,5	25,5	29,0	28,8	40,06	42,9	44,3

Fonte: (1) IBGE apud Chahad (1990). IBGE (1991, 2010, 2014). Elaboração própria.

*Informação disponível no censo de 2010.

Na década de 1970 o país já contava com um parque industrial de bens de consumo e incorporou uma considerável parcela da população trabalhadora no mercado de trabalho formal. Não obstante, havia uma enorme massa de trabalhadores que somente se inseriam nas zonas mais distais do desenvolvimento, evidenciando uma grande exclusão social (LEITE; SALAS, 2015). O governo, durante esse período, permitiu que as demissões sem justa causa ocorressem de maneira irrestrita, apenas indenizando financeiramente o trabalhador. Isso contribuía para a elevada rotatividade do trabalho, além de ter possibilitado uma contenção salarial durante este período (DEDECCA, 2009).

As transformações na estrutura econômica afetam as relações sociais de produção e as posições de classe, como discutido no capítulo anterior. Mais importante para esta pesquisa, as mudanças afetam as condições de emprego, isto é, a composição ou distribuição setorial da força de trabalho. A seguir mostra-se um exemplo quantitativo como ilustração do método empregado no próximo capítulo para avaliar estes impactos. A força de trabalho brasileira sofreu rápidas modificações desde os anos 1970, em função da mudança na divisão social do trabalho que passou a privilegiar as atividades mais capital-intensivas, com o crescimento rápido das atividades mais capitalistas e urbanas. Esse processo de subordinação cada vez mais intensa da economia brasileira aos estágios mais avançados do modo capitalista de produção foi acompanhado de uma imensa expansão do proletariado entre 1970 e 1976, cujo contingente populacional passou de 5,2 milhões de trabalhadores para 11 milhões (SINGER, 1981).

Com relação ao objeto da presente pesquisa, o estudo de Singer (1981), que analisou as transformações na estrutura de classes no Brasil no início dos anos 1970, desmembra a categoria de “trabalhadores empregados” (ou assalariados) em

três grupos sociais: burguesia gerencial, proletariado e subproletariado. O critério empregado por Singer é tanto funcional como de faixas de renda relativas ao preço mínimo pago pela força de trabalho. A burguesia gerencial refere-se aos trabalhadores em funções de direção que trabalham no serviço público ou no serviço privado. Compõem esse grupo os assalariados com renda maior do que 5 salários mínimos (SM) em 1970 e com mais de 10 SM em 1976. O proletariado é composto por trabalhadores assalariados que realizam trabalho manual em empresas capitalistas e órgãos públicos e têm possibilidade de se engajarem na luta por melhores condições de vida e de trabalho. Tecnicamente o autor considerou como proletários, para o ano de 1970, todos os assalariados com renda entre 1 a 5 SM. Para o ano de 1976, o grupo de proletários foi formado arbitrariamente por metade dos assalariados (agrícolas e não agrícolas) com renda entre 1 e 2 SM, adicionado dos assalariados urbanos com renda entre 2 a 10 SM mais os trabalhadores agrícolas com renda entre 1 e 10 SM. Finalmente, o subproletariado é composto pelos empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes. Este grupo é composto pelos trabalhadores com renda inferior a 1 SM para o ano de 1970 e pelos trabalhadores com renda inferior a 1 SM somados arbitrariamente à metade dos trabalhadores não-agrícolas com renda entre 1 e 2 SM no ano de 1976.

Seus resultados mostram que, dadas as classificações empregadas, o proletariado compunha 32,1% dos assalariados em 1970, aumentando para 45,7% em 1976. Houve uma expansão do emprego nas empresas de grande e médio porte e também no setor público, principalmente nas cidades. Nesse período ocorreu uma transferência de uma parcela do subproletariado para o proletariado em função do aumento da intensidade de acumulação de capital. Este grupo sofreu uma redução significativa, passando de 61,1% em 1970 para 50% em 1976. A burguesia gerencial manteve-se praticamente constante durante o período, ficando em cerca de 4% dos assalariados (SINGER, 1981).

A burguesia e a pequena burguesia também foram mensuradas no estudo de Singer (1981). Ambas sofreram alterações de magnitude entre 1970 e 1976. A primeira passou de 2,1% para 3,4% da população e a segunda passou de 10,2% para 20,9%. Esses dados permitem inferir que houve uma mudança no tamanho

relativo das classes sociais em um período relativamente curto. Estas mudanças se deram nas estruturas sociais tanto urbana como rural (SINGER, 1981).

Singer (1981) também descreve as ocupações setoriais características de cada grupamento social a partir do cruzamento de dados de trabalho e rendimento, fornecendo indicadores do tipo de trabalho concreto desenvolvido. As ocupações setoriais características do grupo “proletariado” foram as do *transporte e comunicações*, da *indústria de transformações* (típica do proletariado industrial) e as *administrativas* (típica da burguesia gerencial). Foram consideradas ocupações setoriais distintas do subproletariado a *construção civil*, a *prestação de serviços* e as *ocupações mal definidas*. Segundo o autor:

Em 1970, dois terços das pessoas com ocupação de transporte e comunicações eram motoristas, vindo a seguir os trocadores, que constituem 4,9%; dos que tinham ocupações na indústria da transformação, 10,6% eram mecânicos, 9,2% alfaiates e costureiras, 5,2% cardadores e penteadores, 6% carpinteiros, 3,6% eletricitas, 3,3% marceneiros, 2,7% tecelões, etc.; dos que tinham ocupações administrativas sem ser proprietários, 55,5% eram auxiliares de escritório, e 20% administradores. Como características do subproletariado foram consideradas as da construção civil, na qual predominam trabalhadores pouco qualificados e de empregos precários, as da prestação de serviços, na qual a maioria é constituída por empregados domésticos e dos serviços de alimentação (bares) e outras ocupações e ocupações mal definidas e não declaradas, muitas das quais são ocupações inconfessáveis como prostitutas, mendigos e ladrões. Nesta categoria ainda estão as ocupações de ascensorista, aprendizes, porteiros, vigias e serventes, trabalhadores braçais sem especificação, todas características do subproletariado (SINGER, 1981, p.85).

Entre 1970 e 1976, caiu a proporção de pessoas com ocupações típicas do subproletariado urbano, como “outras”, “mal definidas”, etc. E aumentou a proporção dos que exercem profissões administrativas e ocupações técnicas e científicas etc., que formam a burguesia gerencial (também chamada pelo autor de trabalhadores de colarinho branco). Cresceu também a proporção dos que têm ocupações industriais. Resumidamente isso significa que a aceleração da acumulação capitalista que ocorreu entre 1968 e 1974 durante o Milagre foi capaz de absorver uma parcela significativa do EIR e de ampliar em certa medida a burguesia e a pequena burguesia urbanas (SINGER, 1981).

Dessa maneira, pode-se afirmar que nesse período de consolidação da industrialização por substituição de importações a acumulação de capital provocou crescimento tanto das classes sociais centrais do modo de produção capitalista

(burguesia e proletariado) como também da pequena burguesia, que tem uma relação contraditória com o capital:

O aumento do número de pequenos produtores independentes, proprietários de seus meios de produções, se deve, em última análise, ao desenvolvimento das forças produtivas, ocasionado pela acumulação. Este desenvolvimento, além de multiplicar as unidades capitalistas de produção e os postos de trabalho nelas, também eleva a demanda por bens e serviços oriundos da Produção Simples de Mercadorias. Nestas condições, cresce o número de profissionais autônomos e de pequenas unidades comerciais, agrícolas, artesanais e de prestação de serviços (SINGER, 1981, 120).

A partir de 1976 estas tendências são revertidas em função da diminuição da acumulação de capital face à elevação da concorrência entre capitais, a introdução de mudanças estruturais na produção e o aumento da produtividade que resultou na redução dos postos de trabalho (SINGER, 1981).

3.1.2 Da crise dos anos 1980 à consolidação do Neoliberalismo

De volta para a discussão da evolução do capitalismo brasileiro, os anos 1980 representaram um rompimento com o projeto econômico anterior (modelo de substituição de importações). Os setores modernos da economia haviam perdido a capacidade de absorver mais trabalhadores e, com a crise internacional iniciada no final dos anos 1970, desapareceram os recursos externos. O Estado estava endividado e não havia um canal de financiamento interno, levando ao fim o padrão de acumulação apoiado no tripé Estado, capital nacional e capital privado internacional. À perda de dinamismo do crescimento econômico somaram-se as crises cambiais e o encarecimento das importações, resultando em pressões inflacionárias recorrentes. Muitos planos de estabilização de preços foram tentados, sem lograrem êxito. As taxas de desemprego oscilaram ao longo de toda a década, mas com uma leve tendência de queda até o final da década de 1980 (GUERRA et al., 2007). Com o pífio desempenho econômico ocorreu uma grande redução nos postos de trabalho no setor agrícola e no setor industrial e uma expansão moderada das ocupações do setor de serviços (SIQUEIRA; FALVO, 2008). Com isso confirma essa evolução:

A participação da indústria de transformação no PIB brasileiro cresceu continuamente no pós-guerra, atingindo seu pico em meados dos anos

1980, quando começou a declinar. Entre 1960 e 2010, a participação da agricultura caiu de aproximadamente 18% para 5% do PIB. Até 1985, todo o terreno perdido pela agricultura foi deslocado para a indústria manufatureira, mantendo-se o grande setor dos serviços sempre no patamar de 50%. A partir de 1985, contudo, as perdas de ambos os setores (agricultura e indústria) foram transferidas para o terciário, que passou a representar cerca de dois terços do produto nacional. Esses deslocamentos são essenciais para a análise das mudanças na estrutura ocupacional (COMIN, 2015, p.375).

No final da década de 1980 o Estado brasileiro encontrava-se paralisado enquanto ocorria uma lenta transição da ditadura civil e militar para o regime democrático. Em 1988 foi promulgada uma nova Constituição Federal prometendo avançar na situação social do país, tornando-o mais equitativo. Nesse ambiente de abertura social e política os movimentos sociais conquistaram espaço na luta contra as desigualdades. Suas principais reivindicações incluíam a ampliação da negociação coletiva e dos direitos trabalhistas que passaram a ser assegurados pela nova carta (GUERRA et al., 2007). Não obstante, estariam longe de alcançar uma transformação capaz de garantir um conjunto amplo de direitos sociais (FILGUEIRAS, 2006).

Esse período viu aumentar a frequência das crises, como colapsos de crescimento, reversão dos fluxos de capital e crises bancárias e cambiais. O custo dessas crises foi um baixo crescimento dos países, não apenas do Brasil, mas da região latino-americana (CEPAL, 2007). Além disso, quando há recessão econômica, os setores da economia contraem-se, diminuindo seu nível de atividade e de produção, e como consequência aumenta o desemprego.

Diante do quadro de estagnação econômica, alta inflação e crescente endividamento externo, os países latino-americanos, inclusive o Brasil, já não conseguiam mais quitar os compromissos previamente assumidos com os bancos e instituições internacionais. Assim, a condição para a renegociação das dívidas externas foi que os países assumissem os princípios que haviam sido erigidos no Consenso de Washington. Esses princípios incluíam:

A abertura das economias nacionais aos mercados mundiais e adequação dos preços internos aos preços internacionais; priorização das exportações; políticas monetárias e fiscais voltadas para a redução da inflação e da dívida pública; constante vigilância sobre a balança de pagamentos; sistema normativo claro e inviolável sobre os direitos de propriedade privada; privatização do setor empresarial estatal; estabilização dos preços e política de juros altos; interferência mínima do Estado na economia; redução do

peso das políticas sociais no orçamento do Estado (OLIVEIRA, 2004, p.466).

De todos os países da América Latina o Brasil foi o que mais tardou em adotar um projeto político e econômico neoliberal em resposta à crise estrutural do capital. Isso deve-se ao fato de ter ocorrido uma intensa luta dos trabalhadores contra sua implementação nos anos 1980, o que terminou por adiar esse processo, mas não impedi-lo. As greves gerais, a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) foram avanços importantes para a classe trabalhadora, mas insuficientes para evitar que frações do capital se unissem em torno de um objetivo comum, o de iniciar um projeto econômico neoliberal (FILGUEIRAS, 2006).

Com a ofensiva do capital global, que no Brasil e o êxito em sua expansão, chegaram ao poder governos, principalmente a partir da década de 1990, que decidiram realizar reformas institucionais em sintonia com os princípios do livre mercado (ALVES, 2009). Em virtude da instabilidade inflacionária e perda de competitividade da indústria nacional, esses governos assumiram um discurso de que era preciso realizar a modernização do parque produtivo através da intensificação da concorrência entre as empresas nacionais e internacionais. Assim, apoiados pela burguesia nacional, os governos passaram a adotar um projeto econômico com viés neoliberal. A implementação desse projeto econômico incluía realizar as seguintes reformas: (i) realização de ajustes fiscais na economia; (ii) abertura comercial e financeira; (iii) privatizações das empresas estatais e; (iv) flexibilização no mercado de trabalho (GUERRA, et al., 2007).

Esse processo transformou de maneira substancial as formas de produção, o mundo do trabalho, o papel do Estado e a apropriação da renda. Essas transformações foram, em resumo, responsáveis por modificar a forma de acumulação de capital no país (GUERRA, et al., 2007). Dos fenômenos observados aquele que teve maior impacto sobre a classe trabalhadora foi a flexibilização do mercado de trabalho, segundo Alves (2009):

Na virada para a década de 1990, as reformas neoliberais implementadas a partir do governo [Fernando] Collor e o cenário macroeconômico (recessão ou baixo crescimento da economia num contexto de intensa reestruturação industrial, juros elevados e abertura comercial com a intensificação da concorrência intercapitalista), contribuíram para a constituição de um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de

desemprego total nas regiões metropolitanas e deterioração dos contratos salariais devido à expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos (ALVES, 2009, p.190).

Já Filgueiras (2006) argumenta que o modelo econômico neoliberal se estruturou no Brasil com base em cinco pilares fundamentais. O primeiro refere-se à mudança ocorrida na relação entre capital e trabalho decorrente da reestruturação produtiva que redefiniu a correlação de forças existentes, com o enfraquecimento da luta dos trabalhadores. O avanço patronal sobre a organização dos trabalhadores se desenvolve na forma de “uma *crise do sindicalismo no Brasil*” (ALVES, 2006, p. 473) caracterizada principalmente pela “*diminuição da eficácia da ação sindical* de caráter geral ou classista”. De acordo com a hipótese desenvolvida por Alves (2009), ocorreram mudanças na dinâmica das greves e das reivindicações dos trabalhadores. A subdivisão dos sindicatos (pela divisão dos grupos econômicos) enfraqueceu seus poderes de negociação. As greves passaram a ocorrer no âmbito da empresa e não mais por categorias de trabalho. Com o aumento acentuado do desemprego, as greves gerais diminuíram significativamente e constatou-se que as reivindicações tratavam de exigir o cumprimento dos direitos (o que evidencia a precarização do trabalho no período).

O segundo pilar foi a mudança nas relações intercapitalistas com o aprofundamento da financeirização da economia, apoiada na dívida pública e levando ao fortalecimento dos grupos financeiros nacionais e internacionais (FILGUEIRAS, 2006). Ocorreu no período também uma reconfiguração do sistema bancário nacional. Entre 1988 e 1998, reduziu-se o número de bancos privados nacionais e o número de bancos públicos estaduais. Ao mesmo tempo, o número de bancos sob controle estrangeiro e com participação estrangeira aumentou. Existiam 26 bancos sob controle estrangeiro em 1988 e em 1998 estes totalizavam 60 bancos. Estes possuíam 5,8% dos ativos em 1988 e detinham 14,1% no final de 1998. Pode-se usar também como indicador da centralização do capital no setor financeiro a participação relativa das instituições no patrimônio e nos ativos totais dos bancos. Em 1998 as três maiores instituições bancárias detinham 44,8% dos ativos totais dos bancos. Considerando-se as dez maiores esse percentual correspondia a 68,1% (BCB, 1998).

Outra dimensão da mudança nas relações intercapitalistas foi o crescimento da centralização de capitais percebida pela elevação do número de fusões,

incorporações e aquisições somada a uma desnacionalização da economia brasileira. Para ilustrar essa transformação entre 1994 e 1998 o número de aquisições por estrangeiros de empresas brasileira já constituídas aumentou 146%, totalizando no período 676 operações (excluindo incorporações, acordos ou associações) (FILGUEIRAS, 2006). De acordo com Alves (2002) a participação do capital estrangeiro no faturamento dos 350 maiores grupos empresariais correspondia a 36% em 1991, e aumentou para 53,5% em 1999. A grande quantidade de operações de fusões e aquisições não significou necessariamente o aumento da capacidade produtiva do país. O capital financeiro se aproveitou das oportunidades em várias ocasiões para alavancar seu crescimento nas economias emergentes sem contribuir para elevar o crescimento econômico.

O terceiro pilar foi o estabelecimento de uma nova inserção internacional que ocorre a partir da abertura comercial, redução nas tarifas de importação e desregulamentação financeira. O aumento da importação de bens e serviços levou ao aumento dos saldos negativos no balanço de pagamentos. Inicialmente esses saldos negativos foram financiados pela venda das empresas estatais e pelos fluxos de capitais internacionais. Após a crise cambial de 1999, e com o arrefecimento do processo de privatização, a obtenção de superávits na balança comercial tornou-se condição essencial para economia manter a remessa de rendas ao exterior, sobretudo para a remuneração do capital financeiro internacional (FILGUEIRAS, 2006). Isso significa que a inserção internacional do Brasil, sob a prevalência do setor financeiro no processo de acumulação de capital, inaugurou outras relações de dependência, submetendo-o à lógica imposta pelo capital (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

O quarto pilar edificou uma transformação na estrutura e no funcionamento do Estado, com a redução de sua participação nas atividades econômicas, quebra de monopólios estatais e venda de empresas antes geridas pelo governo. As relações trabalhistas no setor público também foram flexibilizadas, abrindo a possibilidade para a contratação sem concursos públicos e redefinindo as normas referentes à aposentadoria dos servidores (FILGUEIRAS, 2006).

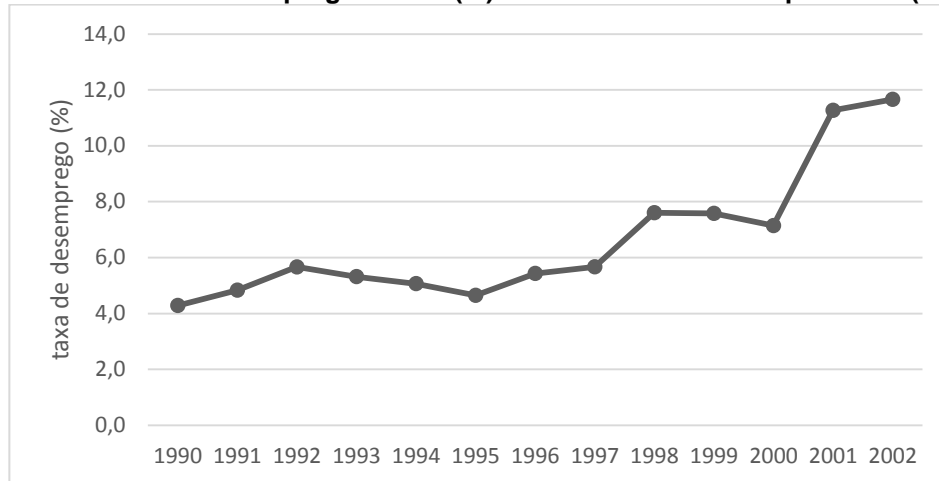
O quinto pilar firmou uma importante alteração nas formas de representação política, com deslocamento das disputas para fora do campo formal das assembleias e câmaras legislativas. Fato este que vem se manifestando em “uma operação de despolitização, na qual o social é substituído pelo econômico e o econômico pelo

mercado” (FILGUEIRAS, 2006, p.34). No plano político e ideológico, essa operação corresponde à hegemonia do capital financeiro que impõe à sociedade a via única que reduz os aspectos sociais a uma dimensão econômica, rejeitando a ação dos atores políticos. Também pode-se dizer que se trata de uma crise da democracia formal burguesa que vem ocorrendo em todo o continente latino-americano.

Finalmente, adiciona-se aos cinco pilares fundamentais a instabilidade da dinâmica macroeconômica dada pelo aumento da dependência financeira e tecnológica, o que coloca a economia brasileira em uma posição de vulnerabilidade intermitente. Assim, vai tomando forma a configuração do novo pacto de poder no capitalismo brasileiro, expressa pela hegemonia do capital financeiro internacional, os grandes grupos econômico-financeiros nacionais (aqueles que conseguiram sobreviver à concorrência) e o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional) (FILGUEIRAS, 2006).

Esse novo contexto mundial do poder das finanças tem sido caracterizado pela desregulamentação da entrada e saída de capitais no interior das nações. Os fluxos de capitais especulativos passam a ser atraídos para os países de renda média. No Brasil, a abertura comercial e financeira ocorreu sem que o Banco Central e as autoridades monetárias impusessem grandes barreiras à entrada e saída desses capitais voláteis. Ao mesmo tempo em que o Brasil se reinseriu com mais força nos fluxos do mercado financeiro internacional, a entrada desses capitais voláteis aumentou o risco de crises cambiais (GUERRA et al., 2007).

Durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 1998 ocorreu de fato a implementação coordenada do projeto neoliberal, denominado por Filgueiras (2006) de “Projeto neoliberal periférico” se referindo ao fato de o Brasil estar localizado na periferia do sistema capitalista e ser dependente (econômica, financeira e tecnologicamente) dos países capitalistas avançados. Durante esse período, ocorreram três crises cambiais importantes (em 1995, 1997 e 1998) em decorrência da vulnerabilidade externa (déficits no Balanço de Pagamentos derivados de déficits nas Transações Correntes) e da fragilidade financeira do setor público. As consequências para a classe trabalhadora se traduziram em elevadas taxas de desemprego (gráfico 1 a seguir), queda do rendimento médio real e precarização dos postos de trabalho.

Gráfico 1 - Taxa de desemprego aberto (%). Total das áreas metropolitanas (1990-2002)

Fonte: IBGE (2007).

Após a desvalorização do Real em 1999, ocorreu alguma melhora na balança comercial e mudanças no adensamento de alguns setores produtivos. Entretanto, os sinais positivos duraram poucos. O novo pacto de poder que surgiu neste momento era tão ou mais conservador do que o anterior. As medidas econômicas adotadas contribuíram para que o Produto Interno Bruto tivesse um reduzido crescimento em comparação com outros países da América Latina. Isso pode ser atribuído em parte à adoção do regime de metas de inflação, à elevação da taxa de juros e ao aumento das atividades ligadas às finanças em detrimento das atividades industriais e comerciais. Além disso, os detentores dos títulos da dívida pública eram remunerados com juros elevados. Este endividamento do Estado significou a redução dos investimentos em infraestrutura, em tecnologias e em outros setores da economia. Ou seja, as atividades industriais se enfraqueceram ao passo que cresciam os ganhos exclusivamente financeiros (GUERRA, et al., 2007).

Para Filgueiras (2006), a partir de 1999, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, e deu-se o “aperfeiçoamento” do projeto neoliberal. Esse processo se estenderia até o final do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2005). A utilização do termo “aperfeiçoamento” não denota um modelo estável. Pelo contrário, uma das características mais marcantes do projeto neoliberal da periferia capitalista é a instabilidade. As crises financeiras e cambiais repetiram-se por toda a América Latina e fora dela: México (1994), Rússia (1998), Brasil (1999), Argentina (2001) e novamente Brasil (2002).

Destacam-se como elementos que dão prosseguimento ao projeto neoliberal a manutenção das políticas de metas de inflação, câmbio flutuante e superávits

primários. Entretanto, a partir de 2003, de acordo com a análise de Baltar et al. (2010), é possível distinguir alguns elementos que diferenciam o governo de Luís Inácio Lula da Silva de seu antecessor desde seu primeiro mandato. Entre eles estão a frenagem do processo de privatizações e o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Estas e outras mudanças são discutidas na seção 2.2.

3.1.3 Neoliberalismo, desempenho econômico e trabalho

A implementação e consolidação do projeto neoliberal resultaram principalmente no debilitamento da indústria e na desestruturação do mercado de trabalho, como é visto a diante. A abertura comercial sem a devida precaução converteu-se em estagnação da formação bruta de capital fixo ou da acumulação de capital, que não chegou a atingir 20% do PIB entre 1995 e 2005, como pode ser observado na tabela 3 abaixo. Ou seja, em vez de ocorrer a modernização da indústria brasileira, como apregoado pelo pensamento neoliberal, esta estagnou. Segundo Guerra et al. (2007), este enfraquecimento pode ser atribuído aos seguintes fatores:

- a) cenários macroeconômicos instáveis;
- b) abertura comercial, permitindo que a concorrência com as empresas multinacionais comprimisse as margens de lucro das empresas nacionais;
- c) piora na dinâmica econômica interna, debilitando a indústria de bens de capital;
- d) inaptidão para criar e/ou copiar tecnologia similar àquelas utilizadas pelos países desenvolvidos;
- e) inexistência de financiamento contínuo de longo prazo;
- f) dificuldade das empresas nacionais em proceder à reestruturação de seus processos de trabalho na velocidade necessária para se adaptar às novas exigências (as empresas maiores, que conseguiram realizar este processo saíram fortalecidas) e;
- g) redução do número de postos de trabalho (GUERRA, et al., 2007).

Tabela 3 - Participação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no PIB (em %) e participação da Formação Bruta de Capital (FBC) no PIB (em %)

ANO	FBCF (% do PIB)	FBC (% do PIB)
1995	18,3	18,0
1996	16,9	17,0
1997	17,4	17,4
1998	17	17
1999	15,7	16,4
2000	16,8	18,3
2001	17	18
2002	16,4	16,2
2003	15,3	15,8
2004	16,1	17,1
2005	15,9	16,2

Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais. Elaboração: IPEA (2011).

O produto da indústria da transformação não apresentou crescimento sustentado. A mudança mais substantiva neste setor foi a alteração em sua composição, com a diminuição da participação da produção de bens de capital e com o aumento na produção dos bens de consumo duráveis em função das taxas de crescimento diferenciadas dos dois segmentos (tabela 4). A modificação na composição do produto industrial foi acompanhada pelo aumento na aquisição de bens manufaturados importados, principalmente de bens de capital e componentes dos bens duráveis.

Todos esses aspectos tiveram implicações negativas sobre o emprego e sobre o valor agregado pela indústria de transformação. O mercado de trabalho passou a manifestar sua incapacidade em absorver trabalhadores em empregos tipicamente capitalistas, sobretudo os jovens que começariam a fazer parte do mercado de trabalho (GUERRA et al., 2007).

Tabela 4 - Taxa de crescimento da Indústria (% a.a.) Setores selecionados. Brasil (1990-2005)

ANO	Indústria em geral	Indústria da transformação	Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens de consumo duráveis
1990	- 8,9	- 9,4	-15,4	- 8,7	- 5,7
1991	- 2,6	- 2,3	-1,2	- 2,2	4,6
1992	- 3,7	- 4,0	- 6,8	- 2,4	- 13,0
1993	7,5	8,0	9,6	5,4	29,1
1994	7,6	7,8	18,6	6,5	15,1
1995	1,8	1,7	0,2	0,2	14,4
1996	1,7	1,1	- 14,0	2,9	11,2
1997	3,8	3,6	4,8	4,6	3,4
1998	- 2,0	- 3,2	- 1,5	- 0,7	- 19,5
1999	-0,6	- 1,6	- 9,0	1,8	- 9,2
2000	6,6	6,0	13,0	6,8	20,8
2001	1,5	1,3	13,4	- 0,1	- 0,6
2002	2,7	0,5	- 5,8	4,2	4,7
2003	0,0	- 0,1	2,1	2,0	2,9
2004	8,3	8,5	19,7	7,3	21,8
2005	3,0	2,7	3,5	0,9	11,4

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA (2011).

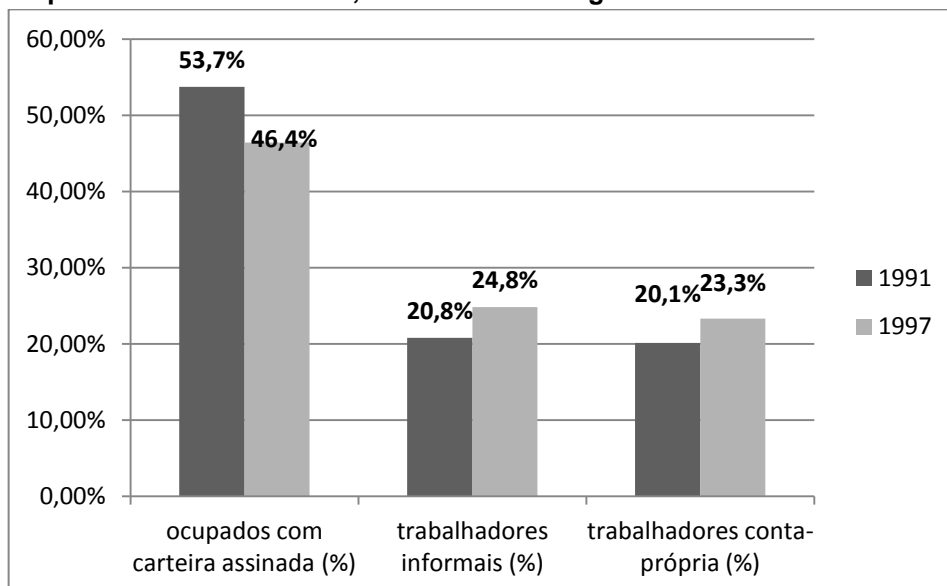
Com a crescente descentralização e internacionalização da produção de bens, as empresas multinacionais fazem do Brasil e demais países subdesenvolvidos da periferia capitalista uma linha de montagem de peças importadas. Retira-se valor agregado da fabricação local de bens, reduzindo, portanto, o número de postos qualificados de trabalho. Entre os empregos mais atingidos encontram-se aqueles que têm poder de decisão sobre a produção e aqueles que exigem altos níveis de qualificação profissional. Estes cargos são ocupados muitas vezes por técnicos que vêm do país-sede da empresa, restando aos trabalhadores locais os postos de trabalho de baixa qualificação (GUERRA et al., 2007).

A redução dos postos de trabalho foi acelerada em virtude da derrocada de empresas nacionais que não suportaram a concorrência e pela diminuição nos níveis hierárquicos das empresas que iniciaram a reestruturação produtiva (GUERRA et al., 2007). A redução dos níveis hierárquicos vem sendo responsável, por exemplo, pela extinção de diretorias regionais, de outros cargos corporativos e até mesmo de unidades inteiras de produção. Além disso, as empresas estão mantendo um quadro mais enxuto de funcionários e fazendo uso intensivo da terceirização, exigindo que os trabalhadores que ficam tornem-se polivalentes (ou seja, que possuíam diferentes competências e que possam ser capazes de executar diversas atividades dentro da empresa). A terceirização também serve para eliminar processos de trabalho dentro da organização.

Dependendo do setor da economia constata-se uma redução maior ou menor dos postos de trabalho durante o período analisado. Pode-se citar, por exemplo, o caso dos metalúrgicos do ABC paulista. Foram contabilizados cerca de 200.000 trabalhadores da metalurgia em 1987 e esse número se reduziu para menos de 120.000 em 1998. No ramo de serviços, um bom exemplo é o setor bancário, em que a adoção da tecnologia informatizada é claramente perceptível. O número de trabalhadores se reduziu de 800.000 em 1989 para 570.000 em 1996. A adoção de aparelhos de autoatendimento e as terceirizações permitiram um enxugamento da mão de obra contratada diretamente pela empresa (ANTUNES, 2003).

Enfatiza-se a importante redução dos postos de trabalho com registro formal e aumento dos trabalhadores informais e por conta própria. Considerando a população ocupada com 15 anos de idade ou mais, em 1991 a composição dos assalariados incluía 53,7% de trabalhadores formais, 20,8% de trabalhadores informais e 20,10% por conta própria. No ano de 1997 essa composição era respectivamente: 46,4%, 24,8% e 23,3% (gráfico 2). Isso evidencia a diminuição relativa do mercado de trabalho formal e uma tendência à precarização do trabalho.

Gráfico 2 - Variação da composição da população de 15 anos ou mais, ocupada no Brasil metropolitano em 1991 e 1997, de acordo com o grau de formalidade do trabalho



Fonte: IBGE (2007). Elaboração própria.

Apesar de ser muito propagada a ideia de que a elevada taxa de desemprego e a baixa competitividade das empresas seja fruto de uma rigidez nas normas

trabalhistas, a elevada rotatividade da mão de obra neste período indicava que não havia entraves para a dispensa dos trabalhadores. Além disso, a grande parcela de trabalhadores ocupada em subempregos, que não tem proteção da legislação trabalhista, contraria essa ideia (GUERRA et al., 2007).

Desde a década de 1990, com o processo da reestruturação produtiva, as grandes multinacionais e também o capital privado nacional impõem aos trabalhadores uma série de mudanças no processo de trabalho para garantir a intensificação e o aumento da produtividade. Entre essas mudanças estão o uso das novas tecnologias e a flexibilização da jornada de trabalho. O resultado para os trabalhadores foi o aumento da exploração de sua força de trabalho pois esse processo veio acompanhado da piora das condições em que o trabalho é realizado (NAVARRO, 2003; ANTUNES, 2012). Além disso, a manutenção das políticas neoliberais impediu que o crescimento econômico deslanchasse e pouco contribuiu para melhorar o emprego e a renda, conforme pode ser acompanhado no anexo estatístico, tabelas 18 a 21.

Resumidamente, pode-se concluir que a formação de uma coalização liberal-conservadora cujo projeto estava orientado para o desenvolvimento de um novo padrão de acumulação de capital ensejou as condições para que o Estado agisse em prol das modificações necessárias para atender a esse novo ciclo produtivo esperado. Assim teve início a implementação do projeto neoliberal no Brasil no início dos anos 1990 e sua posterior consolidação no final da década e início dos anos 2000. A partir de então, a inserção do país na economia mundial passou a depender do êxito da reestruturação de seu parque produtivo. A adoção dessas medidas de cunho neoliberal (abertura comercial e financeira e flexibilização do mercado de trabalho principalmente) contribuíram para o enfraquecimento da indústria doméstica, para a perda de inúmeros postos de trabalho, redução do trabalho formal, aumento da informalidade e das relações precárias de trabalho.

3.2 INFLEXÕES NAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SOCIAIS E A FACE MODERADA DO PROJETO ECONÔMICO NEOLIBERAL

Ao final do ano de 2005, ganharia força uma visão política e econômica de caráter “desenvolvimentista”, apoiada na ideia de que acelerar o crescimento e

ampliar o potencial produtivo da economia capitalista periférica permitiria obter ganhos de escala na produção, crescimento do emprego, aumento dos investimentos, modernização da capacidade produtiva e criação de novos mercados (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Assim, com a segunda vitória eleitoral para a presidência da República de Luís Inácio Lula da Silva, ficaram mais evidentes os elementos de continuidade e de ruptura com o modelo neoliberal, comparado com o governo de seu antecessor e com o seu primeiro mandato. Estes aspectos e o seu impacto sobre o mercado de trabalho são a temática tratada nesta seção.

Os principais elementos que continuaram subsistindo na segunda metade dos anos 2000 são justamente aqueles relacionados à política macroeconômica: regime de metas de inflação, câmbio flutuante, independência relativa do Banco Central (que manteve elevadas as taxas de juros) e elevação das metas de superávit primário (MATTEI; MAGALHÃES, 2011). Ao mesmo tempo, ocorreu uma reorientação das políticas econômicas e sociais visando diminuir as desigualdades e extinguir a extrema miséria. Três medidas começaram a ser tomadas em 2006 e marcam esta inflexão na política econômica. São elas: elevação do salário mínimo, aumento do investimento público e recomposição das carreiras e salários dos funcionários públicos (BARBOSA; PEREIRA; SOUZA, 2010).

Outras características distintivas do projeto de desenvolvimento do capitalismo nacional adotadas no segundo governo de Lula incluem: enfatizar as políticas sociais e não apenas o ajuste fiscal (que não foi abandonado, como já mencionado acima); valorizar os processos de integração regional (cooperação Sul-Sul); exercer uma atividade mais ativa do Estado na indução do crescimento e na distribuição de renda (SADER, 2013) e expansão acelerada na concessão de crédito para pessoas físicas e jurídicas (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Em virtude dessa disposição da política econômica, que permanece com a lógica da anterior e inclui nela um caráter intervencionista, esse período foi designado por Mattei e Magalhães (2011) de “liberal-desenvolvimentista” e por Filgueiras (2006) de “neoliberal-desenvolvimentista”. Nessa dissertação adota-se o termo *neoliberalismo moderado* que parece ser mais preciso do ponto de vista semântico, evitando cair na contradição que existe entre os termos “liberal” e “desenvolvimentista”. A escolha desse do termo *neoliberalismo moderado* para

descrever o período pós-2004 decorre do fato de que as medidas adotadas nesse período objetivavam uma reação à expansão e às consequências das políticas neoliberais mais duras que predominaram até então, ou seja, trata-se de uma face mais moderada e não um rompimento completo com o neoliberalismo.

A vitória eleitoral de Lula esteve relacionada ao seu elo com as demandas dos trabalhadores, das populações historicamente excluídas e do subproletariado discutido na seção anterior. Entretanto, sua chegada ao poder formal (o poder Executivo) não significou a obtenção do poder real (FILGUEIRAS, 2006). Isso porque o capital exerce um domínio “extra-parlamentar” sendo por isso um erro tentar derrotá-lo unicamente no âmbito institucional. A classe trabalhadora, através da unificação das lutas sociais (lutas políticas, econômicas, sindical e parlamentar) pode ampliar suas ações contra o capital avançando na direção de um modelo de sociedade “estruturado a partir da perspectiva do trabalho emancipatório e contrário ao capital”, articulando “ações que tenham como ponto de partida dimensões concretas da vida cotidiana” (ANTUNES, 2003, p.246).

Para caminhar nesta direção seria necessário empreender não somente uma mudança no poder do Estado, mas também nos próprios aparelhos de Estado. Ou seja, não é suficiente tomar o poder das classes dominantes somente no plano do Estado, deve-se transformar drasticamente os aparelhos burgueses de Estado, substituindo-os por aparelhos proletários (POULANTZAS, 1978). Do contrário:

Ao colocar a disputa político-eleitoral, e institucional em geral, no centro da ação política – em detrimento da educação e da organização direta das classes trabalhadoras – acaba-se sempre, inevitavelmente, sendo engolido e legitimando a ordem das coisas existentes (FILGUEIRAS, 2006, p.53).

Dessa forma, a incorporação dos mais pobres no mercado de consumo para a produção capitalista significou “a legitimação da dominação das frações do bloco de poder⁵” possibilitando que a fração ligada ao capital financeiro passasse a deter uma “hegemonia ampla⁶” dentro do bloco, ou seja, incorporando superficialmente segmentos sociais que em geral se situam fora do poder (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

⁵ A expressão “bloco de poder” designa uma aliança específica das classes e frações de classe dominantes (POULANTZAS, 1978).

⁶ A hegemonia ampla – é a situação em que a classe dominante, ou um de seus segmentos, ocupa o lugar principal no padrão de acumulação em determinado contexto histórico. Reflete a capacidade com que essa fração do bloco de poder consolida um todo orgânico entre dominantes e dominados (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

As políticas macroeconômicas refletiam as contradições que se meneavam interiormente no aparelho do Estado burguês. Delas é possível extrair a evidência dos interesses da fração do capital financeiro (nacional e internacional) cujo poder político tem como local privilegiado de ação o Banco Central. A variável-chave que resume esse processo é a taxa de juros. Esta sempre foi mantida em níveis consideravelmente elevados sob o pressuposto de que o combate à inflação deveria ser o objetivo primeiro do governo, independentemente de seus custos sociais. Defende-se que a operacionalidade do Banco Central seja mantida sob independência política, pois as medidas construídas teriam caráter técnico e neutro. Entretanto, esse argumento não encontra respaldo na realidade, pois os resultados de sua atuação “geram ganhadores e perdedores” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p.930) sendo a fração do capital bancário a mais vitoriosa dentre elas. Os autores mostram que na composição das receitas do sistema bancário-financeiro predominou, entre 2001 a 2007, a renda de títulos e valores mobiliários que são em grande medida formados por títulos da dívida pública do governo.

A partir de 2004 houve uma retomada no crescimento do PIB, que se estendeu até 2008, em parte devido ao comportamento favorável do comércio exterior, dado principalmente pelo crescimento da economia mundial (BARBOSA; SOUZA, 2010), e em parte pela execução de políticas econômicas que foram capazes de promover o crescimento do mercado interno. É possível constatar que tanto o PIB quanto o PIB per capita (tabela 5) apresentam uma taxa de crescimento real positiva entre 2003 e 2007. Em 2008, mesmo com a crise internacional no segundo semestre, o PIB ainda manteve uma taxa de crescimento elevada, mas nos anos posteriores entrou em declínio e tornou-se mais instável (quadro 3). Já o PIB per capita aumentou 12,4% acima da inflação entre 2005 e 2009 (IPEA, 2011). Todas essas mudanças tiveram profundo impacto sobre as relações de trabalho, o número de empregos e sobre a desigualdade de renda como é visto mais adiante nesta seção.

Esse processo se deu com a inflação sob controle e com um aumento nas reservas internacionais (BARBOSA; SOUZA, 2010). Houve uma contínua redução da dívida externa líquida entre 2002 e 2010, o que contribuiu significativamente para reduzir a vulnerabilidade externa da economia (IPEA, 2011).

Tabela 5 - Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita – variação anual (%). Brasil. 1995-2015

Período	Variação anual do PIB (%)	Variação anual do PIB per capita (%)
1995	4,2	2,7
1996	2,6	1,2
1997	3,2	1,9
1998	0,1	-1,2
1999	0,8	-0,5
2000	4,4	3,0
2001	1,3	-0,0
2002	3,1	1,7
2003	1,2	-0,2
2004	5,7	4,4
2005	3,1	2,0
2006	4,0	2,8
2007	6,0	4,9
2008	5,0	4,0
2009	-0,2	-1,2
2010	7,6	6,5
2011	3,9	2,9
2012	1,8	1,0
2013	2,	2,1
2014	0,1	-0,8
2015	-3,8	-4,6

Fonte: IBGE (2015).

Outro efeito dessa dinâmica de melhora do comércio exterior foi o fortalecimento da burguesia ligada ao setor de *commodities* cujos lucros saltaram 1.707,9% de 1995 para 2007. Considerando os 300 maiores grupos econômicos do país o setor produtor e exportador de *commodities* apoderou-se de 44% dos lucros totais em 2007. Ainda neste ano de 2007 o setor passou a ter maior participação nos lucros totais, ultrapassando inclusive o setor bancário-financeiro (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

A política macroeconômica de juros altos pode causar uma apreciação da moeda, fazendo com que a fração da burguesia exportadora e a fração bancária-financeira estejam sempre em conflito potencial. Esse embate foi minimizado com a elevação das exportações brasileiras entre 2004 e 2008, resultando em uma união temporária de seus interesses (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

O governo federal foi, aos poucos, retomando o papel de indutor do desenvolvimento capitalista da economia. No período entre 2003 e 2005, os investimentos federais corresponderam, em média, a 0,4% do PIB. No período subsequente, entre 2006 e 2009, a participação dos investimentos federais aumentou para 0,7% do PIB (BARBOSA; SOUZA, 2010). A FBCF, que havia sido de

15,9% do PIB em 2005, cresceu continuamente até 2008, atingindo seu pico de 18,7% no período considerado (BCB, 2009).

Com o maior crescimento econômico, também se fortaleceram setores ligados à indústria nacional e ao comércio, sobretudo aqueles voltados ao mercado interno. Estes segmentos também passaram a exercer maior influência sobre diversas áreas do poder estatal. Isso não implicou, entretanto, a perda da hegemonia pela fração do capital ligada às finanças, mas sim uma mudança na sua posição relativa (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

O aumento do volume de recursos destinados às transferências de renda (entre benefícios da Previdência Social, subsídios e desonerações) foi um componente significativo na incorporação, sobretudo no consumo da produção capitalista, de segmentos sociais historicamente excluídos através do aumento da renda das famílias. O valor total de recursos destinados às transferências de renda passou de 6,9% do PIB em 2002 para 8,6% em 2008. (BARBOSA; SOUZA, 2010).

No Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, se tornou um dos principais instrumentos de transferência de renda (se desconsiderarmos as políticas que constituem direitos e são financiadas com contribuições sociais, como por exemplo o piso previdenciário de valor igual ao salário mínimo, instituído pela Constituição de 1988). Atender a população mais pobre é a prioridade desse programa. Em outubro de 2006 o PBF alcançava mais de 11 milhões de famílias, possivelmente subproletárias e proletárias, ao custo de R\$ 680 milhões ao mês. Os recursos destinados ao programa foram equivalentes a aproximadamente 0,4% do PIB neste ano. Em termos populacionais, isto significou a cobertura de 25% da população brasileira para 2006, segundo estimativa do IBGE. As famílias beneficiárias estão altamente concentradas na região sudeste (26,1%) e nordeste (49,8%) (BOYADJIAN, 2010). No ano de 2014 foram atendidas 14,1 milhões de famílias e o valor total das transferências neste ano foi de 26,3 bilhões de reais (BRASIL, 2015a). A maioria das famílias inscritas no CadÚnico são chefiadas por mulheres (88%) e dessas famílias, 68% são chefiadas por mulheres negras. No ano de 2014 93% das famílias que receberam o Bolsa Família, 93% eram chefiadas por mulheres (BRASIL, 2015b). Esses dados mostram a preocupação em atender a parcela mais vulnerável da população, sobretudo a população negra e a feminina.

Em junho de 2011 é lançado o Programa Brasil Sem Miséria. O programa tem como meta a superação da extrema pobreza até 2014. O PBF passa a compor o Programa Brasil Sem Miséria junto com outras ações: construção de cisternas para consumo e para a produção no semiárido e (Programa Água para Todos), expansão do acesso à energia elétrica, principalmente no campo (Programa Luz para Todos), compra de produtos da agricultura familiar (Programa de Aquisição de Alimentos), entre outros (BRASIL, 2015a, 2015b).

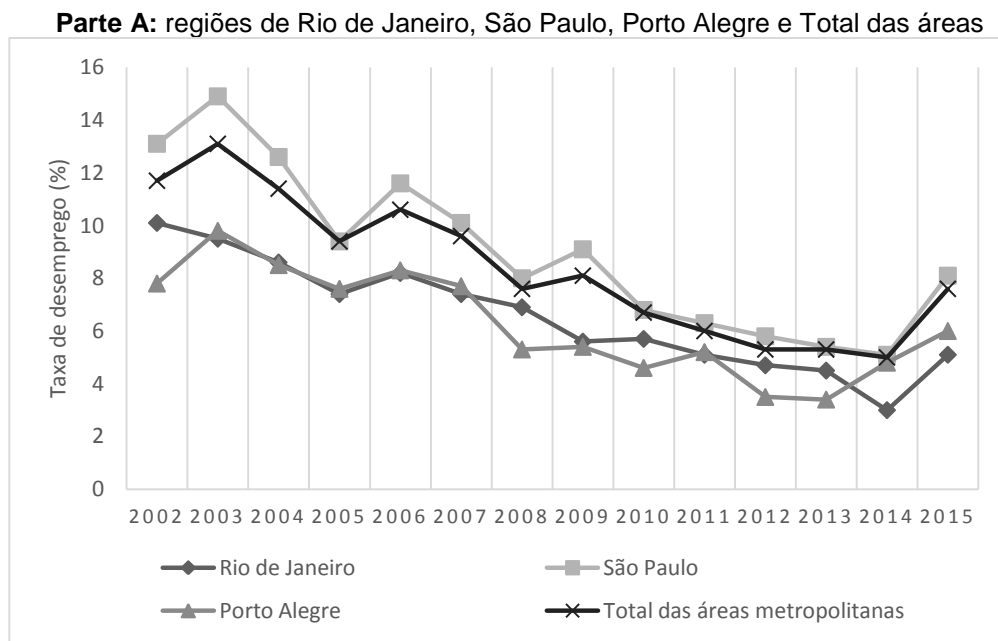
Impulsionados pelo aumento dos investimentos públicos e privados, iniciou-se um movimento de elevação dos postos formais de trabalho. Entre os anos de 2005 e 2008, estima-se que tenham sido contratados, em média, 1,5 milhão de trabalhadores por ano no mercado formal. Houve também um aumento considerável no poder de compra dos salários (MATTEI; MAGALHÃES, 2011). Ao mesmo tempo, houve um aumento da participação da renda do trabalho sobre a renda nacional (IBGE, 2016). Barbosa e Souza (2010) também assinalam o melhor desempenho do mercado de trabalho no período de 2006 a 2008 destacando a elevação expressiva da massa salarial e o crescimento do rendimento médio.

De acordo com um estudo realizado pelo IPEA (2011), a taxa de desemprego apresentou uma queda de 31,4% entre 2005 e 2010. Ao mesmo tempo foi observado uma elevação da taxa de ocupação entre 2005 e 2010 com crescimento da ordem de 12,7%. Ainda no período considerado se verificou um aumento de 33,2% no valor real do salário.

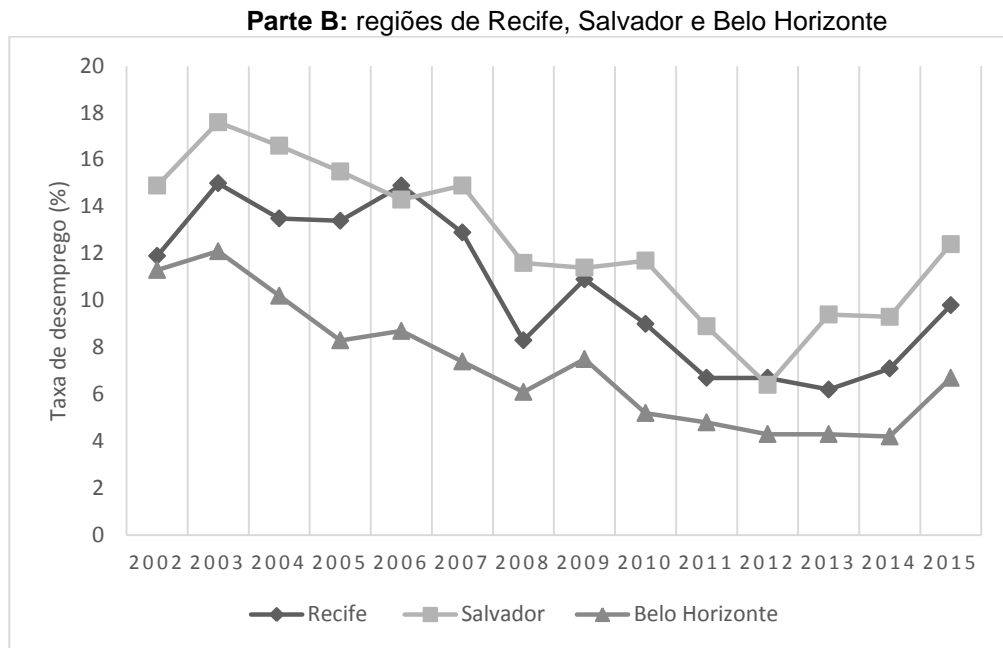
O gráfico 3 mostra o comportamento do desemprego aberto por regiões metropolitanas. Está dividido em duas partes, A e B, para facilitar a visualização do traçado. A evolução das taxas de desocupação das pessoas com 10 anos ou mais de idade mostra quedas significativas até 2012 para todas as seis regiões metropolitanas estudadas. Para o ano de 2012, as regiões que apresentaram as menores taxas de desemprego (medidas em agosto de 2011) foram Porto Alegre (3,5%), Belo Horizonte (4,3%) e Rio de Janeiro (4,7%); Recife (6,7%) e Salvador (6,4%) mantêm as taxas de desocupação mais altas para este ano e; São Paulo (5,8%) ficou em posição intermediária (IBGE, 2015). Outro aspecto que pode ser observado na trajetória do desemprego é que, além das significativas quedas, houve uma convergência de valores na taxa de desocupação entre as regiões metropolitanas no período.

Recife, Porto Alegre e Salvador apresentaram aumento na taxa de desemprego no ano de 2013, e ela aumenta sucessivamente nas três regiões até 2015. Em Belo Horizonte, Rio de Janeiro de São Paulo há queda na taxa de desemprego até o ano de 2014 e a reversão da tendência de queda aconteceu somente a partir de 2015. Essa reversão ocorre de maneira brusca e observa-se em todas as seis regiões um salto significativo das taxas de desemprego entre 2014 e 2015. As maiores se deram em Salvador, onde a taxa de desemprego passou de 9,3% em 2014 para 12,4% em 2015 e em São Paulo de 5,1% para 8,1% (um aumento de 3 p.p em ambas). Considerando o total das áreas metropolitanas constata-se que a taxa de desemprego permaneceu estável entre 2012 (5,3%) e 2014 (5%), aumentando no ano de 2015 para 7,6%.

Gráfico 3 - Evolução da taxa de desocupação⁷ das pessoas de 10 anos ou mais de idade, regiões metropolitanas brasileiras de 2002 a 2015



⁷ Medida em agosto de cada ano.



Fonte: IBGE (2007).

Após vários anos de trajetória de queda, o desemprego nas regiões metropolitanas passou a subir, elevando-se substancialmente no ano de 2015. Entre janeiro e julho deste ano a taxa de desemprego subiu 41,5% e concomitantemente o salário médio da população ocupada apresentou uma redução de 4,7%. Ademais, no mesmo período, foi constatada uma queda da demanda por mão de obra, dada pela redução da população ocupada nas regiões metropolitanas da ordem de 1,1%. Enquanto, por outro lado, a oferta de mão de obra, medida pela PEA aumentou 1,3%. Isso significa que o aumento do desemprego se deu tanto pela queda do nível de ocupação quanto pelo aumento da PEA (POCHMANN, 2015).

O fenômeno recente do desemprego no Brasil está associado em grande medida a queda do nível de atividade econômica, medida pela queda do PIB. Os grupos sociais mais impactados foram: as mulheres, cuja taxa de desemprego subiu 43,3% entre janeiro e julho de 2015, contra um crescimento de 40,4% para os homens; os trabalhadores com mais de 50 anos de idade, cuja taxa de desemprego aumentou 45,4% nos sete primeiros meses de 2015; os trabalhadores com até oito anos de escolaridade, cuja taxa de desemprego subiu 52,4% no mesmo período; e os chefes de família, com aumento de 48,4%. (POCHMANN, 2015).

Os diferentes setores de atividade econômica também sofreram impactos diferenciados que se refletiram na evolução das taxas de desemprego em cada setor. Considerando o período de janeiro a julho de 2015 é possível verificar que os

setores da indústria, da construção civil e do trabalho doméstico foram os que apresentaram maior crescimento das taxas de desemprego, respectivamente 45,5%, 54,3% e 72,2%. Nos setores do comércio, dos serviços privados e da administração pública, a taxa de desemprego cresceu com menor intensidade, 40%, 37,9% e 23,1% respectivamente (POCHMANN, 2015).

Mesmo com a crise internacional a taxa de desemprego manteve uma trajetória de queda até 2013, sobretudo com a adoção de medidas anticíclicas. A partir de 2014 e 2015, com a intensificação da crise e a adoção de medidas de caráter ortodoxo pelo governo ocorre uma inversão na trajetória do mercado de trabalho. Na primeira metade de 2015 a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas subiu acumuladamente 60,5% (POCHMANN, 2015).

O estoque de empregos⁸ formais apresentou um crescimento em 2010 e 2011 (5,1% e 6,9% respectivamente). Em 2012 esse crescimento foi bem menor, de 2,5% e em 2013 de 3,1%. Dentre os demitidos, 46,3% referem-se a demissões sem justa causa em 2012, passando para 47,2% em 2013, e os desligamentos a pedido do trabalhador diminuíram de 25,2% em 2012 para 24,7% em 2013. Isso mostra que o encerramento dos contratos ocorreu em grande medida por iniciativa das empresas e dos contratantes. Dos vínculos de trabalho encerrados no ano de 2013, 65,5% tiveram duração inferior a um ano e 30,3% duraram menos de três meses. Esses dados revelam a alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro (DIEESE, 2014).

Regionalmente o mercado de trabalho brasileiro mantém-se bastante desigual no que diz respeito aos rendimentos do trabalho, refletindo a evolução desigual do “novo” padrão de desenvolvimento capitalista. Recife vem se mantendo como a região de mais baixo rendimento ao longo da última década. As regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo figuram entre as de maior rendimento médio do trabalho, enquanto Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte ficaram com rendimentos intermediários (IBGE, 2016).

Analisando as faixas de remuneração, constata-se que a maior parte dos empregos formais gerados no período de 2002 a 2013 foram aqueles com remunerações inferiores a cinco salários mínimos, tendo em mente que houve notável expansão do salário mínimo no período. No ano de 2013, aproximadamente 55% dos empregos formais tinham rendimentos de até dois salários mínimos. Mattos

⁸ O estoque de empregos formais se refere ao total de contratos de trabalho que estavam vigentes em 31 de dezembro de cada ano.

(2015) atribuiu este fato à perda de dinamismo das atividades industriais que são responsáveis por empregos com salários mais altos quando comparados aos empregos dos demais setores da economia. Em 2006, os empregos na indústria representavam 18,8% do total de empregos formais, em 2012 eram 17,2% e em 2013 eram 16,9%. Utilizando microdados da PNAD, o autor mostra que a participação dos empregos da indústria de transformação caiu de 15,4% da PEA não agrícola em 2002 para 13,7% em 2013. Concomitantemente, foi observada uma expansão das ocupações do setor terciário da economia, notadamente nas atividades de alojamento e alimentação, de serviços de educação e saúde, de comunicação, e de transporte e armazenagem.

Em relação ao funcionalismo público confirma-se que houve uma recomposição no quadro de profissionais. Entretanto, destaca-se que vem ocorrendo um aumento do vencimento variável na composição do vencimento total dos servidores de diversas carreiras, o que é um elemento da precarização do trabalho que tem sido observado mesmo no setor público (GOMES; SILVA; SÓRIA, 2012).

Utilizando o mesmo critério de renda adotado por Singer (1981) - em seu estudo dos anos 1970⁹ - para os anos de 2010 e 2014, constata-se que o proletariado representou 42,3% dos assalariados em 2010 e 47,2% em 2014; o subproletariado passou de 44,1% em 2010 para 38,5% em 2014. Ainda que tenha ocorrido uma elevação na categoria de proletários e uma redução relativa do subproletariado, esta última ainda representava uma grande fatia dos trabalhadores assalariados ao final de um processo caracterizado por profundas transformações no capitalismo brasileiro. Isso significa que, feitas as ressalvas com relação aos riscos de uma associação mecânica entre o critério de renda e o funcional, uma grande parcela da população ainda ocupa situações precárias de emprego na economia brasileira.

Pode-se inferir com base na análise acima que, durante um curto período de tempo, sob uma conjuntura internacional favorável, foi possível pôr em prática um novo projeto de desenvolvimento capitalista nacional. Esse projeto não foi capaz de se desvencilhar das amarras do neoliberalismo, o que seria praticamente impossível num contexto em que os interesses do setor financeiro continuaram sendo atendidos em primeiro plano e em que as economias capitalistas ocidentais avançadas

⁹ Tratado na seção 2.1

continuaram ditando as principais regras do jogo. Foi, entretanto, galgada alguma emancipação, no sentido de buscar atender as necessidades internas, sobretudo pela inclusão de segmentos tradicionalmente excluídos das benesses das políticas econômicas.

3.3 CRISES DO NEOLIBERALISMO, RESPOSTAS POLÍTICAS E A CONFIGURAÇÃO CÍCLICA E ESTRUTURAL DO CAPITALISMO NO BRASIL

O período mais recente da economia capitalista mundial tem sido caracterizado pela ocorrência de crises econômico-financeiras, principalmente nos países avançados (Estados Unidos, países da Europa e Japão) com repercussões negativas para os países da periferia. Em 2008 foi deflagrada uma crise econômica internacional a partir da quebra do banco de investimentos Lehman Brothers nos Estados Unidos, afetando mundialmente o mercado financeiro. No Brasil não foi diferente. O primeiro impacto da crise foi a redução do crédito doméstico no final de 2008. A seguir vieram a redução do preço internacional das *commodities* e a diminuição das exportações brasileiras. E finalmente, houve um grande êxodo de capitais financeiros, depreciando a moeda brasileira (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Em relação à crise, dois tipos de medidas foram adotadas pelo governo: aquelas direcionadas para o curto prazo, visando principalmente, em um primeiro momento, expandir a liquidez em moeda nacional e estrangeira, e ações estruturais cujos resultados poderiam ser observados no horizonte de longo prazo. Para garantir a liquidez do sistema financeiro nacional, o Banco Central fez uso das reservas internacionais para atuar no mercado de câmbio (vendendo dólares no mercado à vista e realizando operações de *swap* cambial) para dar linhas de financiamento aos exportadores cujas empresas corriam sério risco de falência devido às perdas patrimoniais decorrentes da crise. Essas medidas foram relativamente exitosas e mantiveram a liquidez no mercado de câmbio. Também foi realizada a redução do depósito compulsório na tentativa de evitar o contágio da crise no mercado interbancário brasileiro. Mesmo com mais recursos à disposição, em meio a uma condição de incerteza em que se encontrava a economia, os bancos não aumentaram seu volume de empréstimos. Por isso, o governo federal orientou que os bancos públicos aumentassem a oferta de crédito, reduzissem seus *spreads*

e taxas de juros, o que acabou pressionando também os bancos privados a elevarem seus empréstimos com taxas de juros menores. Adicionalmente, a União concedeu uma linha de crédito ao BNDES em 2009, com valor equivalente a 3,3% do PIB para financiar o setor produtivo no curto prazo (BARBOSA; SOUZA, 2010).

As medidas de curto prazo também incluíam medidas fiscais. O governo implementou um conjunto de desonerações tributárias com o intuito de manter a atividade do mercado doméstico. Estas incluíram a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os segmentos automotivo, de bens de consumo duráveis, material de construção, bens de capital, móveis, entre outros. Como consequência da política adotada, houve uma retomada das vendas e do crescimento econômico, o que por sua vez contribuiu para melhorar a arrecadação dos demais impostos e contribuições (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Além das medidas supramencionadas, outras medidas de curto prazo foram adotadas:

- a) aumento do tempo de concessão do seguro-desemprego;
- b) equalização da taxa de juros para aquisição de máquinas e equipamentos;
- c) modificação na alíquota do Imposto de Renda para Pessoa Física e nas faixas de renda cobertas por essas alíquotas (com ampliação de três alíquotas para cinco), desonerando assim a classe média e aumentando a renda disponível;
- d) redução da meta de superávit primário;
- e) redução da taxa de juros em 2009, que estava no patamar de 5% a 7 % antes da crise e foi logo reduzida para 5%;
- f) transferência orçamentária de recursos extraordinários para os governos estaduais e municipais em 2009 (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Já em relação às ações estruturais, duas merecem destaque: a manutenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dentro deste a criação do Programa habitacional Minha Casa Minha Vida. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 2007 com o objetivo de estimular o crescimento da economia, de promover o dinamismo do mercado de trabalho, de gerar novos empregos e melhorar as condições de vida da população. Ele “constituía-se em um

conjunto de políticas econômicas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico” (JARDIM, 2015, p.171). Após o início da crise de 2008 optou-se por manter e mesmo ampliar o programa, com o lançamento da segunda versão, o PAC-2. Suas estratégias incluíam o aumento do investimento a ser realizado em parceria entre o setor público e o setor privado.

Jardim (2015) mostra que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) gerou controvérsias entre os pesquisadores quanto ao seu caráter de rompimento ou não rompimento com as propostas neoliberais. Para alguns, trata-se de uma ruptura com o neoliberalismo, pois o programa permitiu que o Estado recuperasse sua capacidade de intervir na economia, exercendo impactos positivos no mercado de trabalho. Outros discordam desse posicionamento e afirmam que o PAC aprofunda o neoliberalismo por transferir ao capital privado a possibilidade de comercializar serviços básicos de infraestrutura, conferindo-lhe grande protagonismo.

Foram investidos R\$ 503,9 bilhões pelo PAC entre 2007 e 2010. Do total desses recursos, 43,5% foram investimentos realizados pelas empresas estatais, notadamente pela Petrobras. Outros 43% dos recursos formam investimentos realizados pelo setor privado, principalmente por empresas, fundos de pensão e outros fundos do mercado financeiro. A União foi responsável por 13,45% do total dos investimentos do PAC, utilizando para isso recursos do orçamento fiscal e da seguridade social. Os resultados desses investimentos para o mercado de trabalho, conforme apontado pelo relatório do PAC de 2011, foram positivos quanto à geração de postos de trabalho nos setores ligados às obras realizadas, como construção civil, construção ferroviária e rodoviária e saneamento. Não obstante, constatou-se em alguns casos uma relação conflituosa entre empregadores e empregados nas obras do PAC, em função das más condições de trabalho. Entre as causas relatadas estão o atraso de pagamento de salários pelas empreiteiras responsáveis pelas obras, más condições de alimentação e alojamento, e a intensificação das horas trabalhadas para cumprir os prazos de entrega das obras sem o pagamento de horas extras (JARDIM, 2015).

Durante a realização da segunda fase do programa, lançada em 2010, o PAC 2, foram buscadas formas de solucionar os problemas relacionados à precarização do trabalho nas obras. Foi criada uma mesa de negociações que incluía a

participação de representantes dos sindicatos, de trabalhadores e de empresários, objetivando formular um consenso de regras para o setor da construção e evitar a atuação dos aliciadores de empreiteiras. Uma das soluções encontradas para reduzir os intermediários na contratação da mão de obra e para valorizar os trabalhadores locais foi, a partir de então, utilizar o Sistema Nacional de Emprego (Sine) para o preenchimento de vagas. O PAC 2 também selecionou mão de obra a partir do Cadastro Único do PBF (CadÚnico), o que passou a ser uma alternativa para a saída dos beneficiários do PBF através da obtenção de um emprego (JARDIM, 2015).

Resumidamente sobre os benefícios e ambiguidades do PAC, Jardim (2015) conclui que:

Apesar das ambiguidades em torno do PAC – o protagonismo do setor privado, o atraso em algumas obras, o uso de mão de obra ilegal em alguns casos, a precarização e a flexibilização das condições de trabalho, em outros -, o programa expressa uma tentativa de articulação concreta com prefeituras e inclusão social de grupos mais marginalizados (JARDIM, 2015, p.180-181).

Criou-se em 2009, dentro do PAC, um programa habitacional (Programa Minha Casa, Minha Vida), com o objetivo de mobilizar o setor da construção civil nas obras do PAC. O programa foi convertido em lei (n.º 11.977/2009) e destinou R\$ 34 bilhões para a construção de um milhão de moradias. No ano de 2010, 72% da meta nacional havia sido cumprida conforme apontou o relatório do Ministério das Cidades. Os únicos estados que não lograram alcançar 40% da meta estadual foram: Amapá (atingiu 14% da meta), Ceará (23%), Distrito Federal (28%) e Tocantins (32%). Alguns estados superaram a meta, sendo eles Alagoas (realizou 139% da meta), Goiás (127%), Paraná (105%), Rio Grande do Sul (115%) e Santa Catarina (112%) (JARDIM, 2015).

O programa teve um impacto importante sobre o crescimento do setor da construção civil e para a economia em geral, visto se tratar de um segmento intensivo em trabalho e insumos (BARBOSA; SOUZA, 2010). Cerca de 11,3 milhões de pessoas estavam empregadas no setor da construção em 2010, o equivalente a 14% do total de ocupados. O Programa Minha Casa Minha Vida mostra, em função de suas características, que o mercado de trabalho é uma construção social. Neste caso, trata-se “de uma aliança entre mercado (empreiteiras, bancos privados,

empresas de construção, fundos de pensão) e Estado (prefeitos, governadores e executivo federal)” (JARDIM, 2015, p.176).

O impacto dessas medidas anticíclicas para a economia foi a retomada do crescimento até o ano de 2010 e a manutenção dos empregos (BARBOSA; SOUZA, 2010). Com os resultados relativamente positivos sobre o emprego e sobre o crescimento econômico obtidos pelas políticas governamentais, mesmo diante da crise internacional, uma nova vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores ocorreu no ano de 2010, alçando ao cargo de presidente da República a ex-Ministra responsável pelo PAC, Dilma Rousseff. A política macroeconômica baseada nas metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante permaneceu inalterada. Entretanto, nesse momento a crise internacional se aprofundou, principalmente na área do Euro. Em virtude disso, foram introduzidas mudanças significativas na gestão da economia, entre elas a priorização da retomada do crescimento do setor produtivo e da indústria (CAGNIN et al., 2013).

Novamente procurou-se realizar uma combinação de políticas com resultados anticíclicos no curto prazo, visando preservar a, dinâmica econômica capitalista interna dos efeitos da crise internacional, e ações estruturais voltadas para a retomada do crescimento e da produtividade. Com relação à medida mais importante, entre 2011 e 2012, iniciou-se uma trajetória de redução da taxa de juros (Selic), que atingiu seu menor valor, 7,25%, em abril de 2013 (contra 12,5% em agosto de 2011) (PINTO et al., 2016). Essa medida buscava favorecer o setor produtivo da economia, mas contrariava os interesses do setor financeiro.

Assim, no primeiro governo de Dilma Rousseff, tornava-se evidente o conflito entre os interesses do governo e da fração financeira do capital no bloco do poder. As alianças que tinham sido formadas anteriormente já vinham apresentando sinais de fragilidade nos dois últimos anos do governo Lula. A diminuição do poder relativo do setor financeiro levou a uma perda parcial da sua capacidade de dirigir e coordenar o processo de acumulação de capital. Entretanto, isso não significa que o segmento deixou de ter elevadas taxas de lucro. Com a intensificação da crise financeira, surgiram mudanças no bloco de poder. Intensificaram-se as fissuras na hegemonia da fração bancário-financeira. As dissensões entre as frações do capital foram ficando mais proeminentes, tendo em conta o fortalecimento de outras frações (segmentos exportadores de *commodities* e de parte da indústria nacional) nos

últimos anos antes da crise. Ademais, as alternativas escolhidas para o combate da crise internacional estavam apoiadas sobre as reservas de divisas que foram acumuladas nos anos anteriores, o que impediu os grupos ligados ao setor financeiro-bancário de exercer uma grande influência sobre a política econômica nesse momento (TEIXEIRA, PINTO, 2012).

Entre as outras medidas direcionadas para o curto prazo que foram adotadas pelo governo federal entre 2011 e 2012, podem-se citar:

- a) a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de operações de crédito para Pessoas Física;
- b) a redução dos juros dos bancos públicos (forçando a redução dos juros dos bancos privados via concorrência);
- c) a utilização de um controle de capitais - que restringiu as operações de estrangeiros com derivativos cambiais (para atenuar o efeito da apreciação da moeda nacional que vinha ocorrendo e afetando a indústria); e controlando a captação de recursos externos (inclusive intercompanhias) (CAGNIN et al., 2013).

Para este mesmo período, as medidas estruturais e de longo prazo, elaboradas para servirem de instrumentos de alavancagem da economia e de manutenção dos empregos, sobretudo os empregos na indústria, foram:

- a) criação do Plano Brasil Maior;
- b) criação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI);
- c) programa de Compras Governamentais.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI), entrou em vigor no ano de 2009, ainda durante o governo de Lula e foi prorrogado durante o governo de Dilma Rousseff. Este programa tinha por objetivo incentivar a produção, a aquisição e a exportação de bens de capital. O repasse de recursos era operado pelo BNDES e a partir de 2011 passou a ser operado também pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública de fomento à inovação. O PSI, cuja duração era prevista para o final de 2009, foi prorrogado diversas vezes e teve sua vigência encerrada em dezembro de 2015 (BNDES, 2015).

O Plano Brasil Maior (PBM) foi lançado em agosto de 2011 e se constituiu em um conjunto de medidas de estímulo para o setor industrial que incluía:

- a) desonerações tributárias, como, por exemplo, redução do IPI sobre bens de investimento e redução do prazo para devolução dos créditos do PIS/Cofins para bens de capital;
- b) estímulos ao investimento e ao financiamento do investimento, que foram realizados pelo BNDES, e a ampliação da linha de crédito para capital de giro das Micro, Pequenas e Médias Empresas;
- c) incentivos à inovação através da ampliação de recursos para a Finep, e pelo financiamento via BNDES de programas tecnológicos para bens de capital;
- d) promoção de exportações, através da instituição do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (Reintegra), que deu aos exportadores o direito a devolução de até 3% do valor exportado da comercialização de bens industrializados (IEDI, 2011).

O Programa de Compras Governamentais foi lançado em junho de 2012 e tinha por objetivo impulsionar o crescimento econômico. Este previa a aquisição, pelo governo, de máquinas, equipamentos, veículos, medicamentos, entre outros. Todavia, esses esforços foram insuficientes para dar impulso ao investimento público e privado. O crescimento do PIB diminuiu de 7,6% em 2010 para 3,9% em 2011 e 1,8% em 2012.

O conjunto de todas essas medidas não levou ao crescimento da economia a seu patamar anterior. A crise internacional agravou-se e as desonerações fiscais não tiveram condições de evitar o seu impacto na economia brasileira. A desaceleração da economia, somada ao novo contexto internacional desfavorável, causou reduções na rentabilidade de segmentos importantes para a acumulação de capital, à exceção do setor bancário-financeiro, que era o principal alvo da política econômica de curto prazo. A tabela 6 apresenta os dados do estudo de Pinto et al. (2016) para o indicador da taxa de rentabilidade (%) como o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) para as 500 maiores empresas não bancárias. Nesse estudo os autores diagnosticaram uma redução quase contínua da rentabilidade entre 2010 e 2014 (a exceção foi o ano de 2013). O mesmo aconteceu com a

rentabilidade das seis maiores empresas da construção civil e com a indústria de transformação (considerando as 453 maiores empresas industriais). Essa trajetória é inversa em relação àquela observada pelos autores entre 1997 e 2009, período no qual referem que a rentabilidade cresceu vigorosamente tanto para as empresas não bancárias, quanto para os setores da construção e da indústria de transformação (PINTO et al., 2016).

Tabela 6 - Rentabilidade sobre o patrimônio líquido (%) – ROE

Ano	500 maiores empresas não bancárias	Setor bancário-financeiro	Indústria de transformação (453 maiores empresas)	6 maiores construtoras
2010	10,7	20,7	14,8	15,7
2011	8,2	20,9	10,5	11,2
2012	4,1	20,2	10,2	11,0
2013	5,3	21,6	---	18,1
2014	3,5	23,3	---	1,9

Fonte: Pinto et al. (2016).

Esse desempenho ruim da economia não pode ser atribuído exclusivamente às políticas governamentais implementadas. A queda no comércio internacional teve importante contribuição nesse cenário. Houve redução significativa do saldo da balança comercial entre 2012 e 2014, sendo que neste último ano o saldo foi negativo em 3,9 bilhões de dólares. Adotam-se, então, medidas adicionais por parte do governo: a redução das tarifas de energia elétrica, a concessão pública de serviços de transporte e a desoneração de itens da cesta básica que vinham aumentando seus preços ao consumidor. A inflação vinha apresentando aumentos e em abril de 2013 a autoridade monetária passou a elevar paulatinamente a taxa de juros. Desde então, frente a uma conjuntura bastante adversa, o combate à inflação voltou ao cerne da gestão econômica (CAGNIN et al., 2013). A política de desonerações e a elevação da taxa de juros causaram uma pressão sobre as contas públicas em função do aumento das despesas primárias e da elevação dos gastos com juros, que passaram de 4,54% do PIB em 2012 para 5,64% do PIB em 2014 (PINTO et al., 2016).

De maneira resumida, pode-se afirmar que entre 2012 e 2014 ocorreu um aparente esgotamento do modelo de crescimento orientado para o aumento da demanda no mercado interno. Os incentivos governamentais baseados na redução dos custos tributários, na flexibilização da política macroeconômica, aumento do

financiamento pelo BNDES para a indústria e mesmo a criação de linhas especiais, como por exemplo o programa de capital de giro para Micro, Pequenas e Médias Empresas, foram incapazes de retomar a dinâmica de crescimento econômico que se verificou na década anterior. O resultado das medidas estruturais de longo prazo adotadas mais recentemente ainda não é passível de verificação. Por enquanto, pode-se dizer que o movimento instável da economia brasileira decorreu, em parte, do agravamento da crise financeira internacional mas que também é o resultado das escolhas feitas no âmbito interno pelos agentes sociais (Estado, via políticas públicas e setor privado através dos investimentos e das atividades econômicas que realiza).

Em 2013 e 2014 a crise da economia brasileira se agravou e combinou-se com uma crise política. Há então um avanço das ideias conservadoras e da extrema-direita, com apoio dos grandes oligopólios da mídia, em resposta à essa face moderada do neoliberalismo (que vigorou no período precedente). Iniciaram-se uma série de manifestações em massa que demonstravam o crescente descontentamento com o governo. Ocorre até mesmo um chamamento por uma intervenção militar por parte desses movimentos conservadores, o que demonstra o radicalismo dessas ideias.

Por outro lado, as centrais sindicais haviam mantido uma pauta reivindicatória unificada no período entre 2005 e 2010, numa atitude de aproximação e de interlocução com o governo de Lula. Inclusive durante a crise de 2008 as centrais continuaram unidas, propondo um conjunto de saídas para atenuar os efeitos da crise sobre os empregos. A partir de 2014 e 2015, com a piora dos indicadores do mercado de trabalho e com a adoção de medidas ortodoxas por parte do governo, a posição dos sindicatos tornou-se mais reativa e aumentam as divergências entre as centrais sindicais quanto às formas de enfrentamento da crise e quanto ao apoio ao governo (KREIN; DIAS; COLOMBI, 2015).

As medidas ortodoxas adotadas em 2014 incluíam a limitação da concessão do seguro-desemprego pela Medida Provisória (MP) n.º 665 e a restrição do acesso à pensão por morte e restrição do acesso ao abono salarial pela MP n.664. Ao mesmo tempo, manteve-se a política de valorização do salário mínimo, que era uma medida de interesse do conjunto da classe trabalhadora. A ambiguidade no caráter das medidas adotadas contribuiu para agravar a crise política, distanciando ainda

mais as posições entre as centrais sindicais e entre estas e o governo. A CUT, que havia sido contrária à proposta de redução da jornada de trabalho e salários no período imediatamente anterior, passava agora a apoiar a medida pensando na possibilidade de se evitar as demissões em massa. Com outras centrais, propuseram a adoção do Programa de Proteção do Emprego (PPE) que anuncia a redução salarial coberta em parte pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e em parte pela União, pelo período de um ano para empresas em más condições financeiras (KREIN; DIAS; COLOMBI, 2015). Segundo os autores:

Nesse quadro político complicado e com o agravamento da crise econômica, as mobilizações de algumas centrais (CUT, CTB e Intersindical) em articulação com outros movimentos sociais crescem, em resposta à onda conservadora que ganha impulso. Os atos de abril, maio e agosto de 2015 são menores do que as manifestações contra o governo, mas não deixam de ser expressivas, combinando um discurso em defesa da democracia e das políticas sociais com a crítica à política econômica. É um discurso que encontra dificuldades de influenciar os rumos da política econômica, pois com sua fragilização o governo tornou-se refém dos grandes grupos econômicos, o que acentua a opção ortodoxa e praticamente inviabiliza a adoção de qualquer alternativa progressista. Isto é, a disputa nesse momento se dá em condições muito desiguais para quem defende um desenvolvimento do país baseado na distribuição de renda e na valorização do trabalho. Nesse quadro, apesar da posição das centrais sindicais, todas as medidas contra os trabalhadores foram aprovadas e com o agravamento do desemprego, a ação das centrais sindicais caracteriza-se - cada vez mais - como defensiva (KREIN; DIAS; COLOMBI, 2015, p.131).

Depois de 2013, em vista das dificuldades econômicas e da insegurança no mercado de trabalho, as divergências entre as ações sindicais aumentaram, restando algumas poucas ações conjuntas. A defesa de um projeto nacional de desenvolvimento capitalista que contemplasse a totalidade da classe trabalhadora tornou-se uma distante realidade depois do agravamento da crise em 2015. Soma-se a isso o crescente movimento conservador que atingiu a sociedade brasileira desde então, dificultando ainda mais as condições de governabilidade. As disputas entre os grupos sociais acirram-se com clara desvantagem aos setores mais progressistas da sociedade (KREIN; DIAS; COLOMBI, 2015). Dessa forma:

Nesse cenário, as disputas ficam mais explícitas, como pode ser observado, por um lado, nas manifestações contrárias ao governo e, por outro, dos movimentos sociais em defesa de um projeto progressista, da democracia e dos avanços sociais, mas com críticas centradas na política econômica. A questão é que a correlação de forças, até o momento, mostra-se desfavorável aos segmentos progressistas, apesar da resistência

empreendida por parte importante do movimento sindical e social, entre outras razões pela forma desastrosa como o governo encaminhou a economia e a sua sustentação política. Enfim, hoje os espaços para uma alternativa progressista estão mais estreitos, sem o que não é possível colocar em debate a questão do desenvolvimento, tampouco pensar a quantidade e a qualidade dos empregos gerados (KREIN; DIAS; COLOMBI, 2015, p.132).

Diante do exposto conclui-se que o projeto de um neoliberalismo moderado foi se desarticulando desde 2010 e as dissensões entre as frações do capital se acentuaram dentro do campo de ação do bloco de poder e dentro do sistema político-partidário. As coalizões que vigoraram entre 2006 e 2009 não resistiram ao novo contexto e às novas condições históricas. Até o momento, nenhuma outra fração do capital conseguiu alçar o lugar de hegemonia dentro do bloco de poder, e a dinâmica que a economia brasileira seguirá nos anos vindouros é bastante incerta (TEIXEIRA; PINTO, 2012). A principal preocupação da classe trabalhadora é estar diante da iminência de perder os empregos, de ter direitos sociais revogados e ver a crescente precarização de suas condições de trabalho.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo explorou as diferentes fases do desenvolvimento do projeto político e econômico neoliberal no Brasil, considerando: seu surgimento no final dos anos 1980; sua implementação e consolidação na década de 1990 e início de 2000 e; sua face mais recente e moderada (2006-2011). Com a crise internacional de 2008, iniciou-se um possível período de transição no capitalismo brasileiro, cujos resultados ainda não são claros. Foram avaliados em cada fase os impactos das mudanças implementadas sobre as condições gerais do emprego e dos projetos de desenvolvimento capitalista nacional. Em todos os períodos buscou-se evidenciar as contradições no seio do Estado e nas representações sociais. Resta entender como estas mudanças no capitalismo brasileiro modificaram a composição da força de trabalho no Brasil, objeto do próximo capítulo.

4 COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL ENTRE 1990 E 2015

Este capítulo examina as transformações na composição da força de trabalho no Brasil entre 1990 e 2015 considerando como pano de fundo sua relação com as mudanças que determinam o desenvolvimento do modo de produção capitalista, conforme discutido no capítulo da seção 2, e também com as mudanças no capitalismo brasileiro avaliadas no capítulo da seção 3. Este capítulo, por sua vez, está dividido em três subseções. A primeira (subseção 4.1) trata da metodologia das pesquisas pelas quais os dados estatísticos foram obtidos. A subseção 4.2 trata das modificações qualitativas e principalmente quantitativas que ocorreram na composição da força de trabalho brasileira nos últimos 25 anos. A subseção 4.3 analisa a composição e a variação do Exército Industrial de Reserva no Brasil ao longo do período mencionado. A subseção 4.4 faz uma mensuração das camadas do EIR (para algumas camadas foi considerado a totalidade da população do Brasil e para outras apenas das regiões metropolitanas, conforme a disponibilidade dos dados estatísticos). A subseção 4.5 apresenta as conclusões do capítulo.

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para examinar as mudanças na composição da força de trabalho brasileira, foram utilizados dados fornecidos pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), pelo Censo Demográfico (CD) e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir da seleção de dados do IBGE foi utilizado um modelo inspirado no trabalho de Foster e Jonna (2014) em seu estudo sobre a força de trabalho dos Estados Unidos, adaptando-o para as estatísticas brasileiras. Para este modelo adaptado utilizou-se principalmente os dados da PME. Isso deve-se ao fato de suas categorias se aproximarem mais daquelas utilizadas pelos autores supramencionados para a mensuração do Exército Industrial de Reserva. Já o Censo Demográfico e a PNAD permitiram a análise das ocupações básicas/tradicionais e das ocupações em ascensão que também refletem as modificações no capitalismo brasileiro. A utilização das diversas fontes se justifica pelo seguinte. Enquanto a PME cobre seis áreas de abrangência - as áreas metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, limitando o escopo do trabalho neste item

em particular a apenas estas áreas, o CD e a PNAD cobrem todo o território nacional, permitindo a análise das ocupações para a totalidade da população vivendo na sociedade capitalista brasileira. Estas bases de dados são discutidas em detalhe a seguir, mostrando suas vantagens e deficiências.

4.1.1 Os Censos Demográficos (CDs), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME)

Esta seção traz brevemente algumas características das metodologias e do histórico das pesquisas censitárias e domiciliares e também da pesquisa mensal de emprego, sendo todas realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estas pesquisas consideram as relações sociais de produção a partir de informações apuradas junto aos domicílios e não às empresas capitalistas.

As dificuldades relacionadas à obtenção de dados estatísticos sobre trabalho e emprego para investigações científicas, e não apenas aquelas de persuasão marxista, são amplamente relatadas em diversos estudos. Além destas, a constante alteração das metodologias utilizadas pelos institutos e das bases de dados faz com que qualquer tentativa de mensuração continuada das classes sociais e seus componentes esbarre em enormes barreiras. Não obstante, reconhece-se a importância destas mudanças diante das transformações socioeconômicas com vistas a realizar atualizações necessárias diante das realidades que se pretende investigar. A dinâmica capitalista transforma a realidade social e é preciso adaptar as categorias e metodologias empregadas para captar as novas formas desta realidade.

4.1.1.1 Censo demográfico (CD) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

O Censo Demográfico (CD) e as Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNADs) fornecem informações importantes para a análise do mercado de trabalho e da força de trabalho negociada nesses mercados. Através delas é possível obter dados sobre nível de ocupação, taxa de desocupação, condição de atividade, classificação das ocupações e das atividades, posição na ocupação,

categoria do emprego, horas trabalhadas por semana, rendimentos do trabalho e de outras fontes, rendimento familiar e domiciliar per capita, entre outros.

Os censos são realizados decenalmente e as PNADs são realizadas anualmente, com exceção dos anos em que ocorrem os censos (e em alguns poucos anos a pesquisa não ocorreu). O primeiro censo demográfico realizado pelo IBGE data do ano de 1940 embora muito antes disso tenham havido outras contagens populacionais. Desde então o instituto passou a fazer o recenseamento decenalmente (1950, 1970, 1980 e etc.). Para o âmbito dessa dissertação interessam os censos realizados em 1991 (o censo foi adiado um ano em 1990 por problemas na contratação de pessoal para sua execução), em 2000 e 2010. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) vem sendo realizada anualmente desde 1973. Ocorreram diversas modificações na abrangência da pesquisa entre 1973 e 1992, mas que não serão tratadas aqui pois este período foge do escopo desta investigação. Para o período de 1992 até 2003 as informações apresentadas representavam todo o país, com exceção das áreas rurais da região Norte. A partir de 2004 a pesquisa passou a abranger as áreas urbanas e rurais de todo o território nacional (IBGE, 2015a). Atualmente as estatísticas da PNAD são divulgadas para Brasil, Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre).

Em relação à comparabilidade entre os dados do censo e os dados da PNAD, é preciso considerar três fatores:

- a) as diferenças na abrangência geográfica entre ambas, de maneira a utilizar apenas as áreas comuns;
- b) a classificação da situação do domicílio (urbana ou rural) é mantida durante cada década, independentemente de eventuais alterações da legislação vigente, e atualizada por ocasião dos censos, ou seja, a definição estabelecida pelo Censo de 1991 foi mantida pelas PNADs realizadas entre 1992 e 1999 e a definição estabelecida após a realização do Censo de 2000 foi mantida nas PNADs realizadas entre 2001 até 2009 e assim por diante;

- c) pode ocorrer discrepância entre os resultados do censo e das PNADs pois estas últimas são realizadas por meio de uma amostra probabilística obtida em três estágios de seleção. Esses estágios compõem-se de uma metodologia complexa de amostragem. No primeiro estágio são selecionadas as unidades primárias (municípios), no segundo estágio são selecionadas as unidades secundárias (setores censitários) e finalmente no terceiro estágio são selecionadas as unidades terciárias (domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílio coletivo) (IBGE, 2015).

Dentre as diversas características analisadas pelas PNADs, destacam-se aquelas relacionadas ao trabalho e ao rendimento. A pesquisa investiga uma quantidade maior de informações relacionadas a esses dois aspectos, se comparada com as informações obtidas pelos censos. Nos censos são investigadas as seguintes características do trabalho: condição de atividade e de ocupação, procura por trabalho, grupos de horas trabalhadas, condição de contribuição para o instituto da previdência, posição na ocupação, subgrupos e categorias do emprego no trabalho principal. Quanto à renda mensal, os censos investigam: o rendimento nominal mensal do trabalho, rendimento nominal mensal domiciliar e o rendimento nominal mensal de outras fontes. Já as PNADs investigam, além destas variáveis, algumas outras características, como por exemplo: número de trabalhos exercidos, idade ao ingressar no primeiro emprego, se cuidava ou não de afazeres domésticos, associação a sindicato, entre outras.

A partir 1992, a PNAD incluiu na categoria de “população ocupada” os *trabalhadores ocupados na produção para o consumo próprio* e os *trabalhadores na construção para uso próprio*. Isso significou uma ampliação do significado do conceito de “trabalho” adotado pela pesquisa. Até então o conceito de trabalho incluía o trabalho remunerado (exercício de ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou serviços na produção de bens e serviços) e o trabalho não remunerado (exercício de ocupação sem remuneração, por no mínimo uma hora por semana, na produção de bens e serviços). Na classificação das pessoas ocupadas foi adicionada outra nova categoria, a de “trabalhadores domésticos”, para incluir as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado (IBGE, 2013). A partir de 2002

a PNAD passou a adotar a Classificação Brasileira de Ocupações adaptada às pesquisas domiciliares (CBO-Domiciliar) para classificar as ocupações e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, também adaptada para as pesquisas domiciliares (CNAE-Domiciliar) para classificar as atividades econômicas (IBGE, 2015). Estas duas classificações também são utilizadas pelos censos demográficos e são explicadas a seguir.

O IBGE utilizava até 1991 duas classificações de ocupações para a realização de suas pesquisas. No censo demográfico de 1991 (o primeiro para o período escolhido para esta pesquisa) foi adotada uma classificação de ocupações que havia sido desenvolvida pelo próprio IBGE e tinha como referência a Classificação de Programas dos Censos da América – COTA -, esta última elaborada pelo Instituto Interamericano de Estatística (*Inter-American Statistical Institute* - IASI) nos anos 1960 (IBGE, 2000). A utilização dessa classificação foi abandonada em 1995.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é atualmente a única classificação de ocupações usada pelo IBGE, sendo gerida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Passou a ser adotada no censo realizado em 2000. A CBO agrupa as ocupações em níveis hierárquicos “segundo características que dizem respeito às funções, tarefas, e obrigações do trabalhador e ao conteúdo do seu trabalho (conhecimentos, habilidades e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação” (IBGE, 2007, p.26). Esta classificação, teve sua primeira versão em 1977 e surgiu com o intuito de fornecer dados para os estudos da força de trabalho e do mercado de trabalho brasileiros. Tinha por base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO-68), editada em 1968 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A CBO sofreu algumas poucas mudanças ao longo dos anos 1980. Em 1988 a OIT adotou novos parâmetros, modernizando e alterando os grupos de agregação utilizados na sua classificação. Essa nova metodologia internacional é referida como CIUO – 88. A CIUO-88 traz dez conjuntos de ocupações e utiliza como níveis de competência a escolaridade e a semelhança entre as atividades executadas.

Em 1996 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), juntamente com o IBGE, revisaram a Classificação Brasileira de Ocupações com o objetivo de trazer maior uniformidade para os bancos de dados do país e para aproximar a CBO da CIUO-

88, o que passou a permitir a realização de comparações internacionais. A adaptação para a realidade brasileira manteve a mesma classificação para o nível mais agregado e procurou considerar, além do nível de instrução, a complexidade das atividades exercidas na elaboração dos subgrupos.

Assim, por ocasião do censo de 2000 adotou-se essa nova classificação, adaptada à pesquisa domiciliar, o que significou uma grande mudança comparando-se com a classificação das ocupações utilizada no censo de 1991. (IBGE, 2000). A CBO e a CBO-domiciliar são idênticas no nível mais agregado, mas esta última reorganizou alguns grupos para que estes pudessem ser captados com mais precisão.

A partir do censo de 2010 o IBGE passou a utilizar uma nova classificação para as ocupações, a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares – COD, que foi elaborada tendo por base a classificação mais recente utilizada pela OIT, a *International Standard Classification of Occupations* (ISCO-08). A atualização e a modernização da CBO e da COD foram devidas às importantes mudanças que se processaram no ambiente socioeconômico e cultural do país, isto é, do capitalismo brasileiro ao longo dos últimos anos, e que tiveram como consequência mudanças expressivas no mercado de trabalho brasileiro (BRASIL, 2010).

O mesmo ocorreu para a classificação dos setores de atividades econômicas. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) foi criada em 1994 e vem sendo adotada desde então. A CNAE deriva da *International Standard Classification of All Economic Activities* (ISIC), adotada pelas Nações Unidas (UNITED NATIONS, 1990) desde 1948. A classificação passou por três revisões (em 1958, 1968 e 1990) e uma atualização (em 2002). A CNAE é uma classificação que designa as unidades de produção conforme as atividades desempenhadas por elas. Suas categorias são definidas pelo agrupamento de setores homogêneos, pela similaridade entre as funções produtivas (seja por insumos, tecnologia ou processos de produção) e em alguns casos quanto às características dos bens e serviços que produzem. Periodicamente são incorporadas novas atividades nos setores econômicos, buscando manter a classificação atualizada. Atualmente (desde 2007, após a última revisão da ISIC em 2006) é utilizada a versão 2.0 da CNAE. Sua estrutura atual comporta cinco níveis hierárquicos e tem: 21 seções, 87 divisões, 285 grupos, 673 classes e 1301 subclasses. Por exemplo, o *cultivo de arroz* é uma

subclasse incluída dentro da classe de *cultura de cereais*. Esta por sua vez está incluída no grupo de *produção de lavouras*, na divisão de *agricultura, pecuária e serviços relacionados* e na seção de *agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*. O mesmo acontece para as demais atividades econômicas.

Pela observação dos aspectos analisados anteriormente, notam-se as dificuldades em realizar comparações entre os dados do censo de 1991 com os dados dos censos de 2000 e 2010. Essas dificuldades decorrem das diferenças dos sistemas de classificação ocupacional e de classificação dos setores de atividade econômica utilizados em cada época (como foi visto acima). Além disso, no censo de 1991 o pesquisado respondia ao censo apenas sobre sua ocupação habitual, ou seja, não havia registro da ocupação exercida nos últimos sete dias como no caso dos censos de 2000 e 2010. Isso traz implicações para a comparabilidade entre os dados de 1991 e dos censos de 2000 e 2010. (BARBOSA, 2014).

4.1.1.2 A Pesquisa Mensal de Emprego (PME)

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) é uma pesquisa domiciliar com periodicidade mensal e engloba seis áreas de abrangência, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, estando excluídas da pesquisa as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. A partir dos dados da PME, é possível observar características importantes do trabalhador e sua inserção no sistema capitalista de produção de bens e serviços. Algumas das características da força de trabalho levantadas pela pesquisa são: procura por trabalho, condição de ocupação (ocupadas ou desocupadas), posição na ocupação (empregado, conta própria, empregador e trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar), tipo de contrato de trabalho (por prazo determinado ou indeterminado), horas trabalhadas, pessoas sub-remuneradas, rendimento do trabalho, entre outras.

A PME foi instituída pelo IBGE em 1980 com o objetivo de fornecer dados sobre a força de trabalho. No ano de 2001 a pesquisa sofreu alterações metodológicas para se adaptar às recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre essas alterações pode-se citar por exemplo: A População em Idade Ativa (PIA) englobava as pessoas com 15 anos ou mais de idade na antiga metodologia e passou a englobar a faixa etária de 10 a 14 anos de idade; na metodologia antiga eram consideradas pessoas ocupadas aquelas que trabalhavam

no mínimo quinze horas por semana e este limite mínimo passou para uma hora por semana; também eram consideradas pessoas ocupadas aquelas que exerciam atividade não remuneradas em igrejas, instituições beneficentes ou de cooperativismo por pelo menos 15 horas na semana e essa categoria foi excluída do conceito de trabalho na nova metodologia; eram consideradas pessoas desocupadas aquelas que haviam procurado trabalho na semana de referência (7 dias) e passaram a compor essa categoria, na nova metodologia, as pessoas que procuraram por trabalho no mês de referência (30 dias), etc. Essas mudanças geraram alterações na magnitude dos resultados da pesquisa. Por isso, no ano de 2002 a pesquisa foi realizada tanto com a antiga metodologia quanto com a nova (IBGE, s.d.).

Também ocorreram modificações no instrumento de coleta para deixar claro ao entrevistado o conceito de trabalho que estava sendo investigado, evitando que os entrevistadores precisassem fazer perguntas adicionais (não escritas no questionário) e melhorando assim o fluxo da entrevista. Em vez de uma única pergunta sobre a identificação dos ocupados (como era feito na antiga metodologia) tem-se agora uma sequência de cinco perguntas, fazendo com que a noção de trabalho se tornasse bem mais clara (IBGE, s.d.)

Para a PME, de acordo com a definição atual do IBGE (2007), o trabalho em atividade econômica é toda ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios na produção de bens e serviços, incluindo o serviço doméstico e também o exercício não remunerado na produção de bens e serviços em ajuda a um membro da família da unidade domiciliar. Estão excluídas do conceito de trabalho de acordo com esta metodologia as ocupações não remuneradas beneficentes ou o cooperativismo. Diferentemente da definição adotada nos censos e na PNAD está excluída da definição de trabalho a ocupação na produção para próprio consumo. Sendo assim, algumas das relações sociais de produção não-mercantis ficam de fora.

A pesquisa designa as pessoas ocupadas como sendo aquelas que tenham trabalhado (remuneradamente ou não) durante pelo menos uma hora completa na semana de referência. Inclui-se nessa categoria as pessoas que tinham trabalho remunerado, mas estavam afastadas do trabalho naquela semana por motivo de férias, folga e licença maternidade. Já as pessoas desocupadas são aquelas sem

trabalho que procuraram obter um emprego no período de referência de 30 dias e que estavam dispostas a assumi-lo na semana de referência (IBGE, 2007).

Em relação à força laboral, a pesquisa considera como incluídas na força de trabalho a soma das pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência, e fora da força de trabalho as pessoas que não estavam nem ocupadas e nem desocupadas.

Outras categorias da pesquisa que são importantes para o desenvolvimento dessa dissertação são:

- a) pessoas marginalmente ligadas à População Economicamente Ativa (PEA);
- b) pessoas desalentadas e
- c) pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas.

As pessoas marginalmente ligadas à População Economicamente Ativa são definidas como “as pessoas não economicamente ativas na semana de referência que trabalharam ou procuraram trabalho no período de referência de 365 dias e estavam disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência” (IBGE, 2007, p. 20).

As pessoas desalentadas estão incluídas na categoria de pessoas marginalmente ligadas à PEA e são aquelas que procuraram trabalho ininterruptamente por, pelo menos, seis meses, tendo desistido por não encontrar nenhuma forma de trabalho. As pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas são aquelas pessoas que trabalharam menos de 40 horas por semana (portanto estão incluídas no total da população ocupada) e gostariam de trabalhar mais horas e estavam disponíveis para fazê-lo no período de 30 dias anteriores à semana de referência (IBGE, 2007).

Para classificar as ocupações, a PME utiliza a Classificação Brasileira de Ocupações – Domiciliar (CBO-Domiciliar). Para classificar as atividades, a PME utiliza a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Domiciliar (CNAE-Domiciliar).

O plano amostral da PME é estratificado em dois estágios de seleção para cada região metropolitana. As unidades primárias de amostragem são os setores censitários e as unidades secundárias são as unidades domiciliares. Para selecionar

as unidades domiciliares é realizada uma amostragem simples. Além disso, o plano amostral é autoponderado, o que significa dizer que em função do crescimento ou decréscimo natural de cada setor, o número das unidades domiciliares selecionadas pode aumentar ou diminuir. Quando é necessário isolar o efeito de um crescimento muito significativo em alguma região, é utilizado o Cadastro de Projetos de Novas Construções, que é realizado no âmbito da PNAD (IBGE, 2007).

4.2 MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO BRASILEIRA E DAS OCUPAÇÕES ENTRE 1990 E 2015

Esta subseção aborda as transformações que ocorreram na economia entre 1990 e 2015 e analisa seus impactos sobre a composição da força de trabalho brasileira. Considerou-se importante abordar as características demográficas e de distribuição regional da população com vistas a aprofundar a investigação dos grupos populacionais estudados.

4.2.1 Aspectos gerais: demografia e distribuição regional

As regiões metropolitanas (RM) serão utilizadas para a mensuração de parte do EIR, na seção 3.4. A escolha em utilizar as RM como variável decorre compatibilidade dos dados da PME e do modelo escolhido para a mensuração. A seguir foram levantadas algumas informações demográficas com objetivo de fornecer um panorama sobre a evolução populacional nas RM.

Para o período de interesse desta pesquisa, começando em 1991, a população residente nas seis regiões metropolitanas somava 24,8% do total, o que representava à época mais de 36 milhões de pessoas e atualmente somam os mesmos 25%, o equivalente a mais de 50 milhões de pessoas (tabela 7). Do ponto de vista da distribuição regional da força de trabalho potencial, não houve grandes mudanças. Ademais, destaca-se o fato de que um quarto da força de trabalho se encontra nas regiões metropolitanas.

Tabela 7 - População residente em seis regiões metropolitanas (RM). Brasil, anos de 1991 e 2014

RMs	População residente nas RMs em 1991	População residente nas RMs em 2014	% da população total em 1991	% da população total em 2014
Salvador	2.472.131	3.919.864	1,7	1,93
Belo Horizonte	3.461.905	5.783.773	2,3	2,85
Recife	2.559.469	3.887.261	1,8	1,92
São Paulo	15.202.533	20.935.204	10,4	10,32
Rio de Janeiro	9.600.528	12.116.616	6,6	5,98
Porto Alegre	3.015.960	4.181.836	2,0	2,06
Total das 6 regiões	36.312.526	50.824.554	24,80	25,06
Brasil	146.154.502	202.768.562	100	100

Fonte: IBGE (1991). Elaboração própria.

Os três estados mais populosos estão localizados na região Sudeste (respectivamente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), enquanto os menos populosos encontram-se na região Norte (Acre, Amapá e Roraima). No ano de 2014, os seis municípios mais populosos eram: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza e Belo Horizonte (IBGE, 2014).

A partir dos anos 1990, em função do declínio dos fluxos migratórios somado à queda na taxa de fecundidade, o crescimento das regiões metropolitanas tem ocorrido com menor intensidade (BRITO; SOUZA, 2005). De acordo com os dados do IBGE é possível confirmar a redução do ritmo de crescimento das regiões metropolitanas estudadas nesta dissertação. Todas as seis regiões apresentaram crescimento menor no período 2000-2010 em relação ao período anterior (tabela 8).

Tabela 8 - Taxa média de crescimento populacional anual (% a.a) das regiões metropolitanas (RM). 1991-2000-2010

RM	Taxa de crescimento (% a.a.) 1991-2000	Taxa de crescimento (% a.a.) 2000-2010*
Salvador	2,14	1,36
Belo Horizonte	2,68	1,15
Recife	2,51	1,01
São Paulo	1,64	0,97
Rio de Janeiro	1,17	0,80
Porto Alegre	2,31	0,63

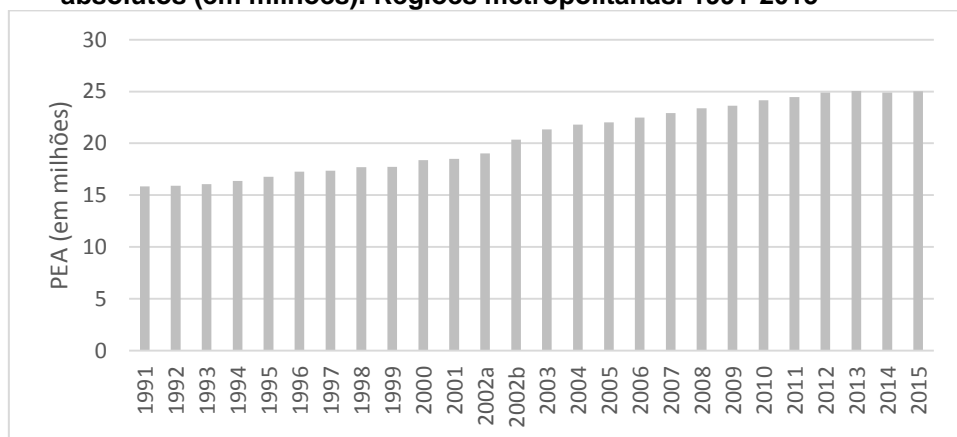
Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010).

* Alguns dos municípios que compõem essas RMs sofreram alterações nos limites municipais, podendo ter ocorrido perda populacional.

Todos esses dados evidenciam a importância das regiões metropolitanas na configuração da sociedade brasileira e na forma pela qual se distribui a população pelo território. Esses dados são de extrema relevância para a análise de indicadores

socioeconômicos. Considerado o período enfatizado por este trabalho, do ponto de vista quantitativo, a força de trabalho das regiões metropolitanas, representada pela população economicamente ativa com 15 anos ou mais de idade, cresceu 20% entre 1991 e 2002 e 22,9% entre 2002 e 2015. Em números absolutos isso significa um acréscimo de mais de nove milhões de pessoas no mercado de força de trabalho entre 1991 e 2015. O gráfico 4 a seguir mostra a evolução da força de trabalho nas seis regiões metropolitanas, sendo que de 1991 até 2002(a) os dados foram obtidos com base na antiga metodologia da PME e de 2002(b) até 2015 com base na nova metodologia¹⁰.

Gráfico 4 - População economicamente ativa com 15 anos ou mais de idade – números absolutos (em milhões). Regiões metropolitanas. 1991-2015



Fonte: IBGE (2007).

4.2.2 Transformações econômicas e variações na composição da força de trabalho

Como o desenvolvimento capitalista no Brasil, principalmente nas regiões abordadas, distribuiu funcionalmente essa força de trabalho? Comin (2015), em seu estudo sobre o desenvolvimento econômico no Brasil, observou que os grupos ocupacionais que mais ganharam participação relativa no período dos anos 1990 até recentemente foram do setor de serviços. Dentro do setor de serviços, dois grupos ocupacionais cresceram mais intensamente: (i) as atividades não manuais de rotina de menor qualificação, como, por exemplo, comércio, serviços de alimentação, alojamento e serviços burocráticos; e (ii) as atividades profissionais de alta

¹⁰ Ver seção 3.1.1.2

qualificação, relacionados aos serviços sociais, às atividades tecnológicas, gerenciamento de negócios e da administração do Estado. Também é constatada uma redução relativa dos trabalhadores rurais assalariados e dos trabalhadores manuais semiqualeificados.

Ao analisar a distribuição da força de trabalho pelos setores de atividade da economia, desde os anos 1980 e 1990 até o período mais recente, o autor verificou que:

- a) a força de trabalho empregada no setor de Construção civil apresentou um comportamento levemente oscilatório, caiu entre 1980 e 1990 e subiu nos dois períodos seguintes (de 7,1% em 2000 para 8,1% em 2010);
- b) ocorreu uma redução contínua da participação relativa do setor primário, a força de trabalho ocupada nesse setor passou de 30% em 1980 para 11,3% em 2010, uma redução de 18,7 p.p. Essa redução foi mais intensa entre 1980 e 1991, no período posterior o setor primário continuou a perder participação relativa, porém menos intensamente (apesar do boom na exportação de commodities);
- c) o setor de Indústria, mineração e utilidades públicas também apresentou uma redução contínua de sua participação no emprego da força trabalho mas em intensidade inferior ao observado no setor primário e passou de 17,9% em 1980 para 14,7% em 2010 (mostrando o declínio do ritmo de acumulação de capital neste setor);
- d) todos os demais setores (Comércio, Financeiro, Administração pública, Educação e Serviços domésticos) tiveram crescimento de sua participação relativa entre 1980 e 2010 (COMIN, 2015).

A seguir a tabela 9 apresenta estes dados:

Tabela 9 - Distribuição da força de trabalho, segundo os grandes setores de atividade econômica (%). Brasil. 1980-2010

Setores de atividade econômica	1980	1991	2000	2010
Agricultura, pesca e pecuária	30,0	22,8	18,7	11,3
Construção civil	7,6	6,7	7,1	8,1
Indústria, mineração e utilidades públicas	17,9	16,5	14,4	14,7
Comércio, transporte, comunicação e hospitalidades	17,7	20,5	24,3	26,2
Financeiro, imobiliário e negócios	5,7	6,6	6,5	9,2
Administração pública e defesa	4,4	4,9	5,4	6,0
Educação, saúde e assistência social	6,1	8,0	9,7	10,6
Serviços domésticos	6,1	6,8	7,7	7,7
Outros serviços	4,5	7,2	6,2	6,1

Fonte: IBGE, Censos demográficos. Tabulações especiais do Centro de Estudos das Metrópoles (CEM). Elaboração: Comin (2015, p.377).

A tabela 10 a seguir apresenta a distribuição regional da população com 10 anos ou mais de idade, ocupada segundo os ramos de atividade. Analisando-a é possível constatar que, para o ano de 1999, auge do modelo neoliberal, quanto à posição na ocupação, que:

- a) a Indústria de transformação emprega uma maior população relativa na região Sul (15,2%);
- b) a Prestação de serviços ultrapassou um quinto da população ocupada nas regiões Sudeste (22,5%) e Centro-Oeste (22,6%);
- c) a região Nordeste, seguida pela região Sul e Centro-Oeste, apresentaram as mais elevadas participações de ocupados em atividade Agrícola: 40,7%, 26,4% e 22,8% respectivamente;
- d) na região Norte (somente a área urbana) destaca-se o grande percentual ocupado na Prestação de serviços (21,2%) e no Comércio de mercadorias (19,2%);
- e) para a região Sudeste, as atividades com maior percentual de ocupados são a Prestação de serviços, a Indústria da transformação (14,5%) e o Comércio de mercadorias (14%). Na região Sudeste também se encontra o maior percentual de ocupados na Indústria da Construção (7,3%).

Tabela 10 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%), ocupadas, por Grandes Regiões, segundo os ramos de atividade

<i>Ramos de atividades</i>	Brasil (total)	Norte (urbana)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Agrícola	24,2	13,3	40,7	13,4	26,4	22,8
Indústrias da transformação	11,6	8,9	6,7	14,5	15,2	7,1
Indústria da construção	6,6	6,4	5,9	7,3	6,3	6,7
Outras atividades industriais	1,1	1,3	1	1,2	0,9	1,4
Comércio de mercadorias	13,4	19,2	12,4	14	12	14,1
Prestação de serviços	19,3	21,2	15	22,5	16,9	22,6
Serviços auxiliares de atividade econômica	3,9	2,9	1,9	5,3	4,1	3,6
Transporte e comunicação	3,9	4,3	2,9	4,7	3,7	3,9
Social	9,5	12,2	8,3	10,3	8,8	9,0
Administração pública	4,6	8,9	4	4,4	4,1	7,0
Outras atividades	1,9	1,5	1,2	2,4	1,9	1,7

Fonte: IBGE (2000).

Adicionalmente, é possível constatar que entre 1992 e 1997, houve um incremento relativo da população ocupada em atividades não agrícolas (tabela 11) para todas as regiões do Brasil, mostrando a mudança estrutural permanente associada à urbanização e à modernização econômica. Esse aumento foi mais intenso na região Sul, onde a participação relativa da população em atividades não agrícolas no total da população ocupada passou de 66,2% em 1992 para 73,1% em 1997 (um aumento de 6,9 p.p.). Na região Centro-Oeste passou de 72,3% em 1992 para 77,2% em 1997 (aumentou 4,9 p.p.). Na região Sudeste a participação relativa nas atividades não-agrícolas aumentou de 83,6% em 1992 para 87,2%, (um aumento de 3,6 p.p) apresentando o maior valor ao final do período (desconsiderando-se a região Norte por seu valor se referir estritamente a área urbana).

Tabela 11 - Participação relativa da população em atividades não-agrícolas no total da população ocupada, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1992 a 1997

	1992	1993	1995	1996	1997
Brasil	71,7	72,6	74	75,6	75,8
<i>Grandes Regiões:</i>					
Norte (urbana)	86,0	84,3	87,4	87,3	87,4
Nordeste	56,0	57,8	57,4	59,4	58,6
Sudeste	83,6	83,8	85,6	86,6	87,2
Sul	66,2	67,2	69,8	72,0	73,1
Centro-Oeste	72,3	71,8	74,6	76,3	77,2

Fonte: IBGE (1992 até 1995, 1996 e 1997).

A população ocupada aumentou em 31,5% entre 2000 e 2010, passando de 65,6 milhões de pessoas para 86,3 milhões em 2010 (IBGE, 2000; 2010). Em 2014, a população ocupada atingiu a marca de mais de 96 milhões de pessoas conforme os dados da PNAD. Do total da população brasileira ocupada em 2010, 85,5% habitavam áreas urbanas e somente 14,4% a zona rural, reforçando as transformações acarretadas pelo desenvolvimento capitalista no Brasil. Dentre as pessoas com 10 anos ou mais, a proporção de ocupados aumentou em 5,4 pontos percentuais, passando de 47,9% em 1000 para 53,3% em 2010.

A composição da força de trabalho também se altera com base em relações de gênero. Houve uma grande elevação no nível de ocupação¹¹ da população feminina no período, passando de 35,4% em 2000 para 43,9% em 2010 (Tabela 12). Todavia, o nível total de ocupação das mulheres manteve-se inferior ao dos homens. Para estes, o aumento foi bem menos acentuado, alcançando 61,1% em 2000 e 63,3% em 2010. O nível de ocupação da zona urbana ultrapassou o nível de ocupação da zona rural, passando de 47,6% em 2000 e atingindo 53,8% em 2010. Na zona rural o índice elevou-se de 49,6% em 2000 para 50,7% em 2010. Em 2010, na zona rural, as mulheres eram 7,4% da população ocupada e na zona urbana eram 43,6%. A taxa de atividade das mulheres na zona urbana foi maior do que na zona rural, respectivamente 56% e 45,5% no ano de 2010. Este dado pode significar uma subnotificação das atividades das mulheres no campo ou também é possível que a produção para autoconsumo tenha sido considerada inclusa como um prolongamento do trabalho doméstico (IBGE, 2000; 2010).

¹¹ De acordo com a definição dada pelo IBGE e adotada pela PNAD o nível de ocupação é o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Tabela 12 - Nível da ocupação (%) das pessoas com 10 anos de idade ou mais, por sexo e situação de domicílio, no Brasil – 2000/2010

Brasil	2000	2010
Nível total de ocupação (%)	47,9	53,3
Nível de ocupação dos homens (%)	61,1	63,3
Nível de ocupação das mulheres (%)	35,4	43,9
Nível de ocupação na zona urbana (%)	47,6	53,8
Nível de ocupação na zona rural (%)	49,6	50,7

Fonte: IBGE (2000/2010).

Avaliando-se o nível de ocupação por grupos etários para o ano de 2010 (Tabela 13) é possível constatar que o nível de ocupação dos homens em todos os grupos etários foi superior ao das mulheres. O nível máximo de ocupação concentrou-se na faixa de 35 a 39 anos, atingindo 85,9% dos homens dessa faixa etária e 64,4% das mulheres. Na área rural é possível constatar que ocorre um ingresso precoce nas atividades de trabalho se comparado com a área urbana e ao mesmo tempo a permanência no trabalho até idades mais avançadas. A inserção de crianças e adolescentes na população ocupada evidencia que é preciso melhorar as condições sociais de uma maneira geral. No Brasil, o trabalho é autorizado somente a partir dos 16 anos, e entre jovens de 14 ou 15 anos na condição de aprendiz. Na zona rural a situação é mais acentuada pois 13,6% das crianças entre 10 e 13 anos estão trabalhando (na zona urbana são 3,3%) e 23,2% dos jovens de 14 ou 15 anos (na zona urbana são 10,1%) (IBGE, 2010).

Comparando-se a distribuição da ocupação por sexo e situação de domicílio (Tabela 13) podemos observar na tabela 15 que para os homens o nível de ocupação foi maior na área rural, 64,9% comparando-se com a área urbana, 56,4%. Para as mulheres o inverso é verdadeiro, e seu nível de ocupação na área urbana foi de 43,5% e de 35,1% na área rural. É possível que a ocupação feminina na área rural tenha sido subestimada, como mencionado anteriormente.

Tabela 13 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%), por situação de domicílio, segundo o sexo e os grupos de idade – Brasil, 2010

Situação de domicílio	Urbana		Rural	
	Homens (%)	Mulheres (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Total	56,4	43,5	64,9	35,1
Grupos de idade				
10 a 14 anos				
15 a 19 anos	57,2	42,7	62,3	37,7
20 a 69 anos	58,3	41,6	66,7	33,2
70 anos ou mais	56,2	43,7	64,6	35,3
	64,8	35,1	71,0	28,9

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

No que diz respeito ao número de horas trabalhadas por semana (Tabela 14) a maior parcela da população ocupada, 46%, encontra-se na faixa entre 40 a 44 horas. Entre os homens esse percentual é de 47,6% e entre as mulheres é de 43,8%. Em relação aos grupos etários temos: das crianças entre 10 e 14 anos ocupadas 77,4% estavam trabalhando até 39 horas por semanas, 14,6% trabalhando entre 40 e 44 horas por semana e 7,8% trabalhando 45 ou mais horas semanais.

Entre os jovens de 15 até 19 anos ocupados, 38,7% trabalham até 39 horas semanais, 39,0% trabalham entre 40 e 44 horas e 22,1% trabalham mais de 45 horas. O grupo de maior atividade de carga de trabalho é o de 20 a 69 anos. Deste grupo 47,1% trabalha entre 40 a 44 horas semanais, 28,9% trabalham mais de 45 horas semanais e 23,9 % trabalham menos de 39 horas por semana. Praticamente a metade (49,3%) da população idosa ocupada com 70 anos de idade ou mais trabalha 39 horas por semana ou menos, 31,4% trabalham entre 40 e 44 horas e 19,1% trabalham 45 horas ou mais.

Tabela 14 - Distribuição das pessoas de 10 anos de idade ou mais, ocupadas, por grupo de horas trabalhadas (%) por semana no trabalho principal, segundo o sexo e os grupos de idade. Brasil – 2010

	Total	Até 39 horas	De 40 a 44 horas	45 horas ou mais
Total	100	25,8	46,0	28,1
10 a 14 anos	100	77,4	14,6	7,8
15 a 19 anos	100	38,7	39,0	22,1
20 a 69 anos	100	23,9	47,1	28,9
70 anos ou mais	100	49,3	31,4	19,1
Homens	100	19,6	47,6	32,8
10 a 14 anos	100	75,5	15,8	8,6
15 a 19 anos	100	34,2	41,3	24,3
20 a 69 anos	100	17,3	48,7	33,9
70 anos ou mais	100	43,6	34,1	22,1
Mulheres	100	34,4	43,8	21,8
10 a 14 anos	100	80,3	12,9	6,7
15 a 19 anos	100	45,4	35,5	18,9
20 a 69 anos	100	32,7	44,9	22,2
70 anos ou mais	100	60,7	26,0	13,1

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Na tabela 15 as ocupações aparecem listadas utilizando-se a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD). A categoria que empregava o maior contingente de pessoas em 2010 era a de “Ocupações elementares”, totalizando

20,1% da população. As mulheres são maioria nesta categoria e contabilizaram 24% das mulheres ocupadas. Tem-se mais de 17 milhões de pessoas ocupadas nesta categoria. Dentro desta havia 5,8 milhões de mulheres na subcategoria de “Trabalhadores domésticos e outros trabalhadores de limpeza de edifícios”, esta mesma categoria empregava 956 mil homens.

O segundo grupo de ocupação com maior participação feminina foi o de “Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados”. Esse grupo totalizou 21,4% das mulheres ocupadas. Nesta categoria as mulheres apresentam-se em número superior aos homens. São mais de 7,8 milhões mulheres contra pouco mais de 6,5 milhões homens. Conforme o censo demográfico de 2010, havia 2,3 milhões mulheres ocupadas na subcategoria de “trabalhadores dos serviços pessoais”, onde a presença das mulheres se destaca nas ocupações de cabeleireira (1 milhão de mulheres ocupadas) e cozinheira (800 mil mulheres ocupadas). Nesta mesma subcategoria, os homens corresponderam a 13,2% da população masculina empregada e somam o maior número de trabalhadores nas ocupações de supervisores de manutenção e limpeza de edifícios (meio milhão de homens ocupados) e porteiros e zeladores (também meio milhão). Na subcategoria de “vendedores”, as ocupações que empregaram maior número de pessoas são: os comerciantes e vendedores de lojas (5,5 milhões de pessoas ocupadas); os trabalhadores dos serviços de proteção e segurança (que ocupa 1,4 milhão de homens e pouco mais de 100 mil mulheres); os trabalhadores de cuidados pessoais, como por exemplo os cuidadores de crianças e ajudantes de professores, são 700 mil mulheres e 86 mil homens.

A seguir, observa-se que a categoria Profissionais de ciências e intelectuais é a terceira a empregar a maior parcela da população relativa feminina, com 13,8% das mulheres ocupadas. Quanto às subcategorias de maior destaque, podem-se citar: os profissionais de ensino, atividade que empregou 2,6 milhões mulheres e 755 mil homens no ano de 2010; os profissionais em direito, em ciências sociais e culturais, que empregou 816 mil mulheres e 770 mil homens no mesmo ano e; os profissionais da saúde, setor onde 754 mil eram mulheres e 438 mil homens.

Os homens estão empregados em sua maioria, 17,7%, na categoria de “Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios”. Nesta categoria as mulheres são minoria e apenas

2,7% estavam ocupadas nela em 2010, o equivalente a 995 mil mulheres, contra 8,8 milhões de homens. Destes 8,8 milhões de homens 4,2 milhões são trabalhadores qualificados e operários da construção, exclusive eletricitas, 3,2 milhões são trabalhadores da construção civil (construtores de casas, pedreiros, trabalhadores em cimento e concreto e etc.) e 2,2 milhões são trabalhadores de metalurgia e da construção mecânica (moldadores, soldadores, ferreiros, mecânicos e reparadores de máquinas).

Para os homens, em seguida aparecem as “Ocupações elementares” que empregou 17,3% do total de homens ocupados em 2010. Deste total 3 milhões são trabalhadores elementares da agropecuária, 3,3 milhões trabalhadores elementares da mineração, da construção e indústria de transformação e do transporte, 966 mil entre coletores de lixo e outras ocupações elementares e, 429 mil mensageiros e carregadores de bagagens e entregadores de encomendas.

O menor contingente de mulheres está na categoria “Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares”, onde são 0,1%, o que equivale a apenas 28 mil mulheres ocupadas. No caso dos homens, o percentual é de 0,9% da população masculina ocupada, o que equivale a 460 mil homens.

Tabela 15 - Distribuição de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grandes grupos de ocupação (nova classificação) no trabalho principal – Brasil, 2010

Grandes grupos de ocupação	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas (%)		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Total	100	100	100
Diretores e gerentes	3,9	4,2	3,5
Profissionais de ciências e intelectuais	9,8	6,9	13,8
Técnicos e profissionais de nível médio	6,4	6,8	5,8
Trabalhadores de apoio administrativo	7,0	4,4	10,4
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	16,7	13,2	21,4
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	8,6	10,2	6,3
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	11,4	17,7	2,7
Operadores de instalações e máquinas e montadores	8,1	10,7	4,5
Ocupações elementares	20,1	17,3	24,0
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0,6	0,9	0,1

Fonte: IBGE (2010).

Com relação à educação da força de trabalho (tabela 16), fez-se uma aproximação para a identificação de trabalho simples¹² (indiferenciado) ou complexo¹³ (especializado). Ambos os conceitos se referem à divisão social do trabalho. “Do ponto de vista do capital, a formação para o ‘trabalho simples’ destina-se à preparação técnica e ético-política da mão de obra visando aumentar a produtividade do trabalho sob a direção capitalista” (LIMA; NEVES; PRONKO, 2009). A “formação para o ‘trabalho complexo’ destina-se à preparação de especialistas que possam aumentar a produtividade do trabalho [...] e, simultaneamente à formação de intelectuais orgânicos da sociabilidade capitalista” (LIMA; NEVES; PRONKO, 2009).

O nível de generalização na formação do ‘trabalho simples’ ou do ‘trabalho complexo, em uma determinada formação social, depende do lugar ocupado por essa formação na divisão internacional do trabalho, “especialmente, da divisão entre países produtores de conhecimento e, também, do estágio da luta de classes em cada momento histórico específico (LIMA; NEVES; PRONKO, 2009).

Hoje, sob a direção do capital, realizam-se mudanças qualitativas na formação do ‘trabalho complexo’ com vistas a adequar suas instituições formadoras aos requisitos da nova base técnica do trabalho, das novas demandas do processo de acumulação capitalista e da inserção do país [Brasil] na nova divisão internacional do trabalho. Essas mudanças tendem, de um lado, à homogeneização do patamar mínimo de escolarização para o ‘trabalho complexo’ no nível superior de ensino e, de outro lado, ao surgimento de cursos de mais curta duração [cursos tecnológicos] (LIMA; NEVES; PRONKO, 2009).

No ano de 2010, constatou-se que a maior parcela da população ocupada, 38,5%, não possuíam nenhuma instrução ou possuíam o ensino fundamental incompleto. Ao avaliar-se a distribuição das pessoas por grupos de ocupação segundo o nível de instrução, é possível constatar que as categorias “Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca” e “Ocupações elementares” agregaram o maior percentual de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, respectivamente 78,3% e 61,2%. A categoria de “Profissionais de ciências e intelectuais” é a que possui a maior parcela da população ocupada com nível superior (65%), seguida pela categoria de “Diretores e

¹² O trabalho simples é um trabalho uniforme e indiferenciado que pode ser realizado por qualquer indivíduo médio (trabalhador médio) da sociedade (FIGUEIREDO, 2004).

¹³ O trabalho complexo ou especializado agrega mais valor (nos bens ou mercadorias) que o trabalho simples de mesma duração (FIGUEIREDO, 2004).

gerentes” (36,4%). Nos níveis intermediários de escolaridade destacam-se os grupos ocupacionais “Técnicos e profissionais de nível médio” e “Trabalhadores de apoio administrativos”, onde respectivamente 53,2% e 58,7% possuíam ensino médio completo e/ou ensino superior incompleto (tabela 16).

Tabela 16 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por nível de instrução, segundo os grandes grupos de ocupação no trabalho principal. Brasil, 2010

Grandes grupos de ocupação no trabalho principal	T O T A L	Sem instrução e fundament al incompleto	Fundament al completo e ensino médio incompleto	Ensino médio completo e superior incomplet o	Ensino superior complet o	Não deter mi- nado
Total ⁽¹⁾	100	38,5	17,8	30,7	12,7	0,4
Diretores e gerentes	100	15,0	11,8	38,3	36,4	0,2
Profissionais de ciências e intelectuais	100	5,0	4,8	25,0	65,0	0,2
Técnicos e profissionais de nível médio	100	12,0	13,4	53,2	20,9	0,5
Trabalhadores de apoio administrativo	100	9,2	16,0	58,7	15,3	0,7
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	100	30,6	22,6	41,5	4,9	0,6
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	100	78,3	12,6	7,9	0,9	0,2
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	100	50,9	22,8	24,3	1,7	0,4
Operadores de instalações e máquinas e montadores	100	42,9	24,2	31,0	1,6	0,4
Ocupações elementares	100	61,2	20,2	17,5	0,7	0,4
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	100	5,2	14,0	60,4	20,0	0,4

Fonte: IBGE (2010).

(1) Inclusive as pessoas com ocupação mal definida.

Para permitir a comparação entre os dados do censo de 2010 e de 2000, quando houve a flexibilização do neoliberalismo no Brasil, os quadros 1 e 2 mostram a antiga classificação dos grupos ocupacionais. Podem ser contabilizadas 11,7 milhões de mulheres a mais no mercado de trabalho entre 2000 e 2010 e 8,9 milhões a mais de homens no mesmo período. No grupo de “Profissionais das ciências e artes” houve um incremento de mais de 2,5 milhões de mulheres, e 1,5 milhão de homens aproximadamente. Uma variação de 128,5% para as mulheres e

81,6% para os homens em comparação ao ano de 2000, sugerindo uma complexificação da produção capitalista no Brasil.

A categoria que mais empregou trabalhadores em 2010, segundo a antiga classificação, foi a de “Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados” e foi também a que empregou a maior parcela da população feminina: 13,8 milhões de mulheres no total, número que está 24,81% maior do que no ano de 2000. A seguir está a categoria de “Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais”, que empregou 18,2 milhões de pessoas em 2010, sendo a maior parte deste contingente composta por homens (82,85%). Esse número corresponde a uma elevação de 25,6% em relação a 2000, e um ingresso de mais 2,8 milhões de homens nesse setor.

Quadro 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal, segundo o sexo. Brasil – 2000/2010

GRUPOS	Ano: 2000			Ano: 2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	65.629.892	40.860.097	24.769.795	86.353.839	49.823.312	36.530.527
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	2.795.637	1.922.862	872.775	3.604.933	2.240.571	1.364.362
Profissionais das Ciências e artes	3.816.342	1.850.100	1.966.242	7.855.061	3.361.560	4.493.501
Técnicos de nível médio	5.142.902	2.562.893	2.580.009	5.691.037	3.063.505	2.627.532
Trabalhadores de serviços administrativos	5.358.877	2.181.662	3.177.215	7.618.937	2.828.250	479.0687
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	19.425.844	8.313.165	11.112.679	22.752.465	8.881.702	13.870.763
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	11.527.823	9.034.657	2.493.166	11.606.543	8.212.211	3.394.332
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	14.497.950	12.251.861	2.246.089	18.210.678	15.087.563	3.123.115
Trabalhadores de reparação e manutenção	1.549.681	1.531.557	18.124	1.869.615	1.804.883	64.732
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	563.350	541.067	22.283	261.177	247.427	13.750
Ocupações mal especificadas	951.486	670.273	281.213	6.883.393	4.095.640	2.787.753

Fonte: IBGE (2000, 2010).

Também é possível constatar que houve um grande aumento nas “Ocupações mal especificadas”. Em 2000 um pouco mais de 951 mil pessoas estavam enquadrados nessa categoria, e em 2010 esse número elevou-se para 6,8 milhões de pessoas. Esse aumento refere-se a dois aspectos: em parte às profissões que não estavam classificadas e em parte reflete uma possível precarização do mercado de trabalho (mesmo com os avanços possibilitados pela redução da intensidade neoliberal).

A única categoria em que houve decréscimo da população ocupada foi a “Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares”, com uma redução

importante de seu contingente total, sendo que essa redução se deu tanto na participação masculina (-54,2%) quanto na feminina (-38,2%) entre 2000 e 2010. A categoria de “Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca” manteve um crescimento mínimo no período entre 2000 e 2010, equivalente a 0,6% e apresentou um decréscimo da população masculina em -9,1%, equivalente a saída 822 mil homens do setor, que foi praticamente compensada pelo aumento da população feminina em 36,1%, equivalente ao ingresso de 901 mil mulheres no setor.

Tabela 17 – Variação percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo, segundo os grandes grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal. Brasil, 2000/2010

GRUPOS	Variação (%) da população total ocupada (2000-2010)	*Variação (%) da população masculina ocupada (2000- 2010)	*Variação (%) da população feminina ocupada (2000- 2010)
Total	31,5	21,9	47,4
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	28,9	16,5	56,3
Profissionais das Ciências e artes	105,8	81,6	128,5
Técnicos de nível médio	10,6	19,5	1,8
Trabalhadores de serviços administrativos	42,1	29,6	50,7
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	17,1	6,8	24,8
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	0,6	-9,1	36,1
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	25,6	23,1	39,0
Trabalhadores de reparação e manutenção	20,6	17,8	257,1
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	-53,6	-54,2	-38,2
Ocupações mal especificadas	623,4	511,0	891,3

Fonte: IBGE (2000, 2010). Elaboração própria.

* Ver quadro 1.

Para permitir a comparabilidade com os dados do censo anterior, de 2000, também foi utilizada a antiga classificação das seções de atividade e os resultados aparecem na tabela 18. Os seis setores de atividade com maior contingente de pessoas ocupadas foram: “Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos”, com 14,8 milhões de pessoas ocupadas em 2010; “Construção”, com 6,2 milhões de pessoas ocupadas; “Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal”, com 11,8 milhões de ocupados; Indústrias de

transformação, 10,4 milhões de ocupados; “Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas” com 5,9 milhões e, por fim, a categoria de “Serviços domésticos”, com 5,9 milhões. A categoria com maior elevação do número absoluto de trabalhadores foi a de “Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos”, que teve um ingresso de mais de 3,9 milhões de pessoas, um aumento de 37,5% em relação a 2000. Em seguida ficou a categoria de “Atividade imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas”, que angariou mais de 2,2 milhões de trabalhadores e a categoria “Construção” registrou ingresso de 1,7 milhão de trabalhadores. Em termos relativos, as categorias com maior aumento foram: “Saúde e serviços sociais”, com 70,4% (ou um ingresso de 1,5 milhão de pessoas) e a “Indústria extrativa”, com 131,7% (ou um acréscimo de 309 mil pessoas). A categoria de “Alojamento e alimentação” apresentou um decréscimo de 2,2%.

Tabela 18 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade (antiga classificação) do trabalho principal. Brasil, 2000/2010

Seção de atividade do trabalho principal	Ano: 2000	Ano: 2010	Variação percentual (2000-2010)
Total	65.629.892	86.353.839	31,5 %
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	11.771.011	11.836.282	0,5 %
Pesca	348.378	476.351	36,7 %
Indústria extrativa	234.869	544.254	131,7 %
Indústrias de transformação	8.757.040	10.454.915	19,3 %
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	328.918	379.182	15,2 %
Construção	4.568.396	6.294.869	37,7 %
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	10.898.997	14.897.258	37,5 %
Alojamento e alimentação	3.071.814	3.003.277	-2,2 %
Transporte, armazenagem e comunicação	3.318.814	4.081.426	22,9 %
Intermediação financeira	823.708	1.187.143	44,1 %
Atividade imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	3.763.802	5.983.128	58,9 %
Administração pública, defesa e seguridade social	3.522.868	4.648.863	31,9 %
Educação	3.822.388	4.446.018	16,3 %
Saúde e serviços sociais	2.151.906	3.667.709	70,4 %
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2.392.052	3.027.662	26,5 %
Serviços domésticos	5.016.269	5.964.950	18,9 %
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	2.839	4.174	47,0 %
Atividades mal especificadas	835.823	5.366.377	542,0 %

Fonte: IBGE (2000, 2010). Elaboração própria.

Com relação à composição por sexo, as mulheres representavam 37,7% do total de pessoas ocupadas em 2000 e passaram a compor 42,3% do total no ano de 2010. As atividades em que houve maior ingresso de mulheres no período compreendido entre 2000 e 2010 foram: “Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos”; “Serviços domésticos”; “Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas” e; “Saúde e serviços sociais” (Tabela 19).

Tabela 19 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo e a seção de atividade (antiga classificação) no trabalho principal. Brasil, 2000/2010

Seção de atividade no trabalho principal	Ano: 2000			Ano: 2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	65.629.892	40.860.097	24.769.796	86.353.839	49.823.312	36.530.527
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	11.771.011	9.176.490	2.594.521	11.836.282	8.390.983	3.445.299
Pesca	348.378	319.400	28.979	476.351	374.826	101.525
Indústria extrativa	234.869	218.003	16.866	544.254	428.862	115.393
Indústrias de transformação	8.757.040	6.001.199	2.755.840	10.454.915	6.815.040	3.639.875
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	328.918	275.081	53.837	379.182	315.201	63.979
Construção	4.568.396	4.397.397	170.998	6.294.869	6.072.175	222.694
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	10.898.997	7.256.900	3.642.097	14.897.258	8.827.962	6.159.295
Alojamento e alimentação	3.071.814	1.627.910	1.443.904	3.003.277	1.355.214	1.648.063
Transporte, armazenagem e comunicação	3.318.814	2.918.456	400.358	4.081.426	3.548.417	533.009
Intermediação financeira	823.708	458.501	365.207	1.187.143	567.996	619.147
Atividade imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	3.763.802	2.546.652	1.217.150	5.983.128	3.569.925	2.413.203
Administração pública, defesa e seguridade social	3.522.868	2.204.241	1.318.626	4.648.863	2.693.741	1.955.122
Educação	3.822.388	845.937	2.976.451	4.446.018	1.144.291	3.301.727
Saúde e serviços sociais	2.151.906	598.538	1.553.368	3.667.709	893.511	2.774.198
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2.392.052	1.104.286	1.287.766	3.027.662	1.220.828	1.806.835
Serviços domésticos	5.016.269	376.268	4.640.001	5.964.950	437.514	5.527.436
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	2.839	1.387	1.452	4.174	2.140	2.034
Atividades mal especificadas	835.823	533.449	302.374	5.366.377	3.164.685	2.201.692

Fonte: IBGE (2000, 2010).

A análise da tabela 20 permite identificar as categorias que congregaram o maior percentual de mulheres ocupadas em 2010 foram: “Serviços domésticos”,

atividade na qual a participação feminina atingia quase a totalidade dos postos de trabalho, 92,6%; seguida da categoria “Saúde e serviços sociais”, na qual a participação feminina foi de 75,6% e “Outros serviços coletivos, sociais e pessoais”, com 59,6%. As três categorias sofreram aumento na participação feminina em relação ao ano de 2000. As seções de atividade com menor participação das mulheres também se mantiveram as mesmas entre 2000 e 2010. A categoria “Construção”, teve uma leve redução na participação feminina, passando de 3,7% em 2000 para 3,5% em 2010. A categoria “Transporte, armazenagem e comunicação” foi a segunda com menor participação e teve um leve aumento, passando de 12,0% em 2000 para 13% em 2010.

Tabela 20 – Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo a seção de atividade do trabalho principal. Brasil, 2000/2010

Seção de atividade no trabalho principal	Ano: 2000	Ano: 2010	Variação percentual (2000/2010)
	Percentual de mulheres ocupadas em cada categoria de seção de atividade (%)	Percentual de mulheres ocupadas em cada categoria de seção de atividade (%)	
Total	37,7	42,3	47,4
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	22,0	29,1	32,7
Pesca	8,3	21,3	250,3
Indústria extrativa	7,1	21,2	584,1
Indústrias de transformação	31,4	34,8	32,0
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	16,3	16,8	18,8
Construção	3,7	3,5	30,2
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	33,4	41,3	69,1
Alojamento e alimentação	47,0	54,8	14,1
Transporte, armazenagem e comunicação	12,0	13,0	33,1
Intermediação financeira	44,3	32,8	69,5
Atividade imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	32,3	40,3	98,2
Administração pública, defesa e seguridade social	37,4	42,0	48,2
Educação	77,8	74,2	10,9
Saúde e serviços sociais	72,1	75,6	78,5
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	53,8	59,6	40,3
Serviços domésticos	92,4	92,6	19,1
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	51,1	48,7	40,0
Atividades mal especificadas	36,1	41,0	628,1

Fonte: IBGE (2000, 2010). Elaboração própria.

4.3 MENSURAÇÃO DO EIR: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Há vários estudos internacionais sobre a mensuração do EIR e da composição da força de trabalho. Três desses foram selecionados para balizar esta pesquisa. O primeiro deles, de Foster, McChesney e Jonna (2011), mensurou o exército de reserva global e para isso utilizou dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Resumidamente, foram considerados como pertencentes ao EIR global: os trabalhadores em empregos vulneráveis, os desempregados e a população economicamente inativa com idade entre 25 e 54 anos. Do total da população mundial com 15 anos ou mais de idade, 65% foram contabilizados no EIR, ou seja, grande parte da população mundial está disponível para fornecer impulso para a acumulação capitalista. Os pesquisadores procuraram capturar o EIR em sua máxima extensão. Mesmo os camponeses (incluídos na categoria de trabalhadores vulneráveis) são vistos como proletários potenciais, o que justifica sua contabilização no EIR. Além disso, os autores relatam que não é possível desmembrar a categoria de trabalhadores vulneráveis em função do modo como são disponibilizadas as informações nas bases de dados da OIT (FOSTER; McCHESNEY; JONNA, 2011c).

Ademais, os pesquisadores acreditam ainda que sua medida do EIR global está subestimada por não terem incluído os trabalhadores de tempo parcial (por falta de disponibilidade de dados) e os grupos etários entre 16 e 23 anos e entre 55 e 65 anos. A existência de um enorme EIR global significa a possibilidade de uma exploração potencial intensa da força de trabalho, transferindo o excedente econômico dos países subdesenvolvidos para as economias avançadas, a introdução de importações de baixo custo (a partir de economias na Ásia), a sujeição dos trabalhadores à flexibilidade do mercado de trabalho e aos baixos níveis de salário. Os trabalhadores das economias desenvolvidas também não estão incólumes ao desenrolar da expansão do capital global. Suas condições de trabalho também estão sendo arrastadas para baixo, tanto pela concorrência salarial global quanto pela tendência de superacumulação no núcleo capitalista, que aumenta a estagnação econômica e o desemprego. A financeirização que impulsionou as economias dos Estados Unidos, Europa e Japão por décadas foi responsável por criar crises que resultaram na diminuição das taxas de crescimento, aumento na

capacidade ociosa da indústria e desemprego. Orientado pelas políticas econômicas neoliberais, o Estado tornou-se ineficaz para solucionar os problemas e apenas socorre o capital em detrimento da sociedade. Concluem assim os pesquisadores que a lei geral da acumulação capitalista atingiu o patamar global, oprimindo o trabalho em todas as regiões do planeta (FOSTER; McCHESNEY; JONNA, 2011c).

O segundo estudo internacional relevante foi desenvolvido por Foster e Jonna (2014) e trata da composição da força de trabalho e do EIR. Em virtude da importância da obra de Harry Braverman, particularmente de seu livro *Trabalho e Capital Monopolista* (2014 [1974]), os pesquisadores decidiram fazer um estudo para homenageá-lo, investigando a estrutura da classe trabalhadora dos Estados Unidos (objeto também investigado por Braverman na década de 1970) durante os últimos 40 anos, bem como os desdobramentos do avanço do capitalismo e os seus impactos nas relações de trabalho. Eles delinearão primeiramente a classe trabalhadora, em função da quantidade de categorias ocupacionais, fazendo uma distinção entre “as ocupações básicas” e as “ocupações em ascensão”. A seguir, fazem uma mensuração do Exército Industrial de Reserva com o objetivo de estimar “a força de trabalho potencialmente disponível”.

Para que seja possível a compreensão das categorias utilizadas na seção seguinte (4.4) dessa dissertação, fez-se necessário realizar uma breve descrição do trabalho dos autores. Como mencionado por eles, a obra de Braverman continua atual e relevante. Isso porque a expansão do capitalismo desde o final do século XX até os dias de hoje tem sido marcada pela exploração do trabalho pelo capital, pela degradação das condições de trabalho e pelo desemprego. Assim, argumentam: “Seu trabalho buscou capturar a relação dialética entre o processo de trabalho por um lado e a mudança da estrutura e composição da classe trabalhadora por outro lado” (FOSTER; JONNA, 2014, p.220, tradução minha).

Braverman sistematizou uma concepção da classe trabalhadora dos EUA, interconectando os processos de trabalho com a mudança na estrutura da classe trabalhadora e seu exército de reserva como partes de um complexo, um todo dialético. O processo de trabalho, na obra de Braverman, acabou se tornando o objeto central do estudo, ainda que o próprio autor admitisse que sua pesquisa forneceria apenas os estágios iniciais na direção de uma análise mais profunda sobre a estrutura da classe trabalhadora. Assim, argumentar sobre o processo de

trabalho permitiria erigir os pilares para uma clara concepção da formação das novas relações de trabalho e das ocupações, bem como traçar o futuro da classe trabalhadora (FOSTER; JONNA, 2014).

Braverman, seguindo Marx, define a classe trabalhadora como sendo o conjunto de todos aqueles na sociedade que não possuem e não controlam os meios de produção, possuindo apenas sua força de trabalho, vendida ao capital em troca de salários. Esta definição formal deve servir apenas como guia inicial, pois uma sociedade é um objeto complexo que envolve múltiplas classes. Um grande número daqueles que poderiam ser considerados pertencentes à classe trabalhadora, nestes termos, são profissionais e gerentes de alto nível que podem ser melhor enquadrados como pertencentes aos estratos médios de renda. Por outro lado, um certo número de trabalhadores de alguns setores se deparam com uma proletarização de suas ocupações. Foi também observado por ele que a característica chave das “ocupações básicas” (que incluía artesãos, vendedores e operadores) era o baixo nível dos salários (com exceção dos artesãos). Também notou o incremento da participação feminina, que já em 1970 chegava a 40% da força de trabalho (FOSTER; JONNA, 2014).

Foster e Jonna (2014) fizeram em seu trabalho de atualização uma aproximação com as categorias utilizadas por Braverman. A estrutura de classes segundo esses autores, com dados para o período entre 1960 e 2011 encontra-se disponível na tabela anexa ao final da dissertação. A estimativa de Foster e Jonna (2014) para o total da categoria “ocupações básicas” para o ano de 1970 foi de 69,5% do total das ocupações, bem próxima da estimativa feita por Braverman para aquele ano (69,1%). Ou seja, a metodologia adaptada pelos autores atingiu resultados muito similares aos de Braverman, o que permitiu que eles estendessem a análise para os anos posteriores (Anexo). O alto percentual na categoria de “ocupações básicas” não se sustentou nas décadas seguintes e sua participação relativa (como percentagem de todas as ocupações) declinou chegando a 56% em 2011. Para os pesquisadores isto sugere uma mudança na composição da classe trabalhadora. Este declínio estaria sendo contrabalanceado pelo crescimento das “novas ocupações”.

A categoria denominada “novas ocupações” foi delimitada a partir de três critérios:

- a) crescimento absoluto do número de trabalhadores;
- b) crescimento do desemprego no setor e;
- c) declínio dos salários médios dos trabalhadores no setor.

Podem-se citar como exemplo daqueles que estão incluídos na categoria “novas ocupações”, os gerentes de escritório, gerentes de vendas e de serviços, algumas categorias de professores e conselheiros escolares, trabalhadores casuais ou temporários da agricultura, vendedores de serviços financeiros, de seguros ou de propaganda e os trabalhadores da área de recreação. Esses trabalhadores das novas ocupações representam atualmente dois terços do total da força de trabalho nos Estados Unidos. Os pesquisadores afirmam que ficaram de lado muitos empregos que estão indisponíveis nas estatísticas e por isso trata-se de uma contagem “conservadora” (FOSTER; JONNA, 2014).

Estes números foram obtidos pelos pesquisadores a partir das estatísticas oficiais de emprego e desemprego. Entretanto, não representam o total da contagem da classe trabalhadora ou proletariado na concepção de Marx ou Braverman, pois estão restritos ao exército ativo de trabalhadores (ou força de trabalho) e não refletem a força de trabalho “potencialmente disponível”. Para capturar esta última, os autores incluíram outras categorias e grupos de pessoas que compõem o EIR. Os seus dados sobre o EIR mostraram um enorme incremento desta categoria desde a década de 1970 (FOSTER; JONNA, 2014).

Utilizando as categorias marxistas, os autores se propuseram o seguinte esquema para mensurar as camadas do EIR:

- a) flutuante: equivalente ao desemprego oficial;
- b) estagnado: incluem elementos de trabalho precários e agrupa os trabalhadores marginalmente ligados à força de trabalho, os trabalhadores de tempo parcial que gostariam de trabalhar mais horas e os trabalhadores temporários;
- c) latente: agrupa aqueles que estão fora da força de trabalho por razões institucionais, a população carcerária e os estudantes¹⁴ com 25 anos ou

¹⁴ A categoria de estudantes com 25 anos ou mais de idade não foi utilizada na adaptação do esquema apresentado na seção seguinte. A exclusão dessa categoria deve-se à indisponibilidade de dados. Nenhuma outra categoria se mostrou próxima do critério de “desemprego disfarçado” que pudesse substituí-la.

mais de idade (esta última categoria é considerada um desemprego disfarçado);

- d) pauperizados: englobam os extremamente pobres (trabalhadores ou não). Na seção seguinte, esse esquema foi replicado utilizando-se dados das estatísticas do Brasil o que possibilitou a mensuração das camadas do EIR.

Contabilizando-se todas as categorias do EIR e os pauperizados, eles somaram 30% da população trabalhadora dos Estados Unidos em 2013, comparada com cerca de 22% por cento no final dos anos 1970. Para Braverman, a degradação do trabalho, a dissociação dos trabalhadores do processo de trabalho, a crescente marginalização e o crescimento do desemprego é parte integrante da evolução no longo prazo da classe trabalhadora em geral (FOSTER; JONNA, 2014).

Entre os profissionais que ocupam esses estratos intermediários há os engenheiros, técnicos, supervisores e gerentes, profissionais especializados em marketing, administração organizacional, financeira e etc. A economia das corporações gigantes gerou uma “revolução gerencial”, ensejando a expansão do número desses profissionais em função dos seguintes fatores (em ordem de importância para os autores):

- a) controle do processo de trabalho;
- b) aumento da propensão ao consumo;
- c) aumento da superestrutura financeira;
- d) condução da opinião pública (através do marketing e da propaganda, por exemplo) e;
- e) promoção de gastos públicos para apoiar as corporações privadas, dividindo os custos da reprodução da força de trabalho com o Estado (FOSTER; JONNA, 2014).

Em resumo, Jonna e Foster (2014) acreditam que sob o capitalismo há uma tendência à degradação do trabalho em todos os setores e à criação de trabalhadores não qualificados, a despeito do aumento do conhecimento e da capacidade tecnológica da sociedade como um todo. Os trabalhos qualificados continuam a ser executados somente no topo da pirâmide social. Assim, a análise de

Braverman é parte integrante de um argumento maior de geração e absorção da oferta de trabalho sob o capitalismo monopolista, em que a utilização do exército de reserva pressiona os trabalhadores do exército ativo a manterem a produtividade em constante elevação.

O capitalismo procura habituar o trabalhador ao seu processo de produção, criando consumidores e submetendo todos os aspectos da vida ao mercado. Assim, vai impedindo que outras formas de produção surjam ou se mantenham. A advertência deixada pelos autores é que somente com a conscientização da classe trabalhadora e o desenvolvimento de seu protagonismo na sociedade existirá a possibilidade de superação do capitalismo (FOSTER; JONNA, 2014).

Por fim, o estudo de Basu (2012) analisou o EIR dos Estados Unidos no período de 1948 até 2011 e apresentou estimativas para o estoque do EIR. Também apresentou um conjunto de estimativas para o fluxo de entrada e saída no EIR e para o fluxo entre o Exército Ativo e o EIR. Partindo da análise marxista, considerou que o mercado de trabalho pode ser dividido em duas partes: o exército ativo de trabalhadores e o exército de reserva. Este primeiro, como já mencionado nesta dissertação, corresponde aos trabalhadores que estão em atividade, os trabalhadores que estão sendo assalariados pelo capital. O EIR é, por sua vez, uma camada heterogênea que agrupa vários elementos que estão fora da produção capitalista.

A compreensão das camadas do EIR é feita por Basu (2012) da seguinte forma: a camada Flutuante é entendida como sendo composta pelos trabalhadores dispensados do trabalho devido à mecanização, à desaceleração da economia e pela realocação da produção que ocorre devido à necessidade inerente de expansão do capitalismo. O EIR Latente é formado pelos trabalhadores domésticos (principalmente o trabalho doméstico feminino) e pelos produtores para a subsistência que habitam a periferia capitalista. O EIR Estagnado é entendido como o conjunto de pessoas que vivem à margem da sociedade, somado aos trabalhadores que desistiram de procurar trabalho após longos períodos de desemprego e aos trabalhadores cujas habilidades se deterioraram ou tornaram-se obsoletas (BASU, 2012).

Os dados utilizados por Basu (2012) foram obtidos do *Bureau of Labor Statistics (BLS)* do Departamento do Trabalho do Estados Unidos (responsável pelo

levantamento demográfico). Em seus resultados foi apresentada uma sequência com quatro mensurações do EIR. A primeira medida (EIR-1) equivalia ao número de trabalhadores desempregos. Os dados foram obtidos no *BLS* para todo o período (1948-2011).

A segunda medida, EIR-2, equivale ao EIR-1 adicionado dos trabalhadores marginalmente ligados à população economicamente ativa, mais os trabalhadores em tempo parcial que gostariam e estariam disponíveis para trabalhar em tempo integral. Para esta série os dados do *BLS* cobriam o período de 1994 a 2011. Para o restante do período (1948-1993) foi utilizado um método de imputação simples.

A terceira medida, o EIR-3, correspondeu ao EIR-2 adicionado dos trabalhadores fora da força de trabalho, mas que gostariam e estariam disponíveis para trabalhar (também chamados desalentados). Da mesma forma que para o EIR-2, os dados foram obtidos na base de dados do *BLS* para o período de 1994 a 2011 e também foi utilizado um método de imputação simples para suprir os dados ausentes.

A quarta e última medição, o EIR-4, correspondeu ao EIR-3 somado às pessoas que estão institucionalizadas nos presídios e nas cadeias. Para a população institucionalizada foram obtidos dados anuais entre 1980 e 2009, sendo utilizados somente este período para a análise.

As quatro medidas do EIR foram apresentadas pelo autor em números absolutos e também como proporção da força de trabalho. Os dados também foram cruzados com informações sobre os períodos de recessão da economia. Seus resultados mostram que o EIR como proporção da força de trabalho cresceu ao longo de todo o período analisado. Esse crescimento foi rápido durante a década de 1970. Desde a década de 1980 até 2011 o EIR permaneceu relativamente estável, porém com valor elevado. Além disso, as quatro medidas do EIR se mostraram mais elevadas durante a recessão dos anos 1980 do que na recessão de 2009. Todas as quatro medidas do EIR (em magnitude absoluta e em proporção da força de trabalho) mostraram flutuações cíclicas marcadas pelas frequências do ciclo de negócios. O EIR cresceu durante as recessões e diminuiu durante os períodos de auge do ciclo de negócios. Ou seja, no longo termo o EIR apresentou uma tendência de crescimento mantendo valores elevados e no curto prazo sua oscilação está

ligada ao movimento de crescimento ou decréscimo da atividade econômica (BASU, 2012).

4.4 MENSURAÇÃO DO EIR ENTRE 1991 E 2015 NAS REGIÕES METROPOLITANAS E NO BRASIL

Existem poucas tentativas de mensuração da classe trabalhadora e do EIR para o Brasil, seja pela dificuldade em transpor as categorias marxistas para a realidade concreta da sociedade brasileira ou pela dificuldade em fazer analogias com as estatísticas disponíveis.

Um estudo sobre o EIR no período recente foi desenvolvido em Granato Neto (2013) e em Granato Neto e Germer (2013). Em seus trabalhos, realizaram a mensuração do EIR brasileiro entre 2001 e 2009 utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os autores mediram o exército de reserva com base em uma adaptação dos dados de trabalho e rendimento, relativos principalmente à posição na ocupação e ao recebimento ou não de uma renda proveniente do trabalho. Após essa mensuração, eles descreveram a evolução da classe trabalhadora e da composição do EIR brasileiro.

O quadro 2 abaixo apresenta as categorias elaboradas pelos autores e sua respectiva correspondência na base de dados da PNAD.

Quadro 2 - Categorias analíticas e categorias correspondentes da PNAD

Categorias analíticas	Correspondência na base de dados – PNAD/IBGE.
Capitalistas	Empregadores
Exército ativo (trabalhadores assalariados)	Empregados
EIR Flutuante	Desocupados
EIR Latente	Trabalhador doméstico + trabalhador na produção para consumo próprio + trabalhador na construção para uso próprio + População não economicamente ativa
EIR Estagnado	Conta própria + trabalhadores não remunerados

Fonte: Granato Neto (2013).

A despeito dos resultados interessantes constatados pelos pesquisadores, é preciso analisar alguns aspectos importantes sobre as categorias que foram por eles adotadas na investigação. Considerar todos os empregadores como capitalistas pode ser impreciso quando se considera a renda. É possível constatar, de acordo com o censo de 2010, que pouco mais da metade (50,2%) dos empregadores possuíam rendimento de até 5 SM, sendo 31,1% com rendimento inferior a 3 SM, fazendo supor que se trata de pequenos burgueses que se fazem auxiliar por outros assalariados de renda ainda menor. Considera-se a pequena burguesia como compreendendo aqueles que estão fora das relações capitalistas de produção, sendo donos dos meios necessários à execução de seu trabalho. Entre eles está uma parcela dos trabalhadores autônomos (profissionais liberais) ou por conta própria, os membros não remunerados das famílias pequeno burguesas e os pequenos empregadores. Considera-se o burguês ou capitalista propriamente dito aquele cuja atividade atinge uma escala elevada a ponto de ter que se dedicar apenas à tarefa hierárquica de supervisão.

O exército ativo foi obtido pela categoria “empregados” da PNAD. Ressalta-se também que esta comporta pessoas com diferentes origens de classe, existindo pelo menos dois grupos sociais que se encaixam nessa forma: a pequena burguesia e o proletariado. Em relação ao EIR Estagnado, que corresponde na estatística adotada pelos pesquisadores aos trabalhadores por conta própria, adicionados aos trabalhadores não remunerados, novamente faz-se a ressalva de que ambas comportam uma parcela, ainda que reduzida, da pequena burguesia.

De forma sucinta seus resultados mostram um incremento absoluto e relativo da classe trabalhadora em função do aumento da acumulação de capital no período (constatada pelo aumento do PIB per capita) e uma redução do exército industrial de reserva (GRANATO NETO; GERMER; 2013).

A classe capitalista, dada pela condição de empregadores, oscilou entre 2,7% e 3,3% da população, estando ao final do período (2009) em 3,1%. O exército ativo foi o que apresentou maior incremento relativo, passando de 39,8% da população em 2001 para 45% em 2009. O EIR Flutuante sofreu poucas alterações, contrariando as expectativas dos pesquisadores, e reduziu-se de 6,9% em 2001 para 6,4% em 2009, com uma média de 6,5%. O EIR Latente passou de 31,7% da população em 2001 para 28,8% em 2009, ano no qual atingiu o menor valor. O EIR

Estagnado também diminuiu no período, passando de 18,7% da população em 2001 para 16,7% em 2009 (GRANATO NETO; GERMER; 2013).

Não sendo o território brasileiro uniformemente composto e com diversos graus de desenvolvimento capitalista e de implementação e revisão do neoliberalismo no final do século XX e início do século XXI, houve no estudo a preocupação expressa em apresentar os resultados por estados brasileiros. Naqueles onde o desenvolvimento capitalista é mais desenvolvido, como São Paulo e Santa Catarina, o exército ativo é maior, ficando acima de 50% da população. Naqueles estados em que o desenvolvimento capitalista é menos avançado, onde há convivência maior com outras formas pretéritas de produção, o exército ativo é proporcionalmente menor e o exército de reserva é maior (GRANATO NETO, 2013).

Outros resultados destacados pelo estudo são:

- a) a constatação de que tanto a classe capitalista quanto o exército ativo de trabalhadores são compostos em sua maioria por homens;
- b) houve um incremento do exército ativo e uma redução do exército de reserva para ambos os sexos;
- c) as camadas flutuante e latente do EIR são sempre maiores entre as mulheres, mas para ambos os sexos houve redução de seu valor relativo na composição da classe trabalhadora;
- d) a camada estagnada do EIR é composta em sua maioria por homens, mas em ambos os sexos houve redução de seu valor relativo no período analisado;
- e) o pico de utilização do exército ativo ocorre na faixa de 25 até os 29 anos de idade, e passa a reduzir-se constantemente a partir das idades mais avançadas (GRANATO NETO; GERMER; 2013).

Essa dissertação efetua uma mensuração do EIR utilizando um modelo adaptado para as estatísticas brasileiras baseado no método desenvolvido por John Bellamy Foster e Jamil Jonna (2014) em seu trabalho sobre a força de trabalho dos Estados Unidos. A escolha deste método deve-se, principalmente, pela existência de dados estatísticos razoavelmente compatíveis com as categorias adotadas pelos pesquisadores.

Esse modelo contou com dados extraídos principalmente da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e do Ministério da Justiça (MJ) pois estas bases informacionais permitiram que fossem criadas categorias que mais se aproximavam daquelas utilizadas por Foster e Jonna (2014). Para medir as frações flutuante e estagnada foram utilizados dados da PME, tratando-se, portanto, das regiões metropolitanas. Os dados do MJ foram utilizados para medir a fração latente do EIR e corresponde a todo o território nacional. A população pauperizada foi calculada utilizando-se dados elaborados pelo IPEA com base nas PNADs também para a totalidade do país.

Há, entretanto, restrições: para algumas frações do EIR foram utilizados os dados da PME que só abrangem seis regiões metropolitanas (nenhuma outra pesquisa nacional apresentava dados compatíveis com o modelo). Optou-se por medir essas frações ainda que representem parcialmente a força de trabalho. As regiões metropolitanas têm grande relevância na configuração da sociedade urbano-industrial brasileira atual pela forma com que se apresentam distribuídos os contingentes populacionais por esses territórios a partir dos diferentes ritmos regionais de acumulação de capital.

Para a mensuração do EIR brasileiro e da população pauperizada, no período de 1991 até 2015, foi utilizada a correspondência nas bases de dados apresentadas quadro 6 abaixo. Também são apresentados para cada série estatística os respectivos locais de abrangência e os períodos captados. Isto porque nem todos os períodos foram cobertos pelas estatísticas oficiais e também devido à ausência de dados desagregados por território em alguns casos. Assim sendo, os dados apresentados correspondem ou às regiões metropolitanas ou ao conjunto do território brasileiro, sendo a abrangência especificada em cada caso.

Quadro 3 - Categorias analíticas e correspondência nas bases de dados

Categorias analíticas	Correspondência na base de dados – PME, PNAD, Censo e InfoPen (MJ)	Base de dados e território abrangido	Período investigado
a) EIR Flutuante	a) Desempregados (pessoas com 15 anos ou mais de idade, economicamente ativas, desocupadas).	PME – IBGE <u>Abrangência:</u> regiões metropolitanas.	Dividido em duas séries: (i) 1991-2001 (ii) 2002-2015
b) EIR Latente-institucionalizado ¹⁵	b) Pessoas fora da força de trabalho por razões institucionais: população prisional	Ministério da Justiça (MJ) - Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen). <u>Abrangência:</u> nacional.	1991 – 2015
c) EIR Estagnado	c) Trabalhadores precários: marginalmente ligados à PEA + trabalhadores de tempo parcial por insuficiência de horas trabalhadas + trabalhadores temporários.	PME – IBGE <u>Abrangência:</u> regiões metropolitanas.	2002 – 2015
d) Pauperizados ¹⁶	d) População residente em domicílios com renda domiciliar per capita abaixo da linha da pobreza (trabalhadores ou não).	Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEAdata) <u>Abrangência:</u> nacional.	1991 - 2014

Fontes: IBGE (2007), Brasil (2014), IPEA (2011). Elaboração própria.

Foi possível realizar a mensuração das frações do exército industrial de reserva flutuante e latente para todo o período estudado. O EIR Flutuante foi analisado em dois períodos, o primeiro entre 1991 e 2001 e o segundo entre 2002 e 2015 em função da mudança na metodologia da PME que ocorreu em 2002¹⁷. Com essa mudança de metodologia há uma elevação na população desocupada principalmente decorrente de:

- a) a nova PME passou a considerar o desemprego como a procura de trabalho nos últimos 30 dias apenas e não mais na última semana;

¹⁵ Na configuração da metodologia adaptada não foram incluídos os estudantes com 25 anos ou mais de idade, como no trabalho de Foster e Jonna (2014), em função da indisponibilidade de dados.

¹⁶ A linha de extrema pobreza adotada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para atender às necessidades de uma pessoa. Foi estimada pelo IPEA com os dados da PNAD usando como critérios as recomendações da FAO e da OMS.

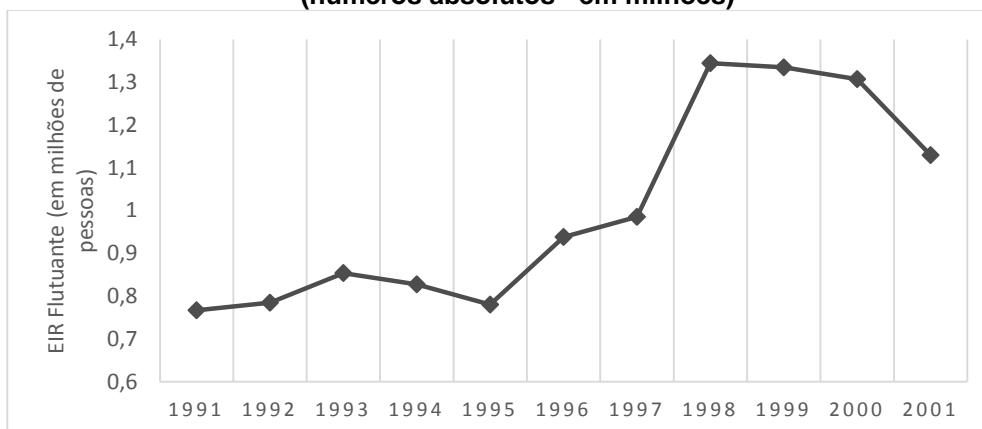
¹⁷ Ver seção 3.1.1.2

- b) a nova PME considera como universo a população com 10 anos ou mais de idade e não mais com 15 anos ou mais como na metodologia anterior.

O EIR Estagnado foi medido no período compreendido entre 2002 e 2015 em função da disponibilidade dos dados da PME, que passou a adotar algumas categorias necessárias para a mensuração do EIR apenas após 2002.

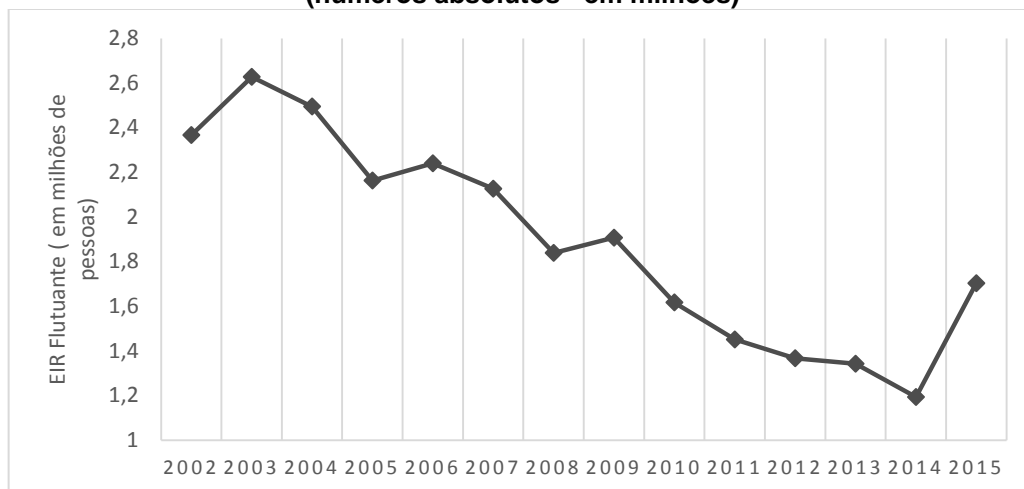
A partir da análise dos dados obtidos foi possível constatar que o EIR Flutuante permaneceu praticamente constante entre 1991 e 1995, durante o início das reformas neoliberais. Elevou-se entre 1995 e 1998, auge do neoliberalismo, estabilizando-se até o ano de 2000 e caindo a seguir com a mudança no ritmo do neoliberalismo. A partir de 2002, os dados obtidos com a nova metodologia da PME mostram uma tendência contínua de queda até 2014, no período de relativa moderação neoliberal, com pequenas elevações nos anos de 2006 e 2009 (ano de crise no sistema capitalista global). No último estágio (2014-2015) há uma mudança de inclinação na direção de sua elevação. Abaixo é possível acompanhar estes movimentos pelos gráficos 5 e 6:

Gráfico 5 - Evolução do EIR Flutuante. Regiões metropolitanas brasileiras. 1991-2001.
(números absolutos - em milhões)



Fonte: IBGE (2007).

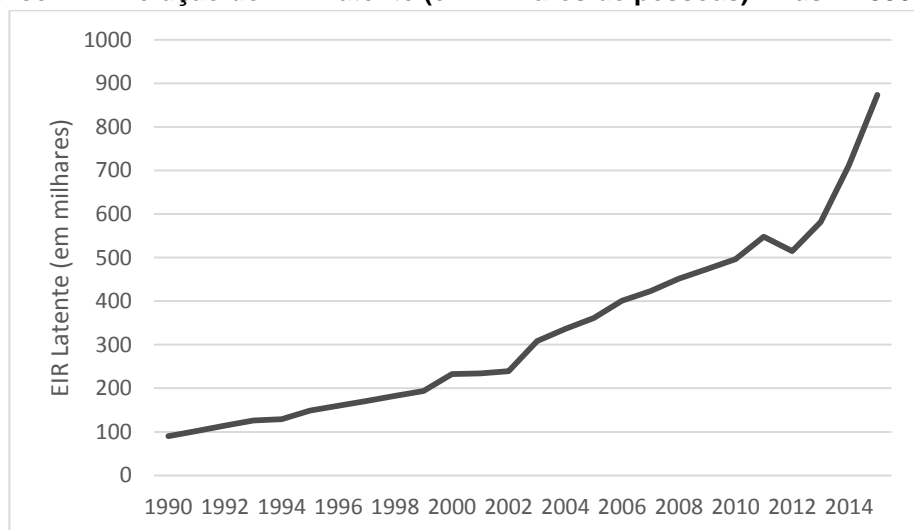
Gráfico 6 - Evolução do EIR Flutuante. Regiões metropolitanas brasileiras. 2002-2015. (números absolutos - em milhões)



Fonte: IBGE (2007).

O EIR Latente foi medido para todo o território nacional em função da existência de uma única base de dados que disponibiliza apenas o total da população carcerária brasileira. Conforme pode ser observado no gráfico 7 há um crescimento ininterrupto do EIR Latente. A curva de crescimento apresenta dois aumentos de inclinação, nos anos de 2002 e de 2012. De acordo com o *International Centre of Prison Studies* (ICPS, 2016) o Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, equivalente a 307 presos para cada cem mil habitantes, ficando atrás somente de EUA, China e Rússia.

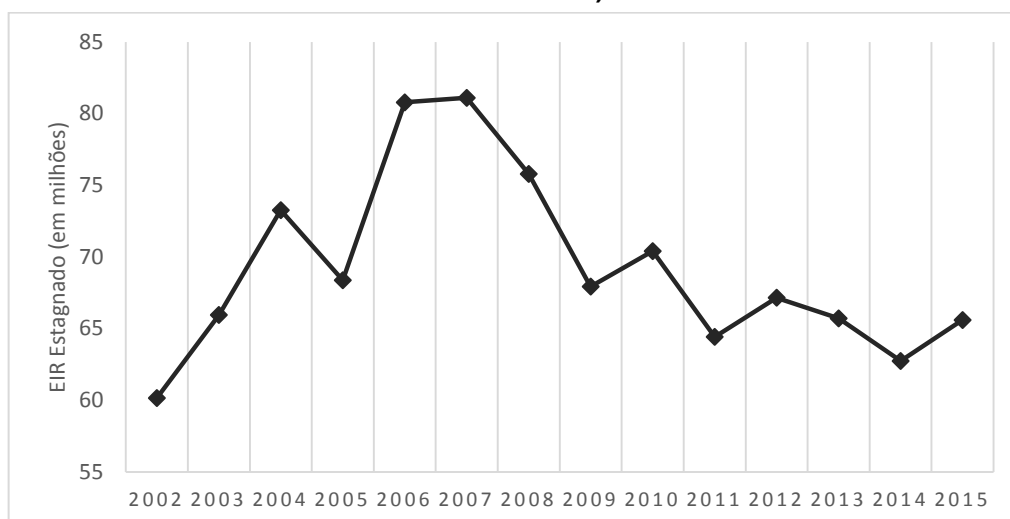
Gráfico 7 - Evolução do EIR Latente (em milhares de pessoas). Brasil. 1990-2015



Fonte: Brasil (2014). Elaboração própria.

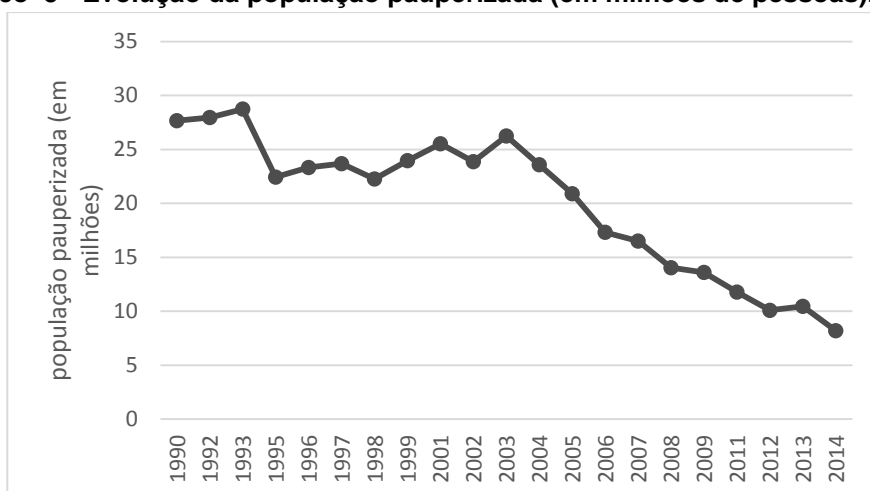
O EIR Estagnado apresentou no final do período um valor bastante próximo do valor do período inicial, oscilando com maior intensidade entre 2002 e 2011. Apresentou uma tendência de crescimento até 2004, possivelmente refletindo a inércia da aplicação do neoliberalismo, caiu em 2005 e estabilizou entre 2006 e 2007, atingido seu ápice. A partir de então apresenta tendência de queda, novamente refletindo uma inércia associada à moderação neoliberal, com exceção dos anos de 2010, 2012 e 2015. Isso foi o resultado do período de maior crescimento da economia e, principalmente, do aumento dos postos de trabalho e das transferências de renda.

Gráfico 4 - Evolução do EIR Estagnado. Regiões metropolitanas brasileiras. (números absolutos – em milhões) 2002-2015



Fonte: IBGE (2007). Elaboração própria.

A população pauperizada foi medida pelas pessoas residentes em domicílios com renda per capita abaixo da linha da pobreza. Esta fração apresentou oscilações entre 1990 e 2003, com tendência de crescimento devido ao neoliberalismo. A partir do ano de 2003 iniciou-se uma trajetória de queda contínua até o ano de 2012, a partir da moderação do neoliberalismo, crescendo em 2013 e voltando a cair em 2014. Essa reversão está associada à execução de políticas públicas voltadas a redução da pobreza, como o Programa Brasil Sem Miséria e dentro dele o Programa Bolsa Família, à elevação do número de postos de trabalho e à trajetória de valorização do salário mínimo. O resultado foi a incorporação de uma parcela da população brasileira mais desfavorecida no mercado de trabalho.

Gráfico 5 - Evolução da população pauperizada (em milhões de pessoas). Brasil. 1990-2014

Fonte: IPEA (2016).

É possível concluir, da análise empreendida nesta seção, que os movimentos de crescimento ou de desaceleração da acumulação de capital têm impactos importantes sobre o comportamento do EIR, corroborando a lei geral da acumulação. Em relação às suas frações, foi possível constatar que:

- a) durante os momentos de menor crescimento econômico ou de crise econômica que caracterizou os anos 1990, ocorreu a expansão da fração Flutuante do EIR e da população pauperizada;
- b) nos períodos de maior crescimento econômico, como ocorreu a partir de 2003 até 2013, tanto o EIR Flutuante, como a população pauperizada sofreram redução bastante expressiva;
- c) o EIR Latente apresentou crescimento durante todo o período analisado e esse crescimento acentua-se a partir do ano de 2002. Isso pode evidenciar a insuficiência do Estado e da sociedade brasileira em prover as condições socioeconômicas razoáveis para a totalidade de sua população, o que faz muitas pessoas permanecerem em condição de vulnerabilidade social;
- d) o EIR Estagnado foi o que apresentou comportamento mais ambíguo, aumentando durante o período de crescimento da economia, até o ano de 2007, e partir daí apresentou uma trajetória com tendência de queda até 2014, momento em que a trajetória se inverte novamente, elevando-se. Parece existir uma defasagem entre as mudanças na atividade econômica e o comportamento dessa fração.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das transformações na composição da força de trabalho mostrou que vem ocorrendo uma perda de participação relativa das atividades agrícolas e das atividades industriais no capitalismo brasileiro. Essa redução tem sido compensada parcialmente com a expansão das atividades ligadas ao setor de serviços. As atividades de “Agricultura, pesca e pecuária” representavam cerca de 23% do emprego total em 1991 e passaram para 11,3% em 2010. A participação da população ocupada na “Construção civil” foi de 6,7% em 1991 e aumentou ligeiramente, alcançando 8,1% dos ocupados em 2010. A categoria “Indústria, mineração e utilidades públicas” apresentou uma redução, de 16,5% dos ocupados em 1991 para 14,7% em 2010. Entre os grupos ocupacionais do setor de serviços que tiveram variação positiva mais expressiva entre 2000 e 2010, podem-se citar os “Profissionais de ciências e artes” e os “Trabalhadores de serviços administrativos”. O nível de ocupação das mulheres aumentou significativamente, passou de 35,4% em 2000 para 43,9% em 2010. Para os homens o nível de ocupação cresceu com uma intensidade bem menor, passou de 61,1% em 2000 para 63,3% em 2010. Esses dados refletem as mudanças setoriais proporcionadas pela dinâmica capitalista do período, com tendência à degradação do trabalho nos moldes sugeridos por Braverman.

A análise do EIR brasileiro entre 1991 e 2015, por sua vez, mostrou que os comportamentos das frações são bastantes distintos. O EIR Flutuante das regiões metropolitanas apresentou crescimento entre 1991 e 1998. Depois oscila entre 1999 e 2003 e a partir daí inicia uma trajetória de queda que se mantém até 2014. O EIR Estagnado, também medido nas regiões metropolitanas, oscilou na maior parte do período estudado (2002-2015). A partir do ano de 2007 é possível observar uma tendência de queda até 2014, e no ano de 2015 houve um aumento do EIR Estagnado. O EIR Latente, medido para todo o território nacional, aumentou em todo período estudado (1991-2015). Esse aumento foi mais acentuado a partir de 2002 e acentua-se ainda mais em 2012. A população Pauperizada oscilou entre 1990 e 2003 dentro de uma faixa de 22 a 28,8 milhões de pessoas. A partir de 2003 inicia-se um movimento contínuo de queda que persiste até 2014, ano em que atinge o menor valor, 8,19 milhões de pessoas. O EIR parece captar melhor as

transformações do capitalismo brasileiro discutidas no capítulo anterior, com o neoliberalismo afetando de forma negativa a classe trabalhadora, e sua moderação permitindo melhorias, mesmo que temporárias e sem mudanças estruturais substanciais, na situação dos trabalhadores. Recentemente, há um agravamento na crise econômica e política a partir de 2015-2016, com risco de serem revertidos os avanços alcançados de 2003 a 2014 e se verem ampliadas tanto as participações das ocupações caracterizadas pela precariedade quanto as diferentes frações do EIR.

5 CONCLUSÕES

Apontar as relações entre as transformações no capitalismo contemporâneo e a composição da força de trabalho brasileira foi o principal objetivo desta dissertação. Para isso, foi realizada inicialmente uma abordagem teórica sobre as transformações no capitalismo e seu impacto sobre as relações sociais de produção e como consequência sobre a força de trabalho. A seguir tratou-se de evidenciar como as mudanças no capitalismo avançaram no Brasil, modificando sua estrutura laboral. Para isso analisou-se o período de implementação do projeto neoliberal no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, passando pela sua consolidação e aperfeiçoamento na década de 2000 e finalizando a análise na segunda década do século XXI.

Por fim, foi investigada a evolução do mercado de força de trabalho brasileiro desde os anos 1990 até 2015 através da análise de indicadores relativos ao nível de ocupação, taxa de atividade, a distribuição ocupacional por setores de atividades e grupos de ocupação, desemprego e número de horas trabalhadas. Foram utilizados principalmente os dados dos Censos demográficos e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Também foi realizada a mensuração do EIR brasileiro com base em dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA) e do Ministério da Justiça (MJ).

Como foi discutido, no capitalismo, a pressão pela concorrência intercapitalista contribui para a inovação tecnológica e para a criação de novos métodos de produção. Ao mesmo tempo o avanço das forças produtivas leva ao surgimento de crises do sistema capitalista. Para superar as crises, o capitalismo precisa manter a classe trabalhadora atrelada aos seus desígnios, permitindo que uma parcela da população esteja sempre sob desemprego ou sob condições precárias de trabalho. As contradições inerentes ao modo de produção capitalista mostram que a lei geral da acumulação capitalista, descrita por Marx no século XIX, continua, em grandes linhas, válida para os dias atuais.

A reestruturação produtiva, a reorientação do papel do Estado na economia, a expansão da política e da ideologia neoliberal e a financeirização do capital foram as formas encontradas para superar a crise de acumulação que o capitalismo enfrenta desde os anos 1970. De todas essas medidas identificou-se que a reestruturação produtiva acarretou uma série de consequências sociais que afetaram os

trabalhadores e as condições de trabalho. O novo padrão produtivo, baseado no uso de tecnologias da informação, da microeletrônica, etc. teve um grande impacto sobre o emprego e a distribuição da força de trabalho no Brasil. A utilização dessas tecnologias para aumentar a produtividade pode resultar em desemprego e precarização do trabalho, com impactos sobre o EIR.

No Brasil, a reestruturação produtiva teve por finalidade aumentar a competitividade das empresas nacionais frente às empresas estrangeiras, acontecendo desde o final dos anos 1980 e continuou vigorosamente nos anos 1990 e 2000. Além do impacto causado pela introdução de novas tecnologias na produção, a reestruturação produtiva veio acompanhada da abertura comercial, que foi feita sem a devida cautela e levou a uma desestruturação de segmentos da estrutura produtiva. A ruptura de cadeias de produção acabou por fragilizar setores produtivos que não conseguiam acompanhar a velocidade das mudanças impostas concorrência. As empresas aumentaram a importação de máquinas e equipamentos com vistas a equalizar seus custos e aumentar sua produtividade.

Especificamente no caso brasileiro, durante toda a década de 1990 foram adotadas políticas baseadas nos princípios do neoliberalismo pelos governos do período, com objetivo de alavancar a inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho. A tentativa de modernização do parque produtivo brasileiro através das privatizações das empresas estatais, com forte participação do capital estrangeiro, trouxe como consequência a ampliação do desemprego.

Os anos 1990 foram reconhecidamente um período de maior liberdade na circulação do capital em relação à década precedente, e teve como características em relação ao mercado de trabalho e em relação a economia em geral: elevadas taxas de desemprego, aumento da informalidade no trabalho, inflação elevada, déficit do balanço de pagamento, altos juros e crises fiscais.

Os anos 2000 foram caracterizados por melhora das condições do mercado de trabalho, com o aumento da formalização no emprego, aumento do salário mínimo e dos salários em geral e implementação de programas sociais de transferência de renda. Em relação à economia, houve uma redução nas taxas de juros, aumento do crédito para as empresas, redução de alguns impostos, reforma na previdência, e aumento dos investimentos públicos, representando uma moderação do neoliberalismo. Ao mesmo tempo, a expansão na demanda mundial

por commodities favoreceu os produtores nacionais com negócios nesta categoria, embora o emprego rural tenha sido reduzido. Mesmo com a crise internacional deflagrada em 2008, o cenário permaneceu favorável aos trabalhadores até o final de 2009. A partir de 2010 o cenário passou sofrer com maiores pressões dos setores conservadores da sociedade brasileira. O agravamento das consequências da crise internacional faz com que o governo adotasse medidas antipopulares a fim de evitar a deterioração das contas públicas. Desde então houve uma reversão da tendência positiva iniciada 2003, e a taxa de desemprego das pessoas de 15 anos ou mais de idade passou a oscilar, com impactos sobre o EIR.

O agravamento na crise internacional trouxe consequências para a economia nacional. Surgiram novos desafios a serem enfrentados pelos trabalhadores no mercado de trabalho tais quais: a precarização das relações de trabalho, o aumento na flexibilização dos contratos, aumento nas atividades terceirizadas e a informalidade no trabalho.

Todas estas transformações implicam em mudanças na composição da força de trabalho. Entre as alterações mais significativas na composição da força de trabalho, pode-se observar a diminuição da participação relativa nas atividades agrícolas e nas atividades industriais. Em contrapartida, houve um aumento das atividades ligadas ao setor de serviços. Desde os anos 1990 vem ocorrendo um incremento relativo da população ocupada em atividades não agrícolas para todas as regiões do Brasil.

A força de trabalho brasileira é majoritariamente masculina, mas também foi possível constatar um maior ingresso da população feminina no mercado de trabalho. Com relação à idade dos membros típicos da classe trabalhadora, O nível máximo de ocupação situou-se na faixa de 35 a 39 anos de idade, e para o ano de 2010 atingia 85,9% dos homens dessa faixa etária e 64,4% das mulheres. Surpreendentemente, a taxa de ocupação dos homens foi maior na área rural, comparando-se com a área urbana. Para as mulheres o inverso é verdadeiro. Na área rural também foi constada a ocorrência de um ingresso precoce no mercado de trabalho em relação à área urbana. Ao mesmo tempo, na área rural, a permanência no trabalho se deu até idades mais avançadas, sugerindo uma maior exploração do trabalho nas áreas não urbanas.

Há uma parte expressiva da população trabalhadora brasileira que integra o EIR, estando prontamente disponíveis ao capital. O movimento do EIR está intimamente associado ao movimento de acumulação do capital como evidenciado nessa dissertação. Nos momentos de maior acumulação, houve uma redução do EIR e da população pauperizada e nos momentos de arrefecimento da economia ocorreu o inverso, com aumento do EIR.

Considerando as transformações que ocorreram no capitalismo brasileiro entre o final do século XX e início do século XXI, a composição da força social de trabalho seguiu as mudanças na acumulação de capital e a dinâmica capitalista, sugerindo um papel passivo da classe trabalhadora em termos econômicos, o que só pode ser superado, contudo, com um papel político ativo.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2015.

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal" (1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 19, nov. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil, dos anos 2000: dilemas da era Neoliberal. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 461-474.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, San José, jun. 2012.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

AQUINO, D. C. Lei geral da acumulação capitalista e a teoria de crise baseada na escassez de força de trabalho. Trabalho apresentado no I Encontro Nacional de Economistas Marxistas, UFPR, Curitiba, 2007.

BALTAR, P. E. A; KREIN, J. D. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Salvador, v. 26, n. 68, maio/ago. 2013.

BALTAR, P. E. A et al. **Trabalho no governo Lula**: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. Berlim, maio 2010. (Global Labor University Working Papers, 9). Disponível em: <http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No._9_portuguese.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Boletim do Banco Central do Brasil**: relatório anual 2009. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 5 ago. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Evolução do Sistema Financeiro Nacional**: o Sistema Financeiro Nacional e o Plano Real: relatórios anuais. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 1 mar. 2016.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **Programa BNDES de Sustentação do Investimento**: BNDES PSI. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/apoio/psi>>. Acesso em: 5 dez. 2015.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, A. (Org.). **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.

BARBOSA, R. J. **Comparabilidade das informações disponíveis nos Censos (1960-2010) e PNADs (1976, 1985, 1995, 2005)**. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo 2014. (Texto para discussão, 017/2014). Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/830-wp.17.2014.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BASU, D. **The reserve army of labor in the postwar U.S. economy**: some stock and flow estimates. Amherst: University of Massachusetts, Department of Economics, 2012. (Working paper, 03).

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: Infopen. Brasília, DF, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil Sem Miséria**: caderno de resultados: 2011-2014. Brasília, DF, jan. 2015a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil Sem Miséria**: superação da pobreza: 2011-2015. Brasília, DF, jul. 2015b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**: códigos, títulos e descrições. Brasília, DF: SPPE, 2010.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XXI. Rio de Janeiro: LTC, 1974, c2014.

BRITO, F; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 48-63, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 abr. 2016.

BOYADJIAN, A.C.P.B. Os programas de transferência de renda no Brasil no período 1992 a 2007. In: MARQUES, R. M; FERREIRA, M. R. J. (Org.). **O Brasil sob a nova ordem**: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 287-308.

CACCIAMALI, M. C. Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v.12, n.1, 2001.

CAGNIN, R. F. et al. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 97, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2015.

CHAHAD, J. P.C. População, força de trabalho e desemprego no Brasil: 1960-1989. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, [S.I.], **Anais...** São Paulo: ABEP, 1990.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza**: impacto das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COMIN, A. A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: ARRETCHE, M. (Org.) **Trajетórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Unesp; CEM, 2015.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. **Avances recientes em lá reducción de la pobreza**: panorama social de América Latina. Santiago de Chile, 2007.

CORAZZA, G. Estado e relações de produção. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, 1987.

COSTA, C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

DEDECCA, C. S. Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H.; SUGITA, K. (Org.). **Trabalho flexível, empregos precários?**. São Paulo: Edusp, 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **O mercado de trabalho formal brasileiro**: resultados da RAIS 2013. São Paulo, set. 2014. (Nota técnica,.140). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec140Rais2013.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

FIGUEIREDO, J.R. **Modos de ver a produção no Brasil**. São Paulo: Educ; Campinas: Autores Associados, 2004.

FILGUEIRAS, L. **Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil**: implantação, evolução, estrutura e dinâmica. Salvador: UFBA, 2006. (Texto para discussão).

FOSTER, J. B; JONNA, R. J. Braverman and the structure of the U.S. working class: beyond the degradation of labor. **Employee Responsibilities and Rights Journal**, New York, v. 26, n. 3, Sept. 2014.

FOSTER, J. B; McCHESNEY, R. W; JONNA, R. J. The internationalization of monopoly capital. **Monthly Review**, New York, v. 63, n. 2, June 2011a.

FOSTER, J. B; McCHESNEY, R. W; JONNA, R. J. Monopoly and competition in twenty-first century capitalism. **Monthly Review**, New York, v. 62, n. 11, Apr. 2011b.

FOSTER, J. B; McCHESNEY, R. W; JONNA, R. J. The global reserve army of labor and new imperialism. **Monthly Review**, New York, v. 63, n. 6, Nov. 2011c.

GERMER, C.M. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 29, 2009.

GOMES, D.C; SILVA, L.B; SÓRIA, S. Condições e relações de trabalho no serviço público: o caso do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 42, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 abr. 2015.

GOMES, M.T.S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Raega – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 21, 2011.

GOODWIN, R. A growth cycle. In: CARL, F. (Ed.). **Socialism, capitalism, and economic growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1967. p. 54-58.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GRANATO NETO, N. N. **Exército industrial de reserva**: conceito e mensuração. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GRANATO NETO, N. N; GERMER, C. M. A evolução recente do mercado de força de trabalho brasileiro sob a perspectiva do conceito de exército industrial de reserva. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2013.

GUERRA, A. et al. (Org.). **Trabalhadores urbanos**: ocupação e queda na renda. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – IEDI. Uma análise do Plano Brasil Maior. **Carta IEDI**, São Paulo, n. 486, 23 set. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010**. Trabalho e rendimento: resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010**. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 2010a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2000**. Trabalho e rendimento: resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Classificação Nacional de Atividade Econômicas (CNAE)**. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Nota técnica**: estimativas da população dos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014. Rio de Janeiro: DPE, COPIS, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Notas técnicas**: Pesquisa Mensal de Emprego. Transformações metodológicas. IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Notas_Tecnicas>. Acesso em: 1 jul. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME)**. Rio de Janeiro, 2007. (Série Relatórios Metodológicos, 23).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pelas pesquisas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre: 2003-2007. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD)**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2008. Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2012. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2014. Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios 1999**: síntese de indicadores 1999: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do censo demográfico**: 2010. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. Séries históricas. **Carta de Conjuntura**, Brasília, DF, mar. 2011.

INTERNATIONAL CENTRE OF PRISON STUDIES – ICPS. **World prison brief.** Prison population total (highest to lowest). London, 2016. Disponível em: <<http://www.prisonstudies.org>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia:** guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JARDIM, M. C. A construção social do mercado de trabalho no setor de construção civil nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): consensos e conflitos. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100165&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2016.

KORZENIEWICZ, R. P. Desigualdades mundiais de renda: em direção a uma perspectiva crítica. In: VIEIRA, P. A.; VIERA, R. L.; FILOMENO, F. A. (Org.). **O Brasil e o capitalismo histórico:** passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 137-168.

KREIN, J. D; DIAS, H. R; COLOMBI, A. P. F. As centrais sindicais e a dinâmica do emprego. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 fev. 2016.

LEITE, M. P; SALAS, C. Trabalho e desigualdades no Brasil: desafios e contradições do atual modelo de desenvolvimento. **Revista Ideias**, Vanves, 29 mai 2015.

LENCIONI, S. Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 38, 1994.

LIMA, J. C. F; NEVES, L. M. W; PRONKO, M. A. **Dicionário da educação profissional em saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

MARANHÃO, C. H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política, v. 1, livro 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1867, c1994.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política, v.2, livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1867, c1975.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política, v. 1, livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1867, c2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** [S.l.]: Ridendo Castigat Mores, 1848, c1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

MATTEI, L; MAGALHÃES, L. P. A política econômica durante o governo Lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas. In: PAULA, M. (Org.). **“Nunca antes na história desse país”...?: um balanço das políticas do governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011.

MATTOS, F. A. M. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 69-85, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2016.

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009. p. 51-67.

NASCIMENTO, M. O lugar do trabalhador em tempo de mudança. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, n. 7, 2013.

NAVARRO, V.L. O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 32-41, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 jun. 2016.

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO NO BRASIL. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Serviço Social, 2016. Disponível em: <www.observatoriodotrabalhonobrasil.blogspot.com.br>. Acesso em: 25 ago. 2016.

OLIVEIRA, M. J. G. S. A globalização da pobreza: impactos das políticas sociais do Estado neoliberal nas democracias dos países latino-americanos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 99, p. 461-474, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67632>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

PIKETTY, T. **Capital in the twenty-first century**. Cambridge; London: Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

PINTO, E. C. et al. **A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. (Texto para discussão, 04).

POCHMANN, M. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 7-19, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300002>. Acesso em: 15 abr. 2016.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SINGER, P. **Dominação e desigualdade**: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SIQUEIRA, H.; FALVO, J. F. Interações entre a dimensão urbano-regional e a estrutura ocupacional nas metrópoles do Nordeste brasileiro. **Revista ABET**, Curitiba, v. 7, n. 2, 2008.

SOUZA, A. A. A. A atualidade do pensamento de Marx. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, n. 6, 2008.

TEIXEIRA, R. A; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2016.

TORRES, M. M. Expansão capitalista e transnacionalização do capital: o poder global das corporações empresariais e a especificidade do caso brasileiro recente. **Revista Digital Em Debate**, Florianópolis, n. 7, jan./jul. 2012.

UNITED NATIONS. Departement of Internacional Economic e Social Affairs. Statistic Office. **International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC)**. New York, 1990. (Series M, 4, rev. 4).Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesM/seriesm_4rev4e.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2016.

VECCHIA, A. M. D. Elementos teóricos para uma perspectiva interpretativa: totalidade, mediações e formação social. **Estudios Historicos**, Rivera, v. 3, n. 7, oct. 2011.

ANEXO A – THE STRUCTURE OF THE WORKING CLASS

	1960	1970	1980	1990	2000	2011
Basic worker occupations						
Operatives & laborers	15,5	17,9	19,9	19,2	18,2	18,2
Craftsmen	8,3	8,8	10,5	11,2	12,2	12,1
Clerical workers	9,0	13,2	16,7	19,2	20,0	20,4
Service & sales workers	11,7	15,2	19,8	24,1	27,7	35,8
Total basic worker occupations	44,5	55,2	67,0	73,7	78,2	86,5
Total with reported occupations	63,8	79,1	103,4	122,1	136,5	153,8
Basic workers as percent total with reported occupations	69,7%	69,8%	64,8%	60,4%	57,3%	56,2%
Growing worker occupations						
Low-level supervisory workers		0,11	2,41	3,91	5,27	5,63
Marginal teachers and counselors	0,15	0,45	0,70	1,08	2,57	3,48
Agricultural workers						
Sales workers insurance/real estate/advertising	1,69	1,32	1,47	1,73	2,02	2,77
Recreation workers	0,62	0,79	1,34	1,63	1,49	1,65
Unemployed (occ. Unclassified)	0,04	0,05	0,04	0,05	0,26	0,44
Total growing occupations		0,3			1,1	1,9
Active Labor army (basic + growing worker Occupation)	2,5	3,0	6,0	8,4	12,7	15,9
Total labor force	47,0	58,2	72,9	82,1	90,9	102,4
Active labor army as percent total labor force	69,0	81,4	105,8	124,8	138,8	157,5
	68,1%	71,5%	69,0%	65,8%	65,5%	65,0%
Additional labor reserves						
Marginally attached	0,90	0,97	1,12	0,99	3,37	4,94
Non-working Poor (20-55 yrs.)	1,87	3,28	5,75	7,15	7,64	12,08
Returning students (two-thirds)	0,12	0,34	0,62	0,94	1,01	0,93
Incarcerated	0,24	0,22	0,33	0,77	1,39	1,61
Estimated labor reserves	3,1	4,8	7,8	9,9	13,4	19,6
Active+ reserva labor army	50,1	63,1	80,7	91,9	104,3	121,9
Potentially available labor force	72,2	86,2	113,6	134,6	152,2	177,1
Working class as percent available labor force	69,5%	73,1%	71,1%	68,3%	68,5%	68,9%

Fonte: Jonna e Foster (2014). (em milhões, exceto quando especificado em percentual).

ANEXO B - ESTATÍSTICO

Tabela 21 - Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido no período de referência, por pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, por regiões metropolitanas. 2002-2016

Ano	Brasil	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2002	2.043	1.473	1.506	1.718	2.090	2.298	1.825
2003	1.789	1.271	1.395	1.544	1.816	1.988	1.689
2004	1.793	1.233	1.367	1.544	1.792	2.016	1.712
2005	1.836	1.836	1.316	1.430	1.600	1.839	2.050
2006	1.918	1.401	1.505	1.675	1.894	2.164	1.777
2007	1.987	1.443	1.565	1.730	2.015	2.207	1.865
2008	2.065	1.422	1.625	1.819	2.152	2.269	1.925
2009	2.115	1.398	1.677	1.883	2.200	2.321	2.007
2010	2.208	1.577	1.772	1.976	2.369	2.354	2.138
2011	2.273	1.566	1.914	2.074	2.462	2.389	2.189
2012	2.372	1.656	1.919	2.235	2.505	2.532	2.252
2013	2.408	1.712	1.769	2.230	2.613	2.552	2.396
2014	2.498	1.855	1.844	2.256	2.794	2.615	2.451
2015	2.392	1.794	1.739	2.162	2.638	2.511	2.382
Jan/2016	2.043	1.473	1.506	1.718	2.090	2.298	1.825

Fonte: IBGE (2016). Elaboração própria.

Tabela 22 - Rendimento médio (R\$) mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho, por sexo. Brasil. 1992-2002

Período	Homens	Mulheres
1992	827	509
1993	902	532
1995	1.151	721
1996	1.169	770
1997	1.155	759
1998	1.142	764
1999	1.053	728
2001	1.042	725
2002	1.016	714

Fonte: IBGE (2016).

Tabela 23 - Rendimento médio (R\$) mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho. Brasil. 1981-2007

Período	Rendimento médio (R\$)
1989	993
1990	802
1992	714
1993	771
1994	996
1995	1.023
1996	1.011
1997	1.003
1998	932
1999	921
2000	899
2001	831
2002	831
2003	869
2006	932
2007	960

Fonte: IBGE (2016).

Tabela 24 - Rendimento familiar per capita (%) por classes de rendimento (em salários mínimos). Brasil. 1992-2009

	Ate 1/2 salario mínimo	Mais de 1/2 a 1 salári o mínim o	Mais de 1 a 2 salário s mínim os	Mais de 2 a 3 salário s mínim os	Mais de 3 a 5 salário s mínim os	Mais de 5 salário s mínim os	Sem rendimen to	Sem declaraç ão
1992	42,4	25,7	15,3	4,8	3,6	2,7	3	2,6
1993	42,3	25,2	14,8	4,9	3,9	3,3	2,9	2,7
1995	33	26,1	18	6,6	5,8	5,3	3,2	2
1996	31,8	25,4	18,9	7	5,5	5,4	3,6	2,3
1997	31,7	25,5	19,3	7,1	5,5	5,4	3,6	1,9
1998	32,1	25,7	18,7	6,8	5,6	5,2	3,5	2,4
1999	32,7	26,4	18,5	6,6	5,3	4,9	3,5	2,2
2001	31,7	26	19,1	7	5,4	5	3,8	2,1
2002	31,9	26,3	19,6	7	5,1	5	3,2	1,9
2003	32,1	27,4	19,3	6,5	5	4,4	3,3	2
2004	31	27,6	20,1	7	4,8	4,4	2,9	2,2
2005	29,1	27,8	21,5	7,2	5,3	4,8	2,7	1,7
2006	25,7	27,4	22,9	8,2	5,9	5,4	2,5	2
2007	23,5	27	24,3	8,2	6,2	5,5	2,7	2,5
2008	22,8	26,7	24,9	8,7	6,4	5,5	2,2	2,8
2009	23,3	27,2	24,8	8,3	6	5,1	2,3	3

Fonte: IBGE (2015).

Tabela 25 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP). (em % do PIB). Brasil. 1995-2008

Ano	DLSP (total)	DLSP - Interna	DLSP - Externa
1995	28,0	22,9	5,1
1996	30,7	27,1	3,6
1997	31,8	27,9	4,0
1998	38,9	33,2	5,8
1999	44,5	35,2	9,4
2000	45,5	36,5	9,0
2001	48,4	38,9	9,6
2002	50,5	37,5	13,0
2003	52,4	41,7	10,7
2004	47,0	40,2	6,8
2005	46,5	44,1	2,3
2006	44,0	46,6	-2,6
2007	42,0	50,9	-8,9
2008	36,0	50,1	-14,1

Fonte: Banco Central. Elaboração: IPEA (2011).

Tabela 26 - Indicadores Monetários. Inflação - Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) (em %a.a.). Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (em %a.a.). Taxa de juros nominal - Selic (em %a.a.) e Taxa de juros real (%a.a.)

Ano	IGP-DI (dez/dez)	IPCA (dez/dez)	Taxa de juros nominal - Selic (acumulada ao ano)	Taxa de Juros real ⁽¹⁾
1996	9,3	12,5	27,41	13,21
1997	7,5	5,4	24,78	18,41
1998	1,7	2,1	28,78	26,19
1999	20,0	5,3	25,58	19,26
2000	9,8	5,3	17,43	11,57
2001	10,4	7,4	17,31	9,20
2002	26,4	8,8	19,17	9,49
2003	7,7	11,1	23,34	11,01
2004	12,1	7,5	16,24	8,11
2005	1,2	6,8	19,04	11,50
2006	3,8	4,6	15,07	9,98
2007	7,9	4,1	11,87	7,52
2008	9,1	4,8	12,48	7,31

Fonte: FGV, IBGE e Banco Central. Elaboração: IPEA (2011).

(1) Valor calculado com base nos dados da taxa Selic e de inflação (IPCA).